

ARIOVALDO DE OLIVEIRA SANTOS

MARX, A POLÍTICA E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL
NA PRIMEIRA INTERNACIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 12/02/92.

Orientador Prof. Dr. RICARDO L. C. ANTUNES

(153)



Fevereiro de 1992

Sa59m

16370/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

DEDICATÓRIA

Para: José Benedito dos Santos e
Therezinha Guedes de Oliveira

Dona Eugênia,

Marinho, Samara, Keko, Gui, Matheus,
Thais, Carolina e Renato, na esperan
ça de que possam construir um futuro
melhor.

E à Adriana, grande companheira, de
quem muitas horas foram subtraídas ao
longo da elaboração deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é sempre resultado da participação, direta ou indireta, de várias pessoas, que contribuem com seus estímulos ou sugestões. Este estudo não escapa à regra, razão pela qual alguns agradecimentos se fazem necessários.

Em primeiro lugar, ao professor e amigo Ricardo L. C. Antunes, orientador deste trabalho e, sobretudo, pessoa que desde o primeiro momento acreditou na possibilidade de sua realização, fornecendo, ao longo da pesquisa, sugestões valiosas.

Os agradecimentos são válidos também para duas pessoas. De um lado, à Rosa Maria Vieira, que leu os originais da dissertação, contribuindo significativamente para uma redação mais clara e precisa. De outro, ao amigo João Lima de Carvalho, que contribuiu na leitura final deste estudo.

O Autor.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I	
MARX E A ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES	13
1 - A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO ..	14
2 - ORGANIZAÇÃO DE VANGUARDA E FRENTE SOCIALISTA	26
3 - MOVIMENTO DE SEITAS, MOVIMENTO DE PARTIDO E OS INTELECTUAIS NA ASSOCIAÇÃO	36
4 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA E DEMOCRACIA INTERNA	53
CAPÍTULO II	
A INTERNACIONAL EM AÇÃO	72
1 - POLÍTICA, ABSTENCIONISMO E PARTIDO DISTINTO	73
2 - REVOLUÇÃO, ESTADO, DEMOCRACIA E COMUNA	88
3 - TÁTICA, PARLAMENTO E SINDICATO	111
CONCLUSÃO	131
BIBLIOGRAFIA	139

APRESENTAÇÃO

I

As décadas de 50 e 60 do século passado representam momento de fundamental importância para a história do movimento operário internacional. Esmagado pela burguesia nas jornadas de 1848 e 1849, o conjunto dos trabalhadores voltava a se reorganizar, rompendo assim o relativo silêncio de mais de uma década. É no bojo deste processo de recomposição das forças operárias que nasce a Associação Internacional dos Trabalhadores. Porém, foge aos objetivos do presente estudo e, em particular, desta fase introdutória do trabalho, analisar o que foi a Associação Internacional, tarefa já empreendida com exaustão por diversos pesquisadores. Interessa, isto sim, é a apreensão do trabalho que Marx, sempre com a colaboração decisiva de Engels, desenvolve no interior daquela organização de 1864 até meados da década de 70 do século XIX (1).

01. Dentre os estudos que apontam a Internacional como fruto do crescimento do movimento operário no Continente europeu no mesmo tempo que traçam a história daquela organização destacam-se, entre outros: DROZ, Jacques, *História Geral do Socialismo*, Volume 3, Lisboa, Livros Horizonte, 1972; DOLLÉANS, Edouard, *Historia del Movimiento Obrero (1830-1871)*, Volume 1, Espanha, Ed. Zero, 1973, 2ª ed.; COLE, G.D.H., *Historia del Pensamiento Socialista*, Volume II (Marxismo y Anarquismo - 1850/1890), México, Fondo de Cultura Económica, 1958. Sobre a Primeira Internacional foi publicado recentemente no Cahiers d'Histoire de l'Institut de Recherches Marxistes volume intitulado *L'Association Internationale des Travailleurs*. Integram a referida revista os seguintes artigos: DEVRESE, Daisy Eveline, *L'Association Internationale des Travailleurs: Bilan de l'Historiographie, Perspectives de Recherche*; MOSS, Bernard H., *La Première Internationale, la Coopération et le Mouvement Ouvrier à Paris (1865-1871): Le Mythe du Proudhonisme*; CORDILLOT, Michel, *La Commission Ouvrière de 1867*; TIJN, Theo Van, *Le Mouvement Ouvrier de l'AIT aux Pays-Bas*; RALLE, Michel, *La Federación Regional Española de l'AIT: Une Longue Hérité*; PERRIER, Hubert, *De l'Internationale au "Syndicalisme Pur et Simple": l'influence de l'AIT sur le Mouvement Ouvrier aux Etats Unis?*; LINDEN, Marcel Van der, *Pourquoi le Déclin de la Première Internationale Était-il Inéluctable?*; CORDILLOT, Michel, *Quelques Compléments Bibliographiques*; JEMNITZ, Janos, *Notes sur Quelques Travaux Recents Touchant la Première Internationale Publiés en URSS*. Na parte documental cite-se: BRAVO, G.M., *La Prima Internazionale. Storia Documentaria*, Editori Riuniti, Roma, 1978; e *Papers of the General Council of the International Workingmen's Association New-York (1872-1876)*. In: *Annali*, Anno Quarto, Milano, Feltrinelli Editori, 1961; CALVO, Pilar (org), *La Primera Internacional*, 2 Volumes, Madrid, Editorial Fundamentos, 1977. O referido volume se constitui em uma minuciosa coletânea de textos elaborados nos diversos Congressos da Associação,

Recuperar o sentido desta atuação é fundamental. Em primeiro lugar por se tratar da re-inserção do pensador alemão em uma organização de partido, espaço de onde estava afastado desde o fim da Liga dos Comunistas, "uma sociedade" operária de "propaganda" cujo objetivo, a exemplo do que perseguiria, posteriormente, a Internacional, era a "derubada da burguesia, o domínio do proletariado, a abolição da velha sociedade burguesa apoiada sobre os antagonismos entre as classes, e a fundação de uma nova sociedade, sem classes e sem propriedade privada" (2). Além disto, nesta re-inserção em uma organização partidária coube-lhe traçar as linhas básicas a serem seguidas, a ponto de Engels afirmar, em determinado momento, ter sido Marx "a alma" da Internacional, de tal modo que expor sua atuação no seio daquele instrumento de classe "equivaleria a escrever a história da própria Associação" (3).

Ao lado dos dois elementos anteriormente delimitados, cumpre observar que a militância de Marx na AIT ganha em importância se considerado o fato de que, desde os anos 40 do século XIX, o pensador alemão percebia a necessidade de uma organização operária com bases internacionais. Significativo, neste sentido, é o projeto, jamais realizado à época da Liga dos Comunistas, de fundar uma Associação Mundial dos Comunistas Revolucionários (4). Reforça esta afirmação algumas considerações de Engels sobre o assunto. Para ele, quando "a classe operária européia se viu de novo sufi-

2. ENGELS, F., Statuti Della Lega dei Comunisti. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere VI; (ottobre 1845-marzo 1848), Roma, Riuniti, 1973, p. 620.

3. ENGELS, F., Karl Marx. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas en Tres Tomos, Tomo III, Moscú, Editorial Progreso, 1974, 7ª ed., p. 85.

4. MARX, K. Société Universelle des Communistes Révolutionnaires. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Mouvement Ouvrier Français I, Tactique dans la Révolution Permanente, Paris, Librairie François Maspero, 1974, p. 177-178.

cientemente reforçada para poder dar um novo assalto ao poder das classes dominantes, surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores" (5) tornando-se possível a Marx, então, "pôr em prática um desejo acariciado desde há muito tempo", isto é, atuar em uma "associação operária que abarcasse os países mais adiantados da Europa e da América, e que havia de personificar, por assim dizer, o caráter internacional do movimento socialista, tanto diante dos próprios proletários, como diante dos burgueses e governos". Organização capaz de "animar e fortalecer" a classe operária, atemorizando "seus inimigos" (6).

Apesar da intensa atividade desenvolvida por Marx em sua re-inserção na "vida prática de partido, os diversos estudos sobre o assunto têm se limitado a expor alguns aspectos bastante gerais da sua ação nas fileiras da Associação Internacional dos Trabalhadores. Perde-se, com isto, a possibilidade de uma compreensão mais profunda desta "página excepcionalmente rica da vida militante de Marx" (7).

É certo que contribuições significativas foram fornecidas, tornando mais transparente o sentido da praxis marxiana na AIT. Sem a pretensão de esgotar a bibliografia a respeito, cumpre assinalar, como uma das grandes positivities de algumas análises, o reconhecimento de que Marx presidiu "os destinos da nova Associação com uma extrema prudência" e "sem traço algum de sectarismo do qual é acusado gratuitamente" (8). Aponta-se, desta maneira, para a necessida

5. ENGELS, F., Prefazione all'Edizione Tedesca del 1890 del 'Manifesto'. In: MARX, K & ENGELS, F., Opere VI, p. 672.

6. ENGELS, F. Karl Marx, In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo III, p. 84-85.

7. BASSO, Lelio, Socialismo y Revolución, Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1983.

8. KRIEGER, Anne, Las Internacionales Obreras, Barcelona, Ediciones Martinez Roca, 3ª ed., 1972, p. 18.

de de se compreender a militância de Marx na Internacional como a manifestação de uma postura bastante definida, cujo motor é a preocupação em dotar o movimento operário, existente na época, de uma nova praxis, viabilizadora da derrocada da sociedade burguesa e edificadora de novas relações de socialidade, expressas pela conquista da sociedade comunista. Neste sentido, merece atenção, também, a sintética e precisa argumentação de Aldo Agosti quando afirma que o "desenvolvimento organizativo" da Associação Internacional conheceria "um processo de precisão e de refinamento da sua plataforma ideológica e programática, no curso da qual as diversas tendências e teorias operantes no interior das seções nacionais e do Conselho Geral se confrontam e se chocam até a consolidação do marxismo como base teórica do movimento operário europeu e pressuposto do seu desenvolvimento futuro. As formas, os métodos e também a intensidade da luta conduzida por Marx e Engels contra os grupos que se opunham ao seu programa variam conforme o estado de desenvolvimento do movimento real e do grau de oposição que as diversas tendências representam". Contudo, complementa Agosti, "não se trata nem de uma imposição autoritária e intolerante, nem de um processo linear e indolor do avanço do marxismo em virtude de uma intrínseca superioridade 'histórica' dada *a priori*", mas sim "da construção paciente de um programa comum que é consequência e ponto de chegada das experiências de lutas vividas pelo proletariado dos diversos países; de uma estratégia que se move pelo reconhecimento da situação presente para servir à necessidade do socialismo" (9).

9. AGOSTI, Aldo, *Le Internazionali Operarie*, Torino, Loescher Editore Torino, 1973, p. 22.

Ainda que tecidas sem maior aprofundamento das relações de Marx com a Associação, as argumentações de Aldo Agosti, unidas às de Lelio Basso, para quem o pensador alemão "soube utilizar a liderança" sobre a AIT, "não para impor autoritariamente uma linha idêntica aos movimentos dos distintos países, mas sim para influenciar na direção de sua estratégia revolucionária", constituem-se em indicações preciosas. Principalmente se considerado o fato de certas análises adotarem como eixo uma compreensão de caráter subjetivizante, onde a militância de Marx fica obscurecida na sua real dimensão. Nesta linha de reflexão, em vez do Marx preocupado com a construção da AIT enquanto poderoso instrumento nas mãos da classe operária, o que se tem, na verdade, é a figura do pensador alemão voltada sobre si mesmo, interessado tão somente em satisfazer sua vaidade e sede de poder, mesmo que para isto tivesse de dirigir "as operações por detrás das cortinas" (10).

Marcadamente influenciados pela leitura bakuniniana de Marx, argumentações deste gênero mais obstaculizam do que favorecem uma ampla compreensão da praxis marxiana na Internacional e, no limite, contribuem no sentido de produzir falseamentos desprovidos de qualquer grau de refinamento teórico.

Cumpramos observar que o tratamento subjetivizante da ação desenvolvida por Marx na Associação não é atribuído exclusivo dos trabalhos simpáticos às argumentações desenvolvidas por Bakunin e seus seguidores. Encontramos a adoção de semelhante instrumental até mesmo em uma pesquisa como a de

10. HAMPDEN, J. Jackson, *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963, p. 126.

G.D.H. Cole⁽¹¹⁾. Em seu livro, este autor reconhece os esforços desenvolvidos por Marx visando preparar o movimento operário europeu para as situações que nasceriam da revolução. Também dimensiona a luta das várias tendências e os esforços marxianos para contemplar a todas elas na redação do Manifesto Inaugural e Estatutos Provisórios, objetivando com isto garantir o primeiro passo para a ação conjunta, por parte da classe operária, norteada por uma consciência que ultrapassasse a pura imediatividade. Porém, sua investigação progressivamente se afasta do tratamento mais aprofundado das questões centrais para cair no reducionismo subjetivizante. Desta maneira, o autor considera que no embate entre "autoritários" e "não autoritários", o que está em primeiro plano é, na realidade, um "agudo conflito de temperamentos"⁽¹²⁾. É compreensível, assim, a afirmação onde argumenta que a luta de Marx contra Bakunin, quando, "chegou ao máximo", adquiriu "uma forma agravada de mania de perseguição, que lhe fazia ver todo o movimento anti-autoritário como uma sinistra conspiração dirigida contra ele". Da mesma maneira, a expulsão de Bakunin é compreendida como fruto da instabilidade emocional de Marx que, à época, já não se encontrava mais "em condições de considerar a situação razoavelmente"⁽¹³⁾.

Significativas indicações podem ser encontradas em Lelio Basso, no livro Socialismo e Revolução⁽¹⁴⁾. Dedicando algumas páginas às relações do pensador alemão com a AIT, observa que "a idéia de auto-emancipação operária, sem

11. COLE, G.D.H., Historia del Pensamiento Socialista II, México, Fondo de Cultura Económica, 1980.

12. Id. Ibid., p. 116.

13. Id. Ibid., p. 185-187.

14. BASSO, Lelio, op. cit.

necessidade de salvadores providenciais", constituia-se, para Marx, "em guia constante" de sua "atividade prática", colocando-se tal perspectiva "como fundamento de toda a obra" que desenvolveu nas fileiras daquela organização. A isto acrescenta uma série de indicações preciosas, porém não exaustivas, sobre as formulações marxianas a respeito da utilização da legalidade como instrumento revolucionário, bem como sobre a luta parlamentar e sindical. Elementos importantes são fornecidos ainda na breve discussão sobre as diferenças existentes entre movimento de partido e de seita, de tal modo que, sem possuir a pretensão de ser um estudo exaustivo sobre Marx e sua atividade político-partidária na Internacional, a análise de Basso se apresenta como momento obrigatório a toda pesquisa voltada à análise da questão⁽¹⁵⁾.

Ao lado do livro de Basso, o estudo de Angiolina Arru se alinha na série de investigações que aportam contribuição significativa para a apreensão da atividade de Marx na Internacional. Este trabalho tem como mérito a tentativa de recuperar a discussão marxiana sobre a íntima ligação entre movimento econômico e movimento político da classe operária, bem como os esforços para tematizar a maneira como o pensador alemão busca refletir a respeito da questão organizativa. No entanto, por centrar-se quase que exclusivamente no período 1871-1872, grandes lacunas existem na análise de Angiolina, tais como a ausência de aprofundadas discussões a respeito dos sindicatos, do Parlamento, das tendências e alianças, entre outros assuntos que merecem a atenção. Isto, contudo, não decorre de uma debilidade da autora mas sim do pró

15. Id. *Ibid.*, p. 247-279.

prio caminho por ela adotado. Positivo por buscar compreender a "praxis política de Marx" no último período daquela organização, cabe à própria Angiolina o reconhecimento das limitações de seu livro ⁽¹⁶⁾. Isto é bastante claro ao afirmar que seu trabalho deve ser compreendido apenas como esforço "introdutório a um possível estudo acerca das relações depois da Comuna de Paris e do final da Internacional, entre os movimentos operários organizados no plano nacional e a concepção internacionalista projetada e defendida pelo movimento operário" ⁽¹⁷⁾.

As diversas biografias sobre Marx também tem prestado contribuições valiosas, tanto por situar o contexto no qual o pensador alemão travou certos debates, como por explicitar o caráter de certas discussões. Contudo, por sua própria natureza, isto é, em razão de estarem preocupadas em traçar a trajetória intelectual do pensador alemão, desde a infância até a maturidade, as investigações biográficas estão longe de fornecer uma compreensão aprofundada da atuação marxiana junto à Associação Internacional. Exemplo neste sentido é o estudo de Franz Mehring ⁽¹⁸⁾.

Na biografia que escreve sobre Marx, o autor traça um quadro detalhado das várias fases da vida do pensador alemão e da praxis desenvolvida em prol do movimento operário internacional. No que concerne à Associação, dedica quase duzentas páginas a investigar as relações de Marx com a referida organização. Com bastante rigor, Mehring situa al-

16. ARRU, Angiolina, *Classe y Partido en La Primera Internacional*, España, Alberto Corazon Editor, 1974., p.30

17. Id. Ibid., p.46

18. MEHRING, Franz, *Carlos Marx*, España, Ediciones Grijalbo, 1983.

guns debates travados por Marx no seio da Associação, tornando possível, assim, a compreensão de algumas questões, tais como a dos sindicatos, parlamento, movimento de seitas e luta interna em consequência das tendências. Contudo, a investigação constitui muito mais uma história, ainda que pequena, da Internacional e seus diversos Congressos, do que propriamente uma análise temática detalhada da praxis marxiana junto àquele poderoso instrumento de classe. No mesmo sentido caminha, por sua vez, o estudo de David MacLellan, com o agravante de que este, comparativamente a Mehring, desenvolve uma leitura mais limitada das atividades de Marx na Associação (19).

No que concerne à produção brasileira há que se observar um silêncio quase absoluto sobre o tema. Exceção à regra é o pequeno e rico ensaio de Maurício Tratenberg, onde investiga as relações entre Marx e Bakunin e o caráter teórico e prático do conflito entre as duas individualidades que dominaram o cenário da Internacional ao longo do período no qual logrou existir (20).

Sem grandes pretensões, o estudo de Tratenberg alinha-se entre aquelas investigações que, escapando ao senso comum que permeia algumas análises da questão, fornece uma real contribuição, em um duplo sentido. Primeiro por procurar delinear a importância da atuação de Marx para o fortalecimento da Internacional. Segundo, por indicar a superioridade

19. MACLELAN, David. *Karl Marx (Su Vida y sus Ideas)*. Barcelona, Ediciones Grijalbo, 1977. Além deste estudo merecem atenção: FOUCEYROLLAS, Pierre, *Marx*, France, Presses Universitaires de France, 1985; BEER, Max, *Karl Marx*, Paris, Librairie de l'HUMANITÉ, 1926; RUBEL, Maximilien, *Cronica di Marx*, Editorial Anagrama.

20. TRATENBERG, Maurício, *Marx/Bakunin*. In: CHASIN, J. *Marx Hoje*, Volume um, São Paulo, Editora Ensaio, 29 edição, 1988, p. 195-216.

dade deste em relação ao seu principal oponente no seio daquela organização de partido, Mikhail Bakunin. A investigação de Tratenberg contribui ainda no sentido de evidenciar as posições marxianas com relação ao problema da revolução e do Estado, bem como fornece algumas indicações a respeito da aguda crítica do pensador alemão quanto ao problema das seitas e a defesa do movimento de partido.

II

O reconhecimento dos méritos e, sobretudo, das limitações contidas nas diversas investigações, é o elemento impulsionador do presente estudo, que tem por finalidade analisar as contribuições de Marx à Associação Internacional dos Trabalhadores, tanto no sentido de apoiar a criação de semelhante organização, quanto ao fornecer-lhe um rico instrumental teórico, capaz de influenciar decisivamente nos rumos do movimento operário daquele período. Colocando como primeira finalidade da Associação a tarefa de criar as condições para a elevação da consciência do proletariado europeu, onde quer que este estivesse se desenvolvendo, o período em que Marx atuou na Associação é marcado por uma profunda reflexão de temas que vão desde o comportamento a ser adotado pelo movimento diante das lutas cotidianas até a posição estratégica a ser defendida pela classe operária frente aos donos do capital.

Sem possuir a pretensão de esgotar o assunto, o estudo desenvolvido busca recuperar esta praxis por meio de um exaustivo exame das posições defendidas por Marx nas fileiras daquela organização ao longo de mais de uma década.

Muito embora teoria e prática, assim como organização e ação, não estivessem dissociadas para o pensador alemão, a investigação realizada se estrutura em dois capítulos bastante definidos, mas que mantêm uma íntima e necessária conexão entre si. No primeiro capítulo busca-se traçar as razões pelas quais Marx decide participar nas fileiras da Internacional, o papel de destaque desempenhado por ele desde os primeiros momentos de vida da Associação e ainda a maneira como refletirá sobre a Associação enquanto organização de vanguarda e, ao mesmo tempo, frente socialista. Integra ainda o primeiro capítulo a análise de como Marx, ao pensar a estrutura organizativa, se comporta frente ao movimento de seitas e o movimento de partido, e o papel a ser desempenhado pelos "intelectuais" no interior de um instrumento de classe como a Internacional. Fechando o referido capítulo, é investigada a maneira como Marx escreve os Estatutos Gerais da Associação e as consequências práticas daí decorrentes, tais como a necessidade de redigir um documento onde a democracia interna fosse constantemente valorizada, sem o que seria inútil o esforço para a construção de uma organização que aglutinasse os diversos matizamentos de socialismo então existentes, e mesmo a ação conjunta das diversas tendências diante das lutas cotidianas mais imediatas.

Sem romper com a linha do primeiro capítulo, a segunda etapa do estudo está marcada pela preocupação de apreender, partindo do próprio Marx, a maneira como concebia a ação do conjunto da classe e da Internacional nas lutas cotidianas propriamente ditas. Neste sentido é investigada a importância atribuída por Marx à luta política e à necessidade de se fugir do abstencionismo no processo de construção

do partido distinto. A isto acrescenta-se o modo bastante particular da reflexão marxiana, ao tratar assuntos como revolução, Estado, Democracia e a Comuna de Paris. Por fim, analisamos como, na luta prática do partido em seus embates cotidianos, Marx compreende a luta legal e, em particular, o modo como se posiciona diante da ação sindical e da utilização do parlamento e das alianças como potente e efetivo instrumento nas mãos do partido operário.

Escapa aos objetivos da investigação realizada uma análise do debate Marx versus Bakunin ou os confrontos do pensador alemão com outras individualidades que atuaram no interior da Associação. Estes confrontos interessam, no presente estudo, somente na medida em que fornecem elemento para refletir sobre a maneira bastante original de Marx pensar a estrutura organizativa e a ação da Internacional. Possuem interesse, ainda, na medida em que explicitam o intenso debate existente no seio daquela organização, visando dotar o movimento operário de uma praxis bastante determinada, capaz de empreender ações destinadas a minar e eliminar do solo da história, definitivamente, o modo de produção capitalista.

CAPÍTULO I

MARX E A ORGANIZAÇÃO DA
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

1 - A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO

O Manifesto Inaugural e os Estatutos Provisórios constituem-se nos dois primeiros documentos escritos, por Marx, para a Associação Internacional dos Trabalhadores, mais comumente conhecida por Primeira Internacional. No que se refere, em particular, ao Manifesto Inaugural, sua importância, para os objetivos traçados por este estudo, não se dá por se tratar do primeiro texto marxiano para aquela organização. Interessa, isto sim, pelo fato de conter elementos esclarecedores sobre o processo responsável pelo surgimento da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), bem como uma compreensão bastante precisa da tarefa a ela reservada, caso desejasse constituir-se em verdadeira representante dos interesses da classe operária dos diversos países do continente europeu. Marca o Manifesto Inaugural a grande preocupação de Marx em apontar a praxis, bastante determinada, da qual devia munir-se o proletariado na defesa e efetivação dos seus verdadeiros e reais interesses.

Observe-se inicialmente que para Marx a AIT era fruto direto do desenvolvimento contraditório e perverso da sociedade burguesa, à medida em que esta ampliava sua dominação. Constitui "um fato inegável", argumenta no Manifesto, que "a miséria da massa dos trabalhadores não diminuiu de 1848 a 1864", muito embora o período em questão apresentasse um "extraordinário" desenvolvimento da indústria e aumento do comércio, com graus diversos, "em todos os países industriais e progressistas do continente" europeu. Certamente, em países como a Inglaterra "uma pequena minoria dos operários obtivera [...] reduzidos aumentos salariais". Porém o

mesmo não ocorreu para o conjunto do proletariado, razão pela qual "a grande massa das classes trabalhadoras desceu cada vez mais baixo, na mesma proporção ao menos em que os que estão por cima dela subiram mais alto na escala social" (1). Por outro lado, acentua Marx, a derrota operária nos anos 1848-1849 desempenhou peso decisivo para a polarização da luta entre o capital e o trabalho. Vitoriosa, a burguesia tratou de destruir, "pela força bruta", todas "as organizações de partido" e "todos os jornais de partido da classe trabalhadora". Buscava, desse modo, assentar as bases de sua dominação, consolidando-a em definitivo, garantindo assim o caminho para que pudesse efetivar com tranquilidade a reprodução do capital. Porém, longe de ter eliminado as possibilidades de resistência da classe operária, as medidas adotadas pela burguesia agiram não apenas no sentido de desenvolver e ampliar as forças produtivas e as relações de sociabilidade capitalistas. Prepararam também o caminho para embates mais duros entre a classe operária e os donos do capital. Contraditório por natureza, o desenvolvimento da sociedade burguesa no pós-48 evidenciou, da maneira mais transparente possível, que "os senhores da terra e do capital desejam apenas uma coisa: empregar os seus privilégios políticos para defender e perpetuar os seus monopólios econômicos" de tal modo que em vez de "desejarem favorecer a via da emancipação do trabalho" atuam, antes de tudo, no sentido de "contrapor-lhe toda a sorte de obstáculos" (2).

A tomada de consciência, por parte de parce-

1. MARX, K. Indirizzo Inaugurale dell'Associazione Internazionale Degli Operai. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Opere* XX; settembre 1864-luglio 1968, Roma, Riuniti, 1987. p.5-9.
 2. Id. *Ibid*, p. 10-12.

las significativas do universo operário, do caráter da dominação burguesa, apresenta-se a Marx como momento de fundamental importância. De um lado, por haver criado nos setores mais esclarecidos da classe a convicção da necessidade de lutar pela "conquista do poder político"⁽³⁾. De outro, por terem estes segmentos mais avançados compreendido a utilidade de se forjar uma organização de partido capaz de contribuir na implementação da luta do trabalho contra o capital, sendo a Internacional este instrumento. Este fato é reconhecido por Marx no momento mesmo da redação do Manifesto Inaugural. Para ele, a "experiência do passado" havia "amplamente demonstrado" que a ausência de esforços no sentido de estabelecer uma "ligação fraternal entre os trabalhadores dos diferentes países, a fim de os preparar para fazer uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação", trazia como consequência "o fracasso comum de suas investidas isoladas". Por sua vez, "esta convicção" é responsável por terem "os trabalhadores dos diferentes países" tomado a decisão de "fundar a Associação Internacional, em assembléia pública ocorrida a 28 de setembro de 1864 no Saint Martin's Hall"⁽⁴⁾. Reforçando semelhante compreensão observa ainda em texto posterior ao Manifesto Inaugural que a AIT foi "criada" em decorrência do amadurecimento pelo qual havia passado a classe operária. As parcelas mais significativas do trabalho souberam compreender que a "organização nacional" do proletariado "fracassa facilmente" se possui estrutura débil para "além das suas fronteiras, já que todos os países competem no mercado mundial e se influem [...] mutuamente", de modo que somente "a união internacio-

3. Id. Ibid., p. 12.

4. Id. Ibid., p. 12-13.

nal da classe operária pode assegurar sua vitória definitiva". Necessário também se faz assinalar que, forjada por iniciativa dos próprios operários, para Marx é um erro considerar a Internacional como "planta de estufa de uma seita ou de uma teoria". Enquanto organização a serviço da classe, a AIT deve ser compreendida como "criação natural do movimento proletário", nascido, por sua vez, "das tendências normais e irresistíveis da sociedade moderna", a sociedade burguesa (5).

Desde o primeiro momento Marx se manifesta amplamente favorável à fundação da AIT. Para ele, aquela organização não adentrava à cena histórica como "obra de um punhado de políticos hábeis", o que de resto era impossível, pois "todos os políticos do mundo juntos teriam se mostrado incapazes de criar as condições e as circunstâncias que foram necessárias para o êxito da Internacional". A Associação, complementa, "foi fundada pelos próprios operários e para os operários", residindo aí seu caráter totalmente "novo" no seio do universo do trabalho. Enquanto as "demais organizações diferentes da Internacional, foram sociedades fundadas por elementos radicais das classes dominantes para as classes trabalhadoras, a Internacional, ao contrário, foi fundada pelos trabalhadores e para eles" (6).

O caráter de que se reveste a AIT desde o seu primeiro dia de vida, isto é, de se constituir como organização marcadamente operária, teve grande peso na decisão de Marx de participar na cerimônia do Saint Martin's Hall. Po-

5. MARX, K. Cuarto Informe Anual del Consejo General de la Asociación Internacional de Trabajadores. In: MARX, K. & ENGELS, F., *La Internacional*; documentos, artículos y cartas. México (D.F), Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 35.

6. MARX, K. Discurso de Comemoración del Séptimo Aniversario de la AIT, el 25 de Septiembre de 1871, en Londres (Notas de un Corresponsal), [The World, 15 de Octubre de 1871]. In: Id. *Ibid.*, p. 137.

rêm, o elemento fundamental, decisivo mesmo, foi o tipo de militante que o evento logrou reunir. Não apenas estavam agrupados trabalhadores pertencentes às diversas tendências socialistas que militavam no seio do proletariado, mas também as lideranças mais conscientes do movimento operário existente à época. Marx soube compreender as possibilidades que se colocavam no sentido de construir uma organização do trabalho capaz de contrapor-se às manobras do capital ao mesmo tempo em que estimulava as lutas do proletariado objetivando a derrubada da sociedade burguesa e construção de outra, onde a organização de classe seria desnecessária. Isto se evidencia com grande transparência na carta destinada a Engels, onde afirma: "Faz algum tempo os operários londrinos enviaram uma mensagem aos operários parisienses a propósito da Polônia, requerendo uma ação comum nesta questão [...] Os parisienses, da sua parte, enviaram uma delegação, à frente da qual estava um operário de nome Tolain, o verdadeiro candidato dos operários nas últimas eleições de Paris, um jovem combativo" assim como "seus companheiros [...] Para o dia 28 de setembro de 1864 foi convocado, por parte de Odger (sapateiro, presidente do Conselho local de todas as Trade-Unions Londrinas e também da Trade's Unions Suffrage Agitation Society, que está vinculada a Bright) e por Cremer, pedreiro e secretário da União dos Pedreiros, um comício público em Saint Martin's Hall. (Estas duas pessoas haviam organizado o grande comício das trade-unions, sob a presidência de Bright, para a América do Norte em St. James Hall, e também a manifestação para Garibaldi). A mim foi enviado um certo Le Lubetz para saber se desejava tomar parte no comício como representante dos operários alemães e, em especial, se poderia de

signar um operário alemão como orador para o evento [...] De signei Eccarius, que se saiu magnificamente bem; também estive presente, como figura muda, na tribuna. Sabia que desta vez, tanto da parte londrina quanto da parte parisiense, figuravam verdadeiras "potências", razão pela qual desisti da minha firme decisão de recusar convites desta natureza"⁽⁷⁾.

Ter sido forjada por operários, importa aqui observar, não significava, para a reflexão marxiana, considerar à Internacional como organização ideal, mas tão somente a mais avançada em relação a todas as outras iniciativas que até então haviam ocorrido. A AIT carecia, por exemplo, de um programa teórico único, o que no entender de Marx só poderia ser conseguido após a implementação de várias discussões internas. Contudo, apesar de perpassada por limitações, em nenhum momento o pensador alemão rompe com o firme entendimento de ser aquele instrumento de classe uma poderosa arma nas mãos do proletariado, cabendo a este aperfeiçoá-la, de maneira que pudesse contribuir nos embates do trabalho contra o capital. A Associação, afirma, mostrou ser "um elemento necessário para o progresso e a prosperidade de toda a comunidade operária" à medida em que colocou como "objetivo" primeiro "unir e dar uniformidade aos esforços [...] ainda isolados [...], feitos nos diversos países para emancipar a classe proletária"⁽⁸⁾. Aprofundando sua reflexão atenta ainda para que a "diferença entre uma classe operária sem uma Internacional e uma classe operária com uma Internacional, torna-se bastante evidente" olhando-se "para o período de 1848.

7. MARX a Engels, [4 Novembre 1864]. In: MARX, K & ENGELS, F., Opere XLII; lettere, ottobre 1864 - dicembre 1867. Roma, Riuniti, 1974, p. 11.

8. MARX, K., Istruzioni per i Delegati del Consiglio Centrale Provvisorio. Le Singole Questioni. In: MARX, K. & ENGELS, F. Opere XX, p. 189-196.

Anos foram necessários para que a própria classe trabalhadora reconhecesse a Insurreição de Junho de 1848 como obra de sua própria vanguarda", enquanto que a "Comuna de Paris foi imediatamente aclamada pelo conjunto do proletariado"⁽⁹⁾. Os "diversos serviços prestados pela Associação nas várias lutas entre o capital e o trabalho, nos vários países em que estas ocorreram [...] bastam para demonstrar a necessidade de tal associação"⁽¹⁰⁾.

Para Marx, a AIT estava longe de ser uma organização perfeita, dadas as limitações que a perpassavam. Muito menos havia se constituído para durar eternamente. Na realidade, era tão somente "um primeiro intento de dotar" a "ação internacional das classes operárias" de "um órgão central", apto a dar conta das necessidades do movimento operário em uma fase bastante determinada de sua luta contra os senhores do capital. Um "intento que, pelo impulso fornecido, teve uma eficácia perdurável" mas, "em sua primeira forma histórica não podia prolongar-se depois da queda da Comuna de Paris". É dentro deste espírito que Marx reconhece, até certo ponto, de maneira bastante natural, o fim da organização Internacional, chegando mesmo a afirmar em determinado momento que a "ação internacional das classes operárias" não dependia "de modo algum, da existência da 'Associação Internacional dos Trabalhadores'"⁽¹¹⁾. Face aos desdobramentos produzidos pela queda da Comuna, manifesta a posição que dadas "as

9. MARX, K. Report of the General Council to the Fifth Annual Congress of the International Working Men's Association, Held at the Hague, from the 2nd to the 7th September 1872. In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works; volume 23, Octobre 1871-July 1874. Moscow, Progress Publishers, 1988. p. 226.

10. MARX, K. Rapporto del Consiglio Generale dell'Associazione Internazionale Degli Operai al Congresso di Losanna. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 414...

11. MARX, K. Glosas Marginales al Programa del Partido Obrero Aleman. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas en Três Tomos. 7ª ed. Moscú, Editorial Progreso, 1974, Tomo III, p. 18.

condições" então existentes na Europa, era "absolutamente in dispensável [...] passar para último plano a organização for mal da Internacional, tendo apenas o cuidado, se possível, de não abandonar o ponto central de New York" (local para onde a AIT seria transferida em 1874), "a fim de impedir que imbecis" se apoderassem "da direção" e comprometessem "a causa" (12).

O caráter necessariamente transitório da AIT também será amplamente reconhecido por Engels. Unindo-se ao ponto de vista de Marx, observa que aquela organização "pertencia à época do Segundo Império", período "no qual a opressão reinante em toda a Europa prescrevia ao movimento operário, que acabava de renascer, a unidade e abstenção de toda polêmica interior. Era um momento em que os interesses cosmo politas gerais do proletariado podiam passar a primeiro plano, um momento em que a Alemanha, Espanha, Itália e Dinamarca acabavam de se incorporar ao movimento ou estavam se incorporando a ele". Pelo que realizou "durante os dez anos em que dominou uma parte da história européia", a AIT podia "con templar" de maneira "orgulhosa" o passado. Porém, era necessário não esquecer que a Internacional havia "caducado em sua velha forma" (13). Revelando plena concordância com Marx em relação ao caráter próprio da Associação, argumenta ainda En-

12. MARX à F.A. Sorge, [27 Septembre 1873]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe III; questions d'organisation*. Paris, Librairie François Maspero, 1973. p. 92.

13. ENGELS à F.A. Sorge, [12-17 de Septiembre de 1874]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Obras Escogidas en Três Tomos*. 10ª ed. Moscú, Editorial Progreso, 1874. Tomo II, p. 458-459. Realizando um balanço das atividades desenvolvidas pela Associação Internacional dos Trabalhadores Marx afirmará: "A Internacional teve sua utilidade, mas seu tempo expirou e ela deixou de existir. Ela teve sua atividade, dirigiu o movimento. Mas o crescimento do movimento socialista, no curso dos últimos anos, a tornou supérflua. Em diversos países surgiram jornais, que mantêm relações recíprocas. Este é o único veículo que os partidos de diversos países conservam entre si. A Internacional foi criada, antes de tudo, com o objetivo de reunir os trabalhadores e de lhes mostrar que valia a pena congregar suas diversas nacionalidades no seio de uma organização. Mas os interesses dos partidos operários não são idênticos nos diversos países. MARX, K, Entrevista com o Fundador do Socialismo Moderno, [Chicago Tribune/Dezembro 1878]. In: CHASSIN, J. (org.) *Marx Hoje; volume Um*. 2ª ed. São Paulo, Editora Ensaio, 1988, p. 61-62.

gels: "as estreitas e constantes relações existentes entre os partidos operários socialistas dos distintos países demonstravam que a consciência de interesses e da solidariedade do proletariado de todas" as nações do continente europeu, "desper^{ta}da pela Internacional, chega a impôr-se mesmo sem a ligação de uma associação internacional formal" (14).

Tanto Marx quanto Engels, embora reconhecessem o caráter de transitoriedade da organização Internacional, não descartam, contudo, a possibilidade do nascimento, no futuro, de uma AIT muito mais definida ideologicamente. Para Marx, era uma necessidade a AIT "deixar a cena" a fim de não prejudicar, naquele momento bastante determinado, o movimento operário em seu conjunto. Contudo, manifestava a convicção de que os "acontecimentos da inevitável involução e evolução das coisas" se encarregariam "eles próprios de uma ressurreição da Internacional sob forma mais perfeita" (15). Re^{for}çando este entendimento Engels comenta que "a nova Internacional" seria, "depois que as obras de Marx" tivessem exercido sua influência durante uma série de anos, uma Internacional nitidamente comunista" capaz de proclamar, de imediato, os "princípios" marxianos (16).

As expectativas de nascimento futuro de uma organização operária internacional, inteiramente nova, torna transparente a razão pela qual Marx se referia à Associação Internacional como uma "primeira forma histórica". Assim era por se constituir em instrumento de luta sujeito a constante

14. ENGELS, F. Karl Marx. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo III, p. 85-86.

15. MARX a F.A. Sorge, [27 Septiembre 1873]. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe III, p. 92.

16. ENGELS a F.A. Sorge, [12-17 de Septiembre de 1874]. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo II, p. 459-460.

aprimoramento por parte da classe operária em consequência do grau assumido pelos embates do trabalho contra o capital. De outra parte, embora considerassem a Associação como uma organização a ser aprimorada — ainda que isto implicasse na sua dissolução por um certo número de anos — em nenhum momento Marx e Engels abandonam as tentativas de conduzi-la até o limite das possibilidades existentes à época. Embora, a partir de determinado momento, se colocassem em defesa da dissolução da Associação, acreditavam ter esta organização a capacidade de resistir aos ataques feitos pela burguesia, na medida em que se intensificassem. Posição que é mantida na sequência mesmo da derrota operária na Comuna de Paris. Para Marx, os fatos revelam que a AIT, "longe de agonizar, não havia feito mais do que passar de seu primeiro período de incubação a uma fase mais alta, na qual suas originárias aspirações" começavam, "em parte, a cobrar realidade". Após a "queda da Comuna de Paris [...] era natural que qualquer organização da classe operária francesa ficasse temporariamente desfeita, porém já começam de novo a desenvolver-se. Por outra parte, os escravos, sobretudo na Polônia, Boêmia e Rússia, apesar de todos os obstáculos políticos e sociais, participam agora do movimento internacional em proporções que em 1872 nem o maior otimista teria possibilidade de prever". E "no curso deste progressivo desenvolvimento, haverá de passar todavia por muitas mudanças antes de que possa escrever-se o capítulo final de sua história" (17). No mesmo sentido, afirmava Engels que a Internacional, em vez "de se encontrar em estado de desintegração" desfrutava, isto sim, de muito

17. MARX, K. La Historia de la Asociación Internacional de Trabajadores del Señor George Howell. In: MARX, K & ENGELS, F. La Internacional, p. 512.

prestígio. Situação que a fazia, inclusive, ser "reconhecida publicamente, pela primeira vez" até mesmo "pela totalidade da imprensa inglesa" que a admitia como "uma grande força europeia". Exemplo disto era que "jamais um pequeno escrito editado em Londres causou uma impressão tão grande como o Manifesto do Conselho Geral sobre a guerra civil na França, cuja terceira edição" estava "a ponto de aparecer" (18).

A aceitação da dissolução da Internacional como uma necessidade implica, porém, que no otimismo inicial de Marx e Engels foi ganhando corpo uma análise mais realista da situação com a qual se defrontavam o movimento operário, em seu conjunto, e a própria AIT. Se no primeiro momento acreditavam ser a repressão burguesa, posterior à Comuna, um excelente fermento para o processo de solidificação da Internacional, por volta de meados de 1872 a capacidade de articulação e resistência daquela organização aos ataques do capital, nos diversos países, foi considerada tão somente "satisfatória". Acentua a reavaliação de posição por parte de ambos tanto a decisão de se transferir, em 1872, a Associação para o americano, como também o extenso relatório de Engels apresentado por ocasião do sexto Congresso da AIT. Escreve que "o Conselho Geral de New York decidiu deixar o Congresso em plena liberdade para avaliar as atividades administrativas" do referido órgão "durante o ano de 1872-1873". Em decorrência disto "resolveu não enviar nenhum delegado de seu meio, mas sim eleger um procurador na Europa e encarregar a este de submeter ao Congresso o informe oficial e o informe interno previstos nos Estatutos". Recebendo a indicação de seu nome

18. ENGELS, F. La Actuación de Mazzini Contra la Internacional. In: Id. *Id.*, p. 116.

para desempenhar, durante o Congresso, a função de procurador do Conselho de New York, Engels inicialmente aceitará o exercício da tarefa. Porém, posteriormente voltará atrás em sua decisão alegando que "as comunicações" que recebeu "no último momento" o obrigavam "a não tomar parte no trabalho do Congresso". Nos diversos países, prosseguirá, é "delicada a posição que nossos membros ocupam". A "situação na França", por exemplo, "não permite esperar delegações diretas". De sua parte, "a nossos membros espanhóis não lhes é possível, na crise atual, abandonar seu país, já que a massa dos trabalhadores consideraria isto como um ato de covardia" além de que "a repercussão dos acontecimentos na Espanha sobrecarrega as obrigações de nossos amigos portugueses, deixando-lhes apenas a opção de uma delegação indireta". Por último "as perseguições policialescas contra os internacionalistas na Itália, as constantes e novas detenções na Alemanha, a violenta dissolução da Seção central de Copenhague e as represálias cada vez mais violentas com que todo movimento operário tropeça na Áustria-Hungria, fazem com que seja impossível uma verdadeira representação internacional de trabalhadores. Um Congresso reunido nestas circunstâncias, muito mais sérias para a Associação do que aquelas que se davam imediatamente após a queda da Comuna de Paris, teria somente, por sua composição, um caráter mais ou menos local"⁽¹⁹⁾.

19. ENGELS, F. A los Ciudadanos Delegados al Sexto Congreso de la Asociación Internacional de Trabajadores. In: Id. *Ibid.*, p. 579-580.

2 - ORGANIZAÇÃO DE VANGUARDA E FRENTE SOCIALISTA

Expressão de um determinado grau de desenvolvimento atingido pelo movimento operário na segunda metade do século XIX, a instauração da AIT, apesar de interna à classe, não ocorre como fruto da ação do universo operário em seu conjunto, mas de seus setores mais conscientes. Como organização, na "realidade", se apresenta como "o laço internacional" que une "os operários mais avançados dos diversos países do mundo civilizado". Razão pela qual, afirma Marx, em "qualquer lugar, sob qualquer forma e dentro de quaisquer condições que a luta de classe tome consistência", é "bem natural que os membros" da organização AIT, "se encontrem na primeira fileira"⁽²⁰⁾. Deste modo, na condição de instrumento de luta a serviço da organização do proletariado enquanto partido consciente de seus objetivos, a Internacional é compreendida, pela reflexão marxiana, como locus no qual se aglutinam as individualidades mais esclarecidas que militam no interior do universo do trabalho. É o espaço no qual atuam aquelas individualidades que em relação ao conjunto da classe operária, logram obter uma compreensão mais elevada dos pilares da sociedade burguesa, bem como do sentido dos embates cotidianos do proletariado contra o processo de desumanização do trabalho e a necessidade de instauração de um novo ordenamento social⁽²¹⁾.

20. MARX, K. Adresse du Conseil Général de L'Association Internationale des Travailleurs, [A Tous les Membres de l'Association en Europe et aux États-Unis]. In: MARX, K., *La Guerre Civile en France 1871*; [Édition Nouvelle Accompagnée des Travaux Préparatoires de Marx]. Paris, Éditions Sociales, 1953. Sobre o caráter de organização de vanguarda da Associação ver também as seguintes cartas: Marx a Joseph Weydemeyer, p. 471-472; Marx a L. Kugelmann, p. 473-474; Marx a Lion Philips, p. 475-477, todas datadas de 29 de novembro de 1864. In: MARX, K & ENGELS, F. *Opere* XLII.

21. MARX, K. Account of an Interview With Karl Marx Published in the 'World'. In: MARX, K. & ENGELS, F. *MEGA*, I-22, [Marx 1871 bis November 1871 Berlin, Dietz Verlag, 1978.

Observe-se ainda que, para Marx, é exatamente a capacidade de compreender amplamente o movimento da classe à qual pertencem, que permite aos "mais capazes" ou mais conscientes, intervirem no seio do conjunto do proletariado, no plano teórico e prático, nele implementando a adoção de uma nova práxis, de potencial essencialmente revolucionário. Ilustrativo neste sentido é a afirmação segundo a qual os ingleses possuíam "toda a matéria necessária para a revolução social" faltando-lhes porém "o espírito generalizador e a paixão revolucionária". Debilidade que somente o Conselho Geral da AIT poderia "suprir", acelerando "assim o movimento verdadeiramente revolucionário" tanto na Inglaterra quanto nos diversos países do continente europeu. Os "grandes efeitos que já produzimos nesta direção", prossegue, "são atestados até mesmo pelos jornais mais inteligentes e melhor credenciados junto às classes dominantes" quando "nos acusam publicamente de termos envenenado e quase extinto o espírito inglês da classe operária". No entender de Marx, a "única forma de produzir esta mudança" era "agir como o fez o Conselho Geral da Associação Internacional. Enquanto Conselho Geral", conclui o pensador alemão, "podemos tomar a iniciativa de medidas [...] que surjam, mais tarde, aos olhos do público [...] como movimentos espontâneos da classe operária inglesa" (22).

Toda a discussão marxiana, no que concerne ao papel a ser desempenhado pela vanguarda junto ao mundo do trabalho, é reveladora, por sua vez, do alto grau de dialeticidade que percorre sua formulação sobre o movimento de parti-

22. MARX, K. Le Conseil Général au Conseil Fédéral de la Suisse Romande. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II; activité et organisation. Paris, Librairie François Maspero, 1973. p. 164.

do. Para ele, a própria sociedade burguesa é responsável pelo aparecimento, nas fileiras do proletariado, daquelas individualidades que se destacam no plano da consciência adquirida. É certo que a miséria das massas e o embrutecimento do trabalho se acentuam à medida em que o capital progressivamente se desenvolve. Porém, também é verdadeiro o fato de que o processo objetivo de desenvolvimento do capital cria, no campo da subjetividade, a possibilidade de determinadas individualidades da classe operária tomarem-se cada vez mais conscientes "da sua situação como proletários e de seu antagonismo histórico-econômico com o capital", utilizando-se desta compreensão para despertar, no conjunto da classe, a consciência da "tarefa histórica do proletariado" ⁽²³⁾. É dentro deste espírito que Marx tecerá a afirmação segundo a qual o "operário não é livre nas suas ações" sendo, em "muitos casos [...] bastante ignorante para reconhecer os reais interesses do filho ou as condições normais de desenvolvimento do homem. Todavia, a parte mais esclarecida da classe operária compreende muito bem que seu futuro como classe e, conseqüentemente, o futuro da humanidade, depende da formação da geração que cresce" ⁽²⁴⁾.

Apesar de aglutinar os elementos ou subjetividade mais avançadas do proletariado, seria, no entanto, grande erro julgar que nas fileiras da Associação Internacional estavam agrupadas somente individualidades pertencentes a uma única tendência teórico-prática. A ausência de um bloco monolítico é atestada pelo próprio Marx quando afirma que a AIT

23. ENGELS, F. Per la Historia della Lega dei Comunisti. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere VI; ottobre 1854-marzo 1848. Roma, Riuniti, 1973, p. 650-651.

24. MARX, K. Istruzioni per i Delegati del Consiglio Centrale Provvisorio. Le Singole Questioni. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 193.

mobilizava esforços para aglutinar as "multiformes divisões do trabalho" que atuavam de maneira dispersa e isolada⁽²⁵⁾. Acentua esta compreensão os próprios cuidados tomados na redação de alguns documentos para aquela organização, principalmente no caso do Manifesto Inaugural e os Estatutos. Marx observa a Engels o fato de ter se cercado de todo cuidado na elaboração dos referidos textos, para não se confrontar com as "considerações já votadas", razão pela qual foi "muito difícil conduzir a coisa de modo" que a velha posição por eles defendida "aparecesse em uma forma [...] aceitável ao [...] ponto de vista do movimento operário" que acabava de renascer⁽²⁶⁾.

Acentuam a inexistência de uma única posição teórico-prática nas fileiras da Internacional as considerações marxianas sobre a diversidade de documentos apresentados no momento da adoção de uma carta de princípios para a organização que acabava de se constituir. Como resultado da sessão no Saint Martins's Hall, escreve Marx, nomeou-se "uma subcomissão [...] para redigir uma declaração de princípios e estatutos provisórios". De sua parte, o "major Wolff havia apresentado o regulamento (estatuto) das associações operárias italianas (que têm uma organização central mas que, como se revelou mais tarde, são essencialmente sociedades de socorro mútuo associadas)". O documento "era, evidentemente, obra de Mazzini" e continha todo o "espírito" e "fraseologia" própria com a qual tratava a "verdadeira questão, a questão operária". Além do documento de Wolff, "um velho owenista, Weston [...] havia redigido um programa cheio da maior confu

25. MARX, K., Biglietto a Stampa Alle Società Costituenti L'Associazione. In: Id. *Ibid.*, p. 363.

26. MARX a Engels, [4 Novembre 1864]. In: *Opere* XX, p. 14.

são e de indizível prolixidade". Frente a isto, "Le Lubez apresentou uma declaração de princípios e um arranjo nos estatutos de Wolff, recebido pelo subcomitê, para que fosse submetido ao comitê reunido em sessão plenária". No comitê, Le Lubez "leu um preâmbulo espantosamente retórico, mal escrito e pouco pensado, que pretendia que fosse uma declaração de princípios". Nela "Mazzini estava presente a cada momento". Além disto, o documento apresentava-se "mascarado com os mais vagos" traços "do socialismo francês" (27).

A presença de forças diversas no seio da AIT decorria, no entender de Engels, das próprias circunstâncias existentes à época de nascimento daquela organização. A "Internacional pertencia à época do Segundo Império, em que a opressão reinante em toda a Europa prescrevia ao movimento operário, que acabava de renascer, unidade e abstenção de toda polêmica interior. Era um momento em que os interesses cosmopolitas gerais do proletariado podiam passar a primeiro plano, um momento em que Alemanha, Itália, Espanha e Dinamarca acabavam de incorporar-se ao movimento ou se estavam incorporando a ele". Necessário observar-se ainda que em "1864, o caráter teórico do próprio movimento era todavia muito confuso em toda a Europa, isto é, nas massas; o comunismo alemão não existia ainda como partido operário; o proudhonismo era demasiado débil para cavalgar sobre seus tópicos favoritos, e o novo discurso confuso de Bakunin não existia ainda nem na sua própria cabeça. Até os líderes das trade unions inglesas estimavam que o programa exposto nos considerandos dos Estatutos lhes oferecia uma base para ingressar no movimento" (28).

27. Id. *Ibid.*, p. 12.

28. ENGELS a F.A. Sorge. [12-17 de Septiembre de 1874]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Obras Escogidas*, Tomo II, p. 459.

Para Engels, o modo de compreender as diversas posições existentes na Internacional e a necessidade de fazer com que as múltiplas tendências ou frações se ajudassem mutuamente teve papel decisivo na redação dos diversos documentos elaborados por Marx. É frente à situação concreta, por exemplo, que ele redige os Estatutos da AIT de modo que "todos os socialistas da classe operária" daquele período "pudessem nela intervir" (29).

Por outro lado, a presença de diversas concepções de movimento no interior da AIT era reconhecida por Marx como necessária e altamente salutar. Nascida com a finalidade de "fundir em um só e grande exército toda a classe operária combativa de Europa e da América" com vistas à conquista da sociedade emancipada, a carta programa havia obrigatoriamente de ter uma redação "que não fechasse a porta às trade unions inglesas, aos proudhonianos franceses, belgas, italianos e espanhóis", como também "aos lassaleanos alemães". Porém, se a ausência de uma única concepção de movimento revelava, em certa medida, debilidades que perpassavam o conjunto da classe operária, por outro, compreendia Marx que a aglutinação dos vários matizamentos de socialismo devia ser tratado como o ponto de partida para futuro salto qualitativo do proletariado. Para ele, "da ação comum e da discussão" entre as "frações" da classe brotaria o "desenvolvimento intelectual" necessário para um embate decisivo entre as forças do trabalho contra o capital" (30).

29. ENGELS a Florence Kelley-Wischnevetzky, [27 de Enero de 1887]. In: MARX, K & ENGELS, F. *El Sindicalismo I; Teoría, Organización, Actividad*. Barcelona, Editorial Laia, 1976, p.104.

30. ENGELS, F. Prefazione all'Edizione Tedesca del 1890 del Manifesto. In: MARX, K & ENGELS, F. *Opere IV*, p. 672. Sobre a composição interna da Associação ver também: ENGELS, F. Report on the Alliance of Socialist Democracy Presented in the Name of the General Council to the Congress at the Hague. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Vol. 23, p. 232 e ENGELS a Cafiero, [1-3 de Julio de 1871]. In: MARX, K; ENGELS, F & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*. Moscú, Editorial Progreso, 1987. p. 28.

Objetivando aglutinar as diversas tendências da AIT e do conjunto do proletariado, em determinados momentos os escritos assumem tons marcadamente conciliatórios. Isto evidencia de maneira transparente em carta de Marx a Kugelmann, onde afirma que tinha "grandes temores em relação ao primeiro Congresso" da AIT, motivo pelo qual escreveu "o programa dos delegados londrinos" limitando-se "intencionalmente aos pontos" que permitiam "um entendimento e uma colaboração imediata entre os operários" e forneciam "um alimento e um estímulo imediato às necessidades da luta de classes e à organização dos operários como classe"⁽³¹⁾. Procedimento que se repete na redação do Manifesto Inaugural e dos Estatutos Provisórios da AIT. Marx comenta com Engels que as "proposições" apresentadas nos referidos textos "foram todas aceitas", apesar de ter sido obrigado a incluir duas frases acerca do "dever" e do "direito", no Preâmbulo dos Estatutos, além da expressão "verdade, moralidade e justiça". Ainda assim, as concessões se deram, conclui, "de tal modo" a não poder "causar dano" aos objetivos perseguidos⁽³²⁾.

Em conjunto ou isoladamente as citações remetem para ponto de fundamental importância da reflexão marxiana. É certo que em determinados momentos, concessões deviam ser feitas para se manter a unidade do movimento. No entanto, estas eram válidas tão somente enquanto se reconhecesse a sua utilidade para o crescimento e implementação do movimento de partido pela classe operária. Não se tratava para Marx de puro taticismo, mas de uma posição teórico-prática que possuía perfeita compreensão da necessidade de articulação constante

31. MARX a L. Kugelmann, [9 Ottobre 1866]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLII, p. 576.

32. MARX a Engels. [4 Novembre 1864]. In: Opere XX, p. 13.

entre os objetivos mais imediatos e os mais históricos da classe. Expressa esta posição o firme reconhecimento da íntima relação existente entre a tática e a estratégia, isto é, entre a adoção de iniciativas capazes de dar conta das lutas cotidianas mais imediatas da classe e o objetivo final a ser perseguido, a conquista da sociedade emancipada. De outra parte, muito embora estabelecesse concessões visando permitir a ação conjunta do proletariado, é necessário observar que em nenhum momento encontramos Marx como defensor incondicional da unidade partidária. Esta é sempre tratada dentro de limites bastante precisos, capazes de fomentar a realização da prática de partido. Neste sentido, estabelecer "uma potente ligação" onde estivessem conjugados "todos os membros da comunidade operária", exigia o debate entre as diversas tendências presentes no interior da AIT⁽³³⁾.

O debate interno era considerado primordial, visto que a "comunidade de ações que a Internacional" suscitava, bem como "a troca de idéias entre os diferentes órgãos das seções de todos os países" por ocasião das "discussões diretas nos Congressos gerais" da organização, só poderiam atuar como forte instrumento no sentido de "criar, aos poucos, o programa teórico comum para o movimento operário em geral". Se divergências existiam entre os vários matizamentos de socialismo presentes na AIT, estas deveriam ser, dentro de limites bastante definidos, respeitadas, pois "sendo muito distinto o grau de desenvolvimento das diversas seções operárias em um mesmo país e da classe operária nos diferentes países, também o movimento real" acabava por se expressar "ne-

33. MARX, K. Il Consiglio Generale Dell'Associazione Internazionale Degli Operai sul Congresso di Losana. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 404.

cessariamente em uma forma teórica muito diversa" (34). Desta forma, é também no conflito das tendências presentes na Associação que Marx localiza a possibilidade de crescimento da organização operária. Note-se ainda que as concessões tático-estratégicas visando garantir a unidade e a defesa dos debates constantes como caminho para fortalecimento de uma AIT dinâmica, articulam-se numa intrincada rede onde o objetivo está sempre colocado com precisão absoluta: fortalecer o movimento da classe operária para que esta pudesse contrapor-se com "sucesso" à "força dos capitalistas" (35). Pela riqueza de articulação destes dois momentos abria-se a possibilidade da Internacional constituir-se como o grande instrumento de luta do qual se valeria o conjunto do proletariado em sua contraposição aos donos do capital.

A necessidade de se considerar o momento tático em constante conexão com o objetivo estratégico é percebida também por Engels. Para ele, era "lógico" e mesmo aceitável "que toda direção de partido" buscasse "êxitos em seu trabalho". Porém, havia "circunstâncias nas quais" se devia "ter o valor de renunciar aos êxitos imediatos em prol de coisas mais importantes. Sobretudo um partido" como a Internacional, "cujo sucesso final" estava "plenamente assegurado". A exemplo de Marx, considera necessário defender a unidade partidária, mas somente dentro dos limites possíveis e compatíveis com o projeto da emancipação do trabalho. Enraizado nesta perspectiva e recusando qualquer proposta de unidade abstrata, Engels comenta que depois da Comuna, a Associação "con-

34. MARX e Engels, [5 Marzo 1869]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLIII; lettere, gennaio 1862-luglio 1870. Roma, Riuniti, 1975, p. 294-295.

35. MARX, K. Il Consiglio Generale Dell'Associazione... In: MARX, K & ENGELS, F., op. cit. p. 404.

seguiu enormes êxitos" e os "burgueses mortos de medo, a viam como onipotente" enquanto que a "grande massa dos militantes da Internacional pensava que as coisas iriam continuar assim eternamente". Porém, "sabíamos perfeitamente que o globo tinha que arrebentar" pois pessoas "das mais depreciáveis haviam aderido" à organização. De sua parte, por exemplo, os sectários "se aproveitaram abusivamente de sua condição de membros da Internacional e chegaram [...] a supor que se lhe ia tolerar" a realização das "maiores tolices e vilezas". No entanto, "não o toleramos" e, além disto, "procuramos não retardar a catástrofe e lograr que a Internacional saísse dela limpa e incorrupta". Aprofundando suas reflexões observará Engels que o "globo estourou em Haia" para a decepção daqueles cuja imaginação fazia supor "que na Internacional encontrariam o ideal da fraternidade e a reconciliação universais". Outra posição não foi possível pois "qual haveria sido o resultado" caso se adotasse "em Haia uma atitude conciliadora" ou se esforços tivessem sido desenvolvidos no sentido "de encobrir a cisão iminente?" Seguramente, os "sectários [...] bakuninistas" ganhariam tempo "para realizar, em nome da Internacional" ações capazes de prejudicar o movimento de partido, de tal modo que "os operários mais avançados se afastariam" da organização, "cheios de repulsa". Agravando a situação, "o Congresso seguinte, no qual forçosamente estouraria a crise, se converteria" no espaço de "lutas pessoais" uma vez que "o sacrifício dos princípios já se havia realizado em Haia. Porém, então, a Internacional estaria morta realmente, assassinada pela 'unidade'". Apesar de considerar os acertos das decisões de Haia, concluirá Engels que "os erros táticos" eram "sempre possíveis". Mas, naquele momento, necessário se fazia não se deixar "enganar pelos gritos de 'unidade'" pois "os

que mais" abusaram desta palavra de ordem foram "os primeiros a provocar as cisões" revelando assim que os "fanáticos da unidade" ou eram "homens de pouca visão", ansiosos por "misturar tudo em uma massa indefinida" ou se tratava "de pessoas que, consciente ou inconscientemente" queriam "desvirtuar o movimento" de seus grandes objetivos ⁽³⁶⁾.

3 - MOVIMENTO DE SEITAS, MOVIMENTO DE PARTIDO E OS INTELLECTUAIS NA ASSOCIAÇÃO

Nos dez anos dedicados à Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx e Engels atuarão sempre em direção bastante precisa, isto é, buscando o fortalecimento da aquela organização de tal modo a transformá-la em poderoso instrumento nas mãos do proletariado em sua luta contra a burguesia. Tratava-se, para ambos, de forjar "uma autêntica e militante organização da classe operária de todos os países, unida em sua luta comum contra os capitalistas e senhores de terra" e também "contra seu poder de classe organizado no Estado" ⁽³⁷⁾. Para viabilizar este objetivo se colocava como primeira necessidade trazer às fileiras da Internacional "todos os grupos" que atuavam no campo do socialismo, garantindo-lhes o direito de "fazer propaganda" dos seus respectivos programas, desde que isto não ferisse ou estivesse em oposição aos esforços perseguidos pela AIT ⁽³⁸⁾. É neste sentido que escreverá Marx aos membros da Aliança da Democracia Socialista, or

36. ENGELS a A. Bebel, [20 de Junho de 1873]. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo II, p. 456-457.

37. MARX, K & ENGELS, F. Fictitious Splits in the Internacional. In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 107.

38. MARX à Paul Lafargue, [21 Mars 1872]. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II, p. 171.

ganização bakuninista que buscava ingressar nas fileiras da Associação: "Não cabe [...] nas atribuições do Conselho Geral proceder ao exame crítico do programa da Aliança. Não temos porque investigar se esse programa é expressão adequada do movimento do proletariado ou não. Importá-nos unicamente saber se ele não contém nada contrário à tendência geral de nos sa Associação, isto é, à libertação total da classe operária" (39). Na mesma direção escreverá em 1870: "a sociedade dos proletários positivistas de Paris pediu ao Conselho Geral seu ingresso" na Associação. De sua parte, o "Conselho respondeu que os princípios positivistas, no que concerne ao essencial, enunciados nos Estatutos Gerais da sociedade [...] estavam em flagrante contradição com os considerandos dos Estatutos Gerais" da AIT, sendo "necessário, portanto, suprimir esta parte e ingressar na Internacional, não como 'positivistas' e sim como 'proletários', ficando, fora isto, em liberdade para conciliar suas opiniões teóricas com os princípios gerais da Associação" (40).

As notas sobre o pedido de ingresso na AIT, tanto por parte da Aliança, quanto da Sociedade dos Proletários Positivistas de Paris, atestam os amplos esforços desenvolvidos no sentido de aglutinar os diversos matizes de socialismo que se encontravam dispersos a nível nacional e internacional. Contudo, muito embora estimulasse a ação conjunta dos grupos, a elaboração marxiana considera que nenhum agrupamento poderia valer-se do direito de tendência para implementar a prática "sectária" no seio da Associação. Seme-

39. MARX, K. El Consejo General de la Asociación Internacional de Trabajadores al Buró Central de la Alianza de la Democracia Socialista. In: MARX, K & ENGELS, F. La Internacional, p. 40.

40. MARX, K & ENGELS, F. Fictitious Splits... In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 96.

lhante atividade não apenas estava em clara oposição aos objetivos da AIT, que "de modo algum" se constituía "em uma sociedade fundada para a promoção de doutrinários aficcionados", mas também eram lesivas aos interesses da ação de partido ⁽⁴¹⁾. Mais precisamente, estavam "em contraposição" aos intentos voltados a forjar o "movimento autêntico da classe operária" ⁽⁴²⁾. Os prejuízos causados pela ação dos "sectários" podia ser facilmente constatado analisando-se as atividades da Aliança da Democracia Socialista, "uma sociedade secreta formada no interior da Internacional, tendo um programa próprio" que diferia "amplamente daquele" que era defendido pela Internacional; "uma sociedade" que tinha "por objetivo a propaganda do seu programa" pois o considerava "como o único verdadeiramente revolucionário" ⁽⁴³⁾. Atribuindo-se "como missão especial guiar" a "grande Associação em harmonia com suas próprias tendências particulares", a organização bakuninista nada mais fazia do que conduzir a AIT "para objetivos desconhecidos à vasta maioria" dos membros da Internacional ⁽⁴⁴⁾. É certo, dirá Engels, buscando aprofundar as reflexões sobre as posições dos sectários, que "ninguém desejaria opor-se aos aliancistas por divulgarem seu próprio programa. A Internacional é composta de socialistas das mais variadas tonalidades de opinião. Seu programa é suficientemente amplo para acomodar todas elas; a seita bakuninista foi admitida nas mesmas condições de todas as outras". Passível de crítica, porém, era o fato de terem feito "a violação destas condições" ⁽⁴⁵⁾.

41. MARX a P. Lafargue, [21 de Marzo de 1872]. In: MARX, K., ENGELS, F. & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 58.

42. MARX a F. Bolte, [23 de Noviembre de 1871]. In: Id. *Ibid.* p. 35.

43. ENGELS, F. Report on the Alliance of Socialist Democracy... In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 231.

44. MARX, K & ENGELS, F. To the Spanish Sections of the International Working Men's Association. In: Id. *Ibid.* p. 211.

45. ENGELS, F. Report to the Alliance... In: *Op. cit.* p. 232.

A Associação, prossegue ele de maneira conclusiva, "é um centro de convergência e de correspondência entre as sociedades operárias dos distintos países que aspiram" à emancipação social. "Se as teorias de Bakunin e seus amigos se limitassem a estes objetivos não haveria objeções para aceitá-los como membros e permitir-lhes fazer o quanto pudessem para propagar suas idéias por todos os meios adequados". Inadmissível, no entanto, era a pretensão de querer "mandar e impor" seus "dogmas especiais" a "todos" os "membros" da Internacional e "criar a divisão" em suas fileiras" (46).

Tomadas em conjunto ou isoladamente, as argumentações de Marx e Engels sobre a Aliança e a Sociedade dos Proletários Positivistas de Paris revelam um fato da maior importância: para ambos, direito de tendência e prática sectária não possuíam o mesmo estatuto de validade. Enquanto era necessário à organização Internacional defender condições para que todas as correntes de pensamento pudessem dela participar, o procedimento é distinto em relação aos agrupamentos simpáticos ao movimento de seitas. Outra posição não era possível, segundo a elaboração marxiana, pois a "experiência" demonstrou haver profunda "contradição entre o movimento sectário e o movimento de classe" fomentado pela Associação, pois em sentido contrário à ação de partido, a "seita busca sua razão de ser e seu ponto de honra não naquilo que tem em comum com o movimento de classe, mas sim em um sinal de reconhecimento especial que a distingua" deste (47). Defender o movimento de partido por iniciativa da classe colocava ao mesmo tempo a exigência de combater as posições sectárias. No que con

46. ENGELS a Caffero, [1-3 de Julio de 1871]. In: MARX, K., ENGELS, F & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 28-30.

47. MARX a Johan Baptist Von Schweitzer, [13 Ottobre 1868]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Opere XLIII*, p. 619.

cerne às tendências, elas em si não representavam de início nenhum problema. Se muitas vezes manifestavam princípios programáticos distintos umas das outras isto decorria tão somente em razão dos estágios de desenvolvimento do capitalismo nos vários países, e suas consequências inevitáveis no plano da subjetividade. A conquista de uma nova sociedade por meio da derrubada do capitalismo apresentava-se como objetivo unitário para os diversos matizamentos de socialismo. Contudo, uma vez que "as frações da classe operária em cada país e a classe operária dentro dos diversos países" estavam em "níveis de desenvolvimento diferentes" naquele preciso momento, decorria "necessariamente que suas opiniões teóricas", verdadeiro reflexo "do movimento real" se apresentavam "igualmente divergentes" (48).

É somente como defesa do movimento de partido, portanto, em prol da ação conjunta por parte da classe operária em seu conjunto, que se torna possível compreender as exigências marxianas, no período final da AIT, para que fossem expulsos das fileiras da organização todos os agrupamentos sectários, além de se introduzir, na redação dos Estatutos Gerais, o artigo dispondo que, a partir daquele momento, "nenhum ramo ou grupo" poderia "designar-se a si mesmo por nomes sectários, tais como Positivistas, Mutualistas, Comunistas, etc, ou formar corpos separados, sob o nome de seções de propaganda etc, atribuindo a si mesmos missões especiais distintas daquelas comuns, propostas pela Associação" (49). É a defesa do movimento de partido que permite compreender, tam-

48. MARX, K. Le Conseil Général de l'Association Internationale des Travailleurs au Bureau Central d'Alliance de la Démocratie Socialiste. In: *Le Parti de Classe II*, p. 151.

49. MARX, K. General Rules and Administrative Regulations of the International Working Men's Association. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 12.

bém, o posicionamento marxiano segundo o qual eram justos os combates do Conselho Geral da organização aos "reiterados in tentos", principalmente dos bakuninistas, "de se substituir o amplo programa da Internacional" por outro, claramente "es treito e sectário [...] cuja aceitação eliminaria de imedia-to à imensa maioria dos membros da Internacional" (50).

Desta maneira, a luta de Marx e Engels contra os agrupamentos cujo posicionamento era dado pela adoção do sectarismo não significava uma disputa movida por vaidade pes soal de ambos. Estavam em discussão, na verdade, profundas di vergências no que concerne à adoção dos caminhos mais adequa-dos ao proletariado para que este pudesse superar definitiva-mente a dominação burguesa. Observe-se ainda que, para a re flexão marxiana, o combate aos sectários não decorria de uma fórmula abstrata. Encontrava, isto sim seu embasamento na própria experiência histórica. Mais precisamente, acentuava a necessidade de crítica a tais agrupamentos o próprio balanço do que havia logrado o movimento sectário desde que o prole-tariado havia se colocado em oposição à sociedade regida pe-lo capital.

Apesar de se opor à prática sectária, Marx re conhece que em determinado momento histórico elas tiveram sua positividade, chegando mesmo a dominar "a primeira fase da luta do proletariado contra a burguesia". Nos períodos ini-ciais do movimento operário, certos "pensadores", de maneira isolada, criticavam "os antagonismos sociais" propondo para eles "fantásticas soluções, as quais a massa dos trabalhado-

50. ENGELS, F. Declaration Sent by the General Council to the Editors of Italian Newspapers Concerning Mazzini's Articles About the International. In: Id. Ibid., p. 61.

res" deveria "aceitar, divulgar e colocar em prática". Por serem em geral "abstencionistas", isto é, "estranhas a toda ação real, à política, às greves, coalisões, ou, em uma palavra, a qualquer movimento conjunto", o resultado final era sempre o mesmo: a "massa do proletariado" permanecia "indiferente ou mesmo hostil" à propaganda destas teorias. Observa, no entanto, que apesar das teorias sectárias terem conduzido, em seu conjunto, a resultado oposto ao pretendido, elas deram sua contribuição ao futuro movimento de partido pois trouxeram à tona, ainda que de forma insuficiente, os grandes problemas vividos pelo universo do trabalho⁽⁵¹⁾. Pertencendo a "um período no qual a classe operária não se encontrava ainda suficientemente preparada para fazer sua entrada histórica na cena mundial", a uma fase "onde, além disto, as condições materiais" de "emancipação" do proletariado "não estavam suficientemente amadurecidas dentro do próprio velho mundo", foi mérito dos "fundadores de seitas utopistas" anunciar "pela crítica da sociedade de seu tempo, o objetivo do movimento social, a abolição do salariado e de todas as suas condições econômicas de dominação de classe". Mérito acentuado pelo fato de que não se encontravam "nem dentro da sociedade as condições materiais para a sua transformação, nem dentro da classe operária o poder organizado e a consciência do movimento". A "miséria existia" para o proletariado, "mas não as condições de seu próprio movimento"⁽⁵²⁾.

Desde os seus primórdios, tanto os agrupamentos sectários, quanto os teóricos que os fomentavam, mostra-

51. MARX, K. & ENGELS, F. Fictitious Splits... In: Id. Ibid. p. 106.

52. MARX, K. Premier Essai de Redaction a La Guerre Civile en France. In: MARX, K. La Guerre Civile en France 1871, p. 224-225.

ram-se incapazes para dar respostas adequadas aos problemas vividos pelo universo do trabalho. Reconhecer esta debilidade estava longe de indicar, no entanto, a necessidade de se "repudiar" os "patriarcas do socialismo" (53). Havia de se reconhecer que eles estiveram presos aos limites da época, razão pela qual sempre buscaram atuar com base em "planos quiméricos de uma nova sociedade" (54). O fato de serem "justificadas historicamente" em suas origens, como expressão de um momento determinado, no qual o proletariado era ainda bastante imaturo para empreender "um movimento histórico independente", não autorizava, porém, considerar legítima a retomada destas posições, principalmente à época da Internacional, quando o proletariado já havia avançado o suficiente para implementar o verdadeiro movimento da classe, o agir do partido (55). Marx observa enfaticamente que todo cuidado deveria ser tomado para impedir a retomada da velha forma de ação e, com ela, suas insuficiências. Era tarefa dos representantes ou defensores da praxis de partido "evitar" os "erros" que marcavam toda e qualquer prática sectária, pois cometê-los novamente, seria, sem dúvida, imperdoável (56). Reforçando estas considerações Engels argumenta que cumpria às subjetividades, que operavam em prol da praxis de partido, agir tendo por base "as condições" nas quais transcorria "a vida quotidiana da sociedade", afastando-se, em consequência disto, das "místicas teóricas dos primeiros tempos do cristianismo" (57).

53. MARX, K. Political Indifferentism. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 394.

54. MARX, K. Premier Essai de Redaction... In: MARX, K. op. cit. p. 225.

55. MARX a F. Bolte, |23 de Noviembre de 1871|. In: MARX, K., ENGELS, F. & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 35.

56. MARX, K. Political Indifferentism. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 394.

57. ENGELS, F. The Congress of Souvillier and the International. In: Id. *Ibid.*, p. 68. Ver também ENGELS a P. Lafargue, |20 de Diciembre de 1871|. In: MARX, K., ENGELS, F. & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 40.

Forjados historicamente, os agrupamentos e teóricos sectários foram, necessária e progressivamente perdendo influência no seio do movimento operário. Atestavam tal consideração o fortalecimento do movimento de partido e o próprio processo de nascimento da Associação Internacional dos Trabalhadores, que "foi fundada para substituir as seitas socialistas ou semi-socialistas por uma organização real da classe operária com vistas à luta" (58). Porém, o salto quantitativo e qualitativo do movimento de partido em relação ao de seitas não representava, no entender de Marx e Engels, o abandono dos fins inicialmente propostos, mas tão somente a conquista de novos meios para a conquista dos objetivos. A "partir do momento em que o movimento da classe operária tornou-se uma realidade, as quimeras utópicas" se esvaneceram. Isto ocorreu "não porque a classe operária tivesse abandonado o objetivo indicado" pelos primeiros utopistas, "mas porque ela havia descoberto os meios reais de os tornar realidade. Em lugar destas utopias" emergiu "uma percepção real das condições históricas do movimento e uma organização militar cada vez mais forte da classe operária". Os dois fins últimos do movimento", proclamados pelos patriarcas do socialismo, isto é, a supressão do trabalho assalariado e de toda dominação de classe" se mantiveram. "Somente os meios diferem e as condições reais do movimento não se perdem" mais "dentro das nuvens das fábulas utopistas" (59).

A presença na Internacional de proudhonistas, owenistas, blanquistas, bakuninistas e positivistas não alte

58. MARX a F. Bolte, [23 de Noviembre de 1871]. In: MARX, K., ENGELS, F & LENIN, V. Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo, p. 35.

59. MARX, K. Premier Essai de Redaction... In: MARX, K. La Guerre Civile en France 1871, p. 225.

ra o julgamento marxiano segundo o qual as seitas estavam superadas. Se na Internacional existiam algumas "seções sectárias, ainda que de maneira pouco acentuada", isto devia ser considerado normal, pois em "toda nova etapa histórica velhos erros reaparecem momentaneamente para desaparecerem em seguida" (60). A ação da Aliança da Democracia Socialista evidenciava, no entender de Marx e Engels, o quanto era equivocada a retomada da prática sectária. Não apenas aquela sociedade bakuninista havia desarticulado o movimento operário onde este encontrava-se em fase de organização, como também havia sido, como todo agrupamento sectário, incapaz de criticar-se a si mesma em sua praxis (61).

Negativas para o movimento de partido eram também as sociedades secretas, fomentadas geralmente pelos defensores da prática sectária. Estas precisavam "ser combatidas" pela Internacional pois apresentavam resultados "sempre negativos" para o desenvolvimento do legítimo movimento de classe. Colocando-se no geral "em contradição com o nível" de amadurecimento "atingido pelo movimento proletário" existente à época, semelhantes "sociedades, em vez de formarem os operários" atuavam, pelo contrário, no sentido de submetê-los "a leis místicas e despóticas", tolhendo-lhes "qualquer independência", com o que orientavam a "consciência" do conjunto do trabalho "para uma falsa direção" (62). Lapidares para o esclarecimento da posição marxiana em relação às sociedades secretas são também as notas redigidas por ocasião da tentativa do governo francês de incriminar a Associação em um "su-

60. MARX, K & ENGELS, F. Fictitious Splitis... In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 107.

61. Id. *Ibid.*, p. 107.

62. MARX, K. Procès-Verbaux de la Conférence des Délégués de l'Association Internationale des Travailleurs Réunie à Londres du 17 au 23 Septembre 1871. In: MARX, K & ENGELS, F. *MEGA*; I-22, p. 727.

posto *complôt* " para derrubá-lo. Refutando as acusações, Marx argumenta que o governo de França procurava, na realidade, um pretexto para prender e deportar os membros das seções da Internacional naquele país. "Segundo os nossos Estatutos", acentua Marx, "constitui-se [...] missão específica" de todas as seções da AIT, onde quer que se façam presentes, "servir de centro de união para as organizações da classe operária" e "apoiar em seus respectivos países todos os movimentos políticos" que se encontram em consonância com os objetivos da "emancipação econômica da classe operária". Porém, os Estatutos "obrigam [...], ao mesmo tempo, a todas as seções" atuarem à "luz do dia". Ainda que "não fossem claros com relação a este ponto, está fora de dúvida que a própria essência de uma Associação identificada com a classe operária, exclui toda possibilidade de adotar as formas das sociedades secretas". De tal modo que, se "a classe operária conspira, formando, como forma, a grande maioria da nação, criadora de toda a riqueza e em nome da qual pretextam governar inclusive os poderes usurpadores, o faz publicamente, como conspira o sol contra as trevas, plenamente convencida de que não existe fora de seu campo nenhum poder legítimo" (63).

As considerações marxianas sobre as "seitas" e o movimento por elas estimulado são marcadas ainda por dois pontos, cuja importância não deve ser desprezada. O primeiro delés refere-se ao âmbito no qual semelhantes agrupamentos encontram espaço para desenvolver suas atividades. Embora poucas, as notas de Marx levam à compreensão de que as seitas encontram forte estímulo para difundir-se nas regiões onde os

63. MARX, K. Proclama del Consejo General de la Asociación Internacional de Trabajadores Sobre las Persecuciones a los Miembros de las Secciones Francesas. In: MARX, K & ENGELS, F. La Internacional, p. 74.

conflitos entre capital e trabalho são imaturos. Sintomático neste sentido é o conjunto de afirmações envolvendo aos primeiros socialistas. Reforça este entendimento a pequena passagem contida em carta escrita a Bolte, onde diz: "a fábula infantil" que era o programa bakuninista "foi acolhida com simpatia [...] na Itália e na Espanha, onde as condições reais do movimento operário" se mostravam "ainda pouco desenvolvidas" (64).

Relevantes, também, são as reflexões sobre a tarefa dos comunistas frente à prática sectária e ao movimento de partido. Marx reconhece que mesmo sendo os comunistas a tendência mais avançada, isto não os autorizava a se colocarem na posição de proprietários do movimento da classe. Justamente por se encontrarem em posição de superioridade na praxis que desenvolviam, era obrigação dos comunistas contribuir no sentido da superação da prática sectária, dentro do espírito de que a Internacional reconhecia uma única categoria de membros, com liberdade para manifestar plenamente as posições que julgavam corretas, desde que isto não ferisse os esforços de construção de ações conjuntas. Fazendo observações sobre a necessidade de serem evitadas "as etiquetas sectárias na Associação Internacional" escreve ainda a Paul e Laura Lafargue: "A aspiração e a tendência geral da classe operária brota das condições reais na qual esta se encontra. Por isto, as aspirações e tendências estão presentes em toda classe, apesar do movimento se exprimir em suas origens nas mais diversas formas, mais ou menos fantásticamente, ou em modo mais ou menos correspondentes às suas condições reais. Os que me-

64. MARX a F. Bolte, [23 de Noviembre de 1871]. In: MARX, K., ENGELS, F & LENIN, V., *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 36.

lhor interpretaram o pleno significado das lutas de classes — os comunistas — são os últimos a aprovar ou a favorecer o sectarismo" (65).

Cumprir observar, como ponto final ao presente capítulo, que seria um erro considerar que a composição interna da Associação fosse apenas de operários de diversos países e ofícios. Na realidade, entre seus militantes encontravam-se também subjetividades oriundas não do universo do trabalho mas sim das camadas médias e burguesa da sociedade existente à época.

Sem jamais terem formado uma maioria nas fileiras da AIT, sobre estas individualidades pesaram fortes restrições por parte de algumas tendências do movimento, que as chamavam pejorativamente de "intelectuais" ou "não-manuais". O combate a estas pessoas ficou distante da intensidade assumida, por exemplo, pelas discussões a respeito do Estado ou do abstencionismo. Isto explica, em grande medida, as poucas notas marxianas sobre o assunto, nos diversos documentos que escreveu para a Associação e mesmo na parte de sua correspondência pessoal. Na realidade, suas considerações mais incisivas estão voltadas a demonstrar que, por trás da oposição aos "intelectuais" ou "não-manuais" escondiam-se os intentos de alguns grupos de dominarem a organização, encaminhando-a para a unilateralidade de suas posições e concepções de movimento. Referindo-se às argumentações de Tolain-Perrachon sobre tais individualidades, escreverá que as tentativas de afastar os "intelectuais" da AIT não passavam de pretexto para viabilizar a candidatura de Tolain ao Parlamen

65. MARX a Paul e Laura Lafargue. [18 Aprile 1870]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opera XLIII, p. 724.

to francês, apoiado no "princípio" de que "somente operários" poderiam "representar os operários". Nisto residia o "interesse primordial" daquele proletário francês "em fazer proclamar este princípio" (66).

Mais de meia década depois das argumentações contra Tolain, Marx observa, com relação ao fracasso do Congresso de Genebra, que no "último momento, o comitê romando de Genebra" enviou "uma carta na qual os genebrinos" se recusavam "primeiramente, a aceitar os mandatos ingleses", manifestando "aí veleidades de reconciliação". Anexaram a isto "um manifesto [...] diretamente dirigido contra o Congresso de Haia e o antigo Conselho Geral de Londres. Nele, os patifes" reclamavam "a expulsão dos intelectuais". Redigido "pelo miserável Cluseret, que em Genebra" se dizia "fundador da Internacional na América", o que se pretendia era o "Conselho Geral para poder exercer, a partir dele, uma ditadura secreta" (67).

Para Marx, eram frágeis as argumentações contrárias à presença dos "intelectuais" na organização ou que buscavam, na ausência de outra alternativa, tratar àquelas individualidades de maneira restritiva, impedindo-lhes o direito de desfrutarem das mesmas condições de militância dos demais membros da organização. A origem social do militante devia ser considerada no processo de admissão às fileiras da AIT. Ela, no entanto, não poderia ser o único critério empregado. Importante também era o tipo de praxis que cada subjetividade, operária ou não, poderia fornecer àquele instrumen

66. MARX à ENGELS, [20 Septembre 1866]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe II*, p. 145-146.

67. MARX à F.A. Sorge, [27 de Septiembre de 1873]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe III*, p. 92.

to de classe. Tanto o culto ao operário, quanto a permissão para que entrasse na AIT qualquer individualidade não-operária simpática à causa do trabalho, deviam ser consideradas com grande cuidado para não prejudicar os esforços de construção de um potente movimento da classe proletária. Apontando para um dos perigos das posições obreiristas, Marx observa que era um equívoco, por exemplo, a pretensão da seção francesa de "representar exclusivamente o elemento revolucionário francês porque, entre seus membros" contava "com ex-presidentes de sociedades operárias parisienses". Tal posição significa, na prática, incorrer no risco da admissão de pessoas como o proletário Gustav Durand, que apesar de ter sido "présidente da sociedade de joalheiros de Paris e secretário em Londres da seção francesa" era, no fundo, um traidor da classe pois era um espião pago pela burguesia (68).

No caso dos "intelectuais" Marx considera que a simpatia com a causa operária era um fator básico para sua admissão. No entanto, era necessário que esta disposição em lutar pelos interesses do proletariado fosse acompanhada de uma firme ruptura com a classe de origem, sem o que só seriam figuras negativas para os objetivos da Internacional. Ilustra esta compreensão as notas sobre Edmond Beales, jurista inglês e burguês radical. Para a reflexão marxiana, "o sucesso" da AIT deveria impor a "prudência" pois "acolher o senhor Beales no [...] Conselho arruinaria tudo". Ainda que fosse

68. MARX, K. Resolutions du Conseil Général sur la 'Section Française de 1871', Adoptées dans la Séance du 7 Novembre 1871. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Mouvement Ouvrier Français II; Efforts pour Créer le Parti de Classe*. Paris, Librairie François Maspero, 1974, p. 47-48. Gustav Durand é tomado por Marx como exemplo uma vez que, apesar de pertencer ao mundo do trabalho, acabou desenvolvendo uma prática prejudicial aos reais interesses perseguidos pela Associação Internacional dos Trabalhadores, o mesmo ocorrendo com o operário Tolain. Ver ENGELS, F. Resolution of the General Council Expelling Gustave Durand from the International Working Men's Association. In: MARX, K & ENGELS, F. MEGA, I-22, p. 416 e ENGELS, F. Resolutions of the General Council Expelling Henri Louis Tolain from the International Working Men's Association. In: Id. *Ibid.*, p. 165.

"um homem honesto e cheio de boas intenções" era e não podia "deixar de sê-lo um político burguês [...] débil, medíocre e ambicioso", ansioso por "apresentar-se como candidato ao Parlamento". Fato este que "por si só deveria ser o bastante para inviabilizar sua admissão" no "comitê" pois se Beales fosse admitido, "o tom cordial, sincero e franco" que caracterizava os debates da Associação, se "esvaneceria e deixaria o posto a falatórios inúteis" de tal modo que a organização "assumiria aos olhos do público um caráter totalmente diverso". Abrir precedente diante de tal quadro, conclui Marx, implicaria em aplainar o caminho para que outros se vissem estimulados a fazer o mesmo, o que seria um grave golpe nos "esforços [...] para libertar o movimento operário inglês de toda a tutela da classe média ou da aristocracia" (69).

Contudo, se para a reflexão marxiana havia possibilidade de "aderentes ativos da Internacional, não trabalhadores, serem membros, a título individual ou de seções operárias", era necessário observar que em "nenhum caso" resultava "legítimo fundar seções [...] compostas exclusivamente ou principalmente de membros" não pertencentes "à classe proletária". Estas deveriam compor-se de "pelo menos" dois-terços de trabalhadores assalariados" (70). Introduzida na última redação dos Estatutos esta decisão não tinha por objetivo limitar o número de "intelectuais" no partido. Muito menos buscava lançar as bases para uma futura posição obreirista. Tratava-se somente de tomar as precauções para que no seio da Internacional as individualidades classificadas como "não-ma

69. MARX a Victor Le Lubez, [15 Febraio 1865]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLII, p. 491.

70. MARX, K. Resolutions du Conseil Général sur la Scission dans la Fédération des Etats Unis Adoptées les 5 et 12 Marz 1872. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe III, p. 62.

nuais" não se vissem estimuladas a formar grupos especiais, fora dos objetivos comuns a AIT.

Embora poucas, as notas marxianas são testemunho de que em nenhum momento as individualidades não operárias chegaram a se constituir em problema incontornável para a Associação. Na verdade, elas são vistas muito mais como positivities, desde que houvessem rompido em definitivo com a antiga classe de origem. De outra parte, fechar as portas da Internacional a estas pessoas significaria um choque frontal com o próprio princípio segundo o qual a "emancipação da classe operária [...] não sendo nem um problema local, nem nacional, mas social", abarcaria "todos os países onde" existisse "a sociedade moderna", isto é, a sociedade burguesa, sendo que, para a conquista da tarefa a que se propunha seria preciso o "curso teórico e prático dos países mais avançados". Atente-se para que inexistente qualquer intenção de classificar quem, no interior dos diversos países, estava autorizado a dar esta contribuição para que a AIT se consolidasse como a representante legítima do universo do trabalho⁽⁷¹⁾. O mesmo procedimento marca a redação do Manifesto Inaugural ao afirmar que a classe operária tinha "um elemento de sucesso, [...] o número" que, contudo, não pesava "na balança senão quando [...] unido pela associação e [...] guiado pela clara consciência". Ainda aí, Marx não estabelece qualquer critério sobre as pessoas que poderiam contribuir para o salto qualitativo da classe operária⁽⁷²⁾.

A evidência de que em nenhum momento Marx che

71. MARX, K. Statuti Provvisori Dell'Associazione Internazionale Degli Operai. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 14.

72. MARX, K. Indirizzo Inaugurale Dell'Associazione Internazionale Degli Operai. In: Id. Ibid., p.12-13.

gou a considerar os "intelectuais" como um problema para a organização Internacional, mas sim que esperava deles efetiva contribuição, é dada pela última redação dos Estatutos. Buscando eliminar todas as dúvidas em relação aos "não-manuais" escreve: "Todos que reconheçam e defendam os princípios da Associação Internacional dos Trabalhadores são elegíveis para dela serem membros" (73).

4 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA E DEMOCRACIA INTERNA

A questão da democracia interna se mostrará decisiva para Marx no processo de construção de uma organização eficiente e capaz de dar respostas às necessidades do universo do trabalho em sua luta contra os senhores do capital. Os esforços para viabilizá-la afloram da primeira à última linha dos Estatutos Gerais, tanto na versão inicial de 1864, quanto na de 1871. Como a última redação do documento é a mais elaborada, refletindo mesmo os agudos embates que se travavam no interior da Associação, é a ela que se atém presente item.

Observe-se inicialmente que, em seu conjunto, o documento marca a preocupação marxiana em estimular a participação na AIT de todas aquelas correntes de pensamento dispostas a lutar em prol da emancipação do trabalho e, também, a necessidade desta militância ocorrer em condições de igualdade real para todos. Significativa neste sentido é a passagem segundo a qual "todo membro da Associação [...] mudando

73. MARX, K. General Rules and Administrative Regulations of the International Working Men's Association, Art. 9. In: MARX, K e ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 7.

seu domicílio de um país a outro" possuía o direito de receber "o fraternal apoio da Associação Internacional dos Trabalhadores"⁽⁷⁴⁾. Contudo, seria empobrecer a problematização de Marx sobre a democracia interna limitando-a à necessidade dos membros da AIT ajudarem-se mutuamente por ocasião de alterações da moradia. De igual modo, a consideração segundo a qual poderiam ingressar na organização "todas as sociedades e indivíduos" dispostos a lutar em prol da emancipação da classe operária, encontra-se distante de refletir a riqueza das reflexões de Marx com relação à democracia interna. Antes, acentuam e contribuem no sentido de evidenciar os esforços que desenvolvia para fazer da Associação um instrumento representativo do proletariado⁽⁷⁵⁾.

É certo que estes elementos apresentam-se como dados importantes para se pensar o problema. Contudo, uma plena caracterização de como este é tratado se faz possível somente analisando o conjunto de artigos que compõem os Estatutos Gerais. Um ponto mais amplo para a apreensão da discussão é dado pelas passagens do referido documento onde está em pauta o procedimento a ser adotado visando a escolha das individualidades que, na condição de delegados, participariam dos Congressos da organização.

Neste sentido, marcada pelo espírito de que a Internacional reconhecia apenas uma categoria de membros, aqueles dispostos a lutar pela derrocada do capitalismo e instauração de novas relações de sociabilidade, a redação do Estatuto estabelece o "direito" de todo "integrante" da Associação "votar nas eleições" destinadas à escolha dos delega-

74. MARX, K. General Rules... In: MARX, K & ENGELS, F., *Collected Works*, vol. 23, Art. 7, p. 10.

75. MARX, K. Statuti Provvisori... In: MARX, K & ENGELS, F. *Opere XX*, p. 15.

dos, bem como poder candidatar-se a representante da seção à qual se encontrava ligado. Desta forma, enquanto militante da AIT, todo e qualquer membro era potencialmente "elegível" para ocupar a função no Congresso que estivesse em pauta⁽⁷⁶⁾. Observe-se ainda que a condição financeira do postulante a delegado não interferia de maneira alguma no sentido de viabilizar as candidaturas. Critério tanto mais improvável se considerado o fato de que a miséria quase total da grande massa dos militantes da Internacional era a responsável direta pelo nascimento daquela organização. De outra parte, a adoção de semelhante procedimento implicaria, na prática, a reprodução, com suas devidas especificidades, do mesmo comportamento utilizado pela burguesia no processo de seleção daqueles que deveriam representá-la e defender seus interesses. Na realidade, caberá à redação do documento excluir o critério financeiro como parâmetro para seleção dos representantes ao observar que "os gastos dos delegados" deveriam "ser pagos pelos ramos e grupos que os nomearam"⁽⁷⁷⁾.

Embora Marx não elabore qualquer consideração específica em relação ao critério para escolha dos delegados ao Congresso, parece justo supor, pelas rápidas indicações fornecidas, que este será dado pela disposição do candidato em lutar para que a Internacional atingisse seus objetivos, assim como pela representatividade e competência demonstrada pelo postulante no local de militância. Apontam nesta direção tanto as considerações feitas a respeito da Comuna e o modo como escolhia seus representantes, como também carta escrita em 1864, onde afirma: "B. Becker ou M. Hess? Conheço a

76. MARX, K. General Rules... In: op. cit., Art. 1, p. 8.

77. Id. Ibid., Art. 4, p. 8.

ambos; são velhos membros do movimento. Os dois são honestos, mas nem um nem outro são capazes de dirigir um movimento importante. Becker é, no fundo, um espírito confuso"⁽⁷⁸⁾. Em outra carta argumenta ainda com relação à escolha de um presidente para o Congresso de Genebra: "É absolutamente necessário que Jung seja nomeado" pois "fala três idiomas [...] representa [...] verdadeiramente o Conselho Geral" enquanto Odger "fala apenas a língua materna". Além disso só comparece ao Conselho Central "quando consegue arrumar dinheiro (naturalmente, com garantia nossa)" e "nada fez pela Associação"⁽⁷⁹⁾.

Outro momento dos esforços para construção da democracia interna é fornecido pela preocupação de Marx em tornar cada Congresso o mais representativo possível, pois somente do enfrentamento entre as várias posições poderia nascer um programa teórico comum no seio da Associação. Para viabilizar este objetivo era garantido a todo ramo, independente do "número de seus membros", a possibilidade de "enviar um delegado para o Congresso"⁽⁸⁰⁾. Na eventualidade de um deles estar impossibilitado de mandar um representante, toda garantia lhe seria dada, e até fomentada, para que pudesse "unir-se com outros ramos vizinhos" visando a nomeação de um delegado⁽⁸¹⁾. Junto a isto, dispunha ainda o documento marxiano que o "ramo ou grupo composto por mais de 500 membros" possuía o direito de "enviar um delegado adicional a cada 500 outros membros excedentes"⁽⁸²⁾.

78. MARX a Carl Klings, [4 Novembre 1864]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLII, p. 459.

79. MARX a Johan Philipp Becker, [31 Agosto 1866]. In: Id. Ibid., p. 571.

80. MARX, K. General Rules... In: Op. cit., Art. 2, p. 8.

81. Id. Ibid., Art. 5, p. 8.

82. Id. Ibid., Art. 6, p. 6.

Tomados em conjunto, os artigos dos Estatutos testemunham os esforços para que um grande número de delegados comparecessem aos Congressos. O problema, no entanto, não era de ordem quantitativa, embora esta fosse importante. Uma análise mais atenta do documento aponta para outra preocupação da reflexão marxiana. Trata-se aqui dos intentos de fazer com que as bases da Associação realmente participassem da vida ativa da organização. Qualquer iniciativa de se forjar a AIT como instrumento legitimamente representativo da classe passava, necessariamente, pela participação das bases proletárias nas decisões. Observe-se que é dos ramos e seções que deveriam sair os delegados, sendo que, em diversas partes do documento, evidenciam-se os intentos para que tal ocorresse da maneira mais plena possível. Acentua a preocupação de se construir a representatividade pela base, a atenção dedicada ao movimento operário das nações onde a repressão burguesa dificultava a formação de seções ou ramos da Internacional. Segundo os Estatutos, "naqueles países onde o estabelecimento regular da Internacional" estivesse "proibido por lei" era necessário garantir, pelo menos, que "delegados de trade-unions e trabalhadores de sociedades cooperativas" tivessem "permissão de participar do Congresso" com direito a se manifestarem "sobre questões de princípio" sem, contudo, desfrutarem do privilégio de "discutir, ou votar sobre, assuntos administrativos" (83).

A reflexão sobre a democracia interna é aprofundada na discussão dos trabalhos preparatórios aos Congressos, momento no qual eram proclamadas as "aspirações da clas

83. Id. Ibid., Art. 7, p. 8.

se trabalhadora" e "as medidas necessárias para o sucesso da Associação". Forjá-los como local realmente vivo de debates, centro de militância capaz de contribuir na tarefa de organização da classe enquanto partido, exigia, antes de tudo, que todas as instâncias da organização estivessem informadas, com clareza, de todos os assuntos da organização ⁽⁸⁴⁾. Isto implicava, por sua vez, uma estreita ligação desde as seções e ramos até o Conselho Geral, passando pelas ocasiões nas quais se realizavam os Congressos ou Conferências. Cada setor da vida da organização deveria estar permanentemente em contato com os demais, de tal modo a manter-se informado das questões gerais da sociedade. Marx observa, neste sentido, que dois "meses antes do encontro do Congresso [...] todo ramo ou federação de ramos" deveria "transmitir para o Conselho Geral um detalhado relatório de suas sessões e atividades" e, de posse do material, ser obrigado a "elaborar estes elementos sob a forma de um único relatório [...] para ser lido no Congresso" ⁽⁸⁵⁾. Além disto, por ocasião dos Congressos, dispunha o documento ser direito dos delegados, legítimos representantes das bases da organização, "exigir uma explicação [...] das atividades [...] do Conselho Geral" caso este não tomasse iniciativa neste sentido ⁽⁸⁶⁾. Desta forma, os Congressos estavam longe de representar eventos puramente formais. A preparação que os cercava evidenciava a exigência de que fossem representativos, participativos e eficazes no que concerne às respostas ao movimento operário como um todo.

Grande responsabilidade pelo sucesso de cada

84. Id. *Ibid.*, Art. 3, p. 4.

85. Id. *Ibid.*, Art. 14, p. 9.

86. Id. *Ibid.*, Art. 13, p. 9.

Congresso recaia, de outra parte, sobre os delegados. O direito de participarem como representantes das bases da organização, isto é, das seções e ramos, implicava o dever de atuarem não apenas no sentido de "nomear o Conselho Geral da Sociedade" mas também intervindo de maneira decisiva nas diversas discussões levantadas⁽⁸⁷⁾. O papel ativo reservado a eles é acentuado observando-se que poderiam exigir alteração do documento básico da organização, os Estatutos, se a situação assim obrigasse. Para tal era necessário, apenas, "que dois terços dos delegados presentes" estivessem "a favor da revisão"⁽⁸⁸⁾. Visando estimular esta participação, dispunha o documento que, a cada Congresso, seria nomeado "tantos comitês quantos" fossem "as questões submetidas" à apreciação. Contudo, os delegados possuíam a liberdade para "designar o comitê dentro do qual" preferiam "participar". Por sua vez, visto ser a transparência fator essencial para a constituição do Congresso como espaço vivo de debate, a única exigência feita aos delegados dos diversos núcleos de trabalho, era a de que fizessem a leitura "do material apresentado pelas diferentes seções e grupos sobre a questão especial encaminhada a ele" e elaborassem "um único texto [...] para ser lido ao público presente"⁽⁸⁹⁾.

Na impossibilidade de ocorrer um Congresso, a realização de uma Conferência se colocava como alternativa à organização Internacional. Esta era uma solução marcada por certa "debilidade" pois nela inexistia, por exemplo, "discussões públicas", sendo "celebradas somente sessões de traba-

87. Id. *Ibid.*, Art. 3, p. 4.

88. Id. *Ibid.*, Art. 12, p. 3.

89. Id. *Ibid.*, Art. 11, p. 9.

lho". Ao lado disto, a Conferência "não podia resolver problemas referentes aos princípios ou introduzir modificações nos Estatutos nem, em geral, adotar medidas de caráter legislativo". Na verdade, ela "devia limitar-se a estabelecer acordos práticos que assegurassem a melhor aplicação dos princípios da organização" tal como estavam "prescritos pelos Estatutos e pelas resoluções dos Congressos" (90). Contudo, mesmo desprovida dos poderes dos Congressos, a realização de uma Conferência não podia ser menosprezada, pois objetivava manter a Internacional como espaço vivo de participação e debate. Tais esforços são bastante claros se consideradas as anotações de Marx sobre a Conferência de 1871, transcorrida após a derrota da Comuna. Verdadeira tentativa de dar resposta à repressão desencadeada pela burguesia, Marx argumenta que o Conselho Geral havia convocado "uma Conferência para se entender com os delegados dos diversos países sobre as medidas a tomar" objetivando assim "prevenir-se dos perigos" que corria a "Associação dentro de um grande número de países" e "para proceder a uma organização nova, capaz de responder às necessidades da situação" (91). Cumpre observar que a Conferência mantinha a participação dos delegados — apesar de serem em pequeno número — ao mesmo tempo em que lhes garantia a participação ativa nas discussões. Discutindo os limites de semelhante evento Marx observa: Em 1871, "logo que os acontecimentos o permitiram, o Conselho Geral convocou uma Conferência de delegados, única convocação possível dentro das circunstâncias dadas" (92). Determinou-se aos "delegados dos di

90. ENGELS, F. The Congress of Solvillier... In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 65.

91. MARX, K. Procès-Verbaux de la Conférence des Délégués... In: MARX, K & ENGELS, F., ME-GA, I-22, p. 645.

92. MARX, K. Résolutions du Conseil Général sur la Sections Française de 1871. In: Id. Ibid., p. 433.

versos países" a apresentação de "seus respectivos relatórios sobre a situação da Associação dentro de seus respectivos países" de origem ⁽⁹³⁾. Muito embora a Conferência fosse privada, o Conselho Geral se comprometia a publicar "aquelas resoluções" que os representantes reunidos "julgaram necessário publicar" ⁽⁹⁴⁾. Por outro lado, as "resoluções da Conferência que não" eram "destinadas à publicação" deviam ser "comunicadas aos Conselhos Federais dos diversos países pelos secretários correspondentes do Conselho Federal" ⁽⁹⁵⁾.

A descentralização apresenta-se como outro traço dos esforços para garantir a democracia interna da Associação. Segundo a redação dos Estatutos, além da liberdade para escolher seus delegados aos Congressos, os ramos eram livres para "elaborar regulamentos e estatutos" adequados à "sua administração local" e "adaptados às circunstâncias locais e às leis do país". A única exigência era no sentido de não conterem "nada contrário aos Estatutos e Regulamentos Gerais" ⁽⁹⁶⁾. Seria um erro, no entanto, supor que a liberdade garantida aos ramos lhes permitia uma autonomia absoluta em relação ao corpo total da Internacional. A maneira como se dava a intrincada relação entre os organismos de base da Associação e o Conselho Geral, órgão executivo, é esclarecedora para a compreensão de como Marx pensava ser necessário e pos

93. ENGELS, F. Procès-Verbaux... In: Id. Ibid., p. 653.

94. Id. Ibid., p. 645.

95. MARX, K & ENGELS, F. Résolutions. In: MARX, K & ENGELS, F. MEGA, 1-22, dezembro 1872 bis Mai 1875, Dietz Verlag Berlin, 1984, p. 332.

96. MARX, K. General Rules... In: MARX, K & ENGELS, F., *Collected Works*, Volume 23, Art. 1, p. 12. No mesmo sentido escreverá Engels, comentando a prática da Aliança da Democracia Socialista: "excutando aqueles casos em que possa haver contradição com a tendência geral da AI, faz parte de seus princípios deixar que cada Seção formule livremente seu programa teórico. Nada se opõe, pois, a que as Seções da Aliança se convertam em Seções da Associação Internacional dos Trabalhadores". ENGELS, F. El Consejo General de la Asociación Internacional de Trabajadores al Buró Central de la Alianza de la Democracia Socialista. In: MARX, K & ENGELS, F. *La Internacional*, p. 40-41.

sível desenvolver-se a liberdade dos ramos ⁽⁹⁷⁾.

Observe-se inicialmente que, para a elaboração marxiana, a autonomia absoluta dos ramos e seções, assim como dos Conselhos Federais ou Comitês, devia ser a todo custo combatida, pois seria extremamente prejudicial aos interesses da AIT, voltados para a união, organização e fortalecimento da luta de partido. Era necessário que as instâncias de base reconhecessem o Conselho Geral como organismo capaz de dirigir a organização ⁽⁹⁸⁾. Por sua vez, isto implicava dotar o Conselho de determinados poderes, possíveis de serem exercidos sobre as bases da Associação a qualquer momento. Dentro destas atribuições encontrava-se, por exemplo, o direito de intervir nos vários setores da organização, quando fosse considerado necessário.

Contudo, o exercício de seus poderes junto às instâncias de base da AIT encontrava-se limitado por parâmetros bastante definidos. Ocorria, antes de tudo, no sentido de viabilizar a Associação como um forte instrumento de luta que estivesse à altura das exigências colocadas pela luta de classes entre o capital e o trabalho. Além disto, a intervenção do Conselho nunca se dava de maneira a eliminar os direitos das demais instâncias da organização. Era certo que aquela instância máxima podia "admitir ou recusar a filiação de qualquer novo ramo ou grupo". Porém, esta decisão encontrava-se "sujeita a apelo" por ocasião da realização do primeiro Congresso posterior à adoção da medida. Há de se conside-

97. MARX, K & ENGELS, F. The Alliance of Socialist Democracy and the International Working Men's Association. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 554.

98. O emprego do nome Conselho Federal ou Comitê deveria ser feito, segundo Marx, respeitando-se as condições concretas existentes em cada país. A este respeito ver Marx, K. *Procès-Verbaux...* In: MARX, K & ENGELS, F., *MEGA*, I-22, p. 656.

rar, também, que "onde quer que" existissem "Conselhos Federais ou Comitês, o Conselho Geral" estava "obrigado a consultá-los antes de admitir ou rejeitar a filiação de um novo ramo ou sociedade fora de sua jurisdição", até a realização de um novo Congresso ⁽⁹⁹⁾. Da mesma maneira, a redação dos Estatutos dispunha como "direito" do Conselho Geral, em caso "de surgirem diferenças entre sociedades ou ramos de um mesmo grupo nacional, ou entre grupos de diferentes nacionalidades [...] decidir tais diferenças". Mas, a exemplo de procedimento adotado por motivo de intervenções de outros gêneros, a decisão do Conselho estava "sujeita ao apelo do próximo Congresso", momento no qual as bases da organização estariam reunidas, tornando possível "uma decisão final" sobre o assunto ⁽¹⁰⁰⁾.

Desta forma, por mais que poderes fossem atribuídos ao Conselho, competia a cada Congresso a tomada da decisão final sobre questões pendentes. Para Marx, os Congressos eram, de fato, "uma das forças vivas da Associação", com capacidade para "adotar decisões como um tribunal" e "funcionar como instrumento dos interesses gerais da Internacional" ⁽¹⁰¹⁾. Ao deslocar a decisão final para os Congressos Marx, na realidade, estabelece os próprios limites da autoridade do Conselho Geral, pois deveria partir das bases da organização, representadas por meio de seus delegados, o parecer final sobre as iniciativas previamente tomadas. Como muito precisamente afirma na Conferência de 1871, o "Conselho não" podia "romper com seus mandatários", razão pela qual

99. MARX, K. General Rules... In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, Art. 5, p. 10.

100. Id. Ibid., Art. 7, p. 10.

101. MARX a P. Lafargue, [21 de Marzo de 1871]. In: MARX, K, ENGELS, F & LENIN, V. Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo, p. 58.

atuava sempre "dentro deste sentido", ou seja, respeitando as estreitas ligações que possuía e necessariamente deveria ter com as bases da Associação (102).

A subordinação do conselho às instâncias de base da Associação Internacional dos Trabalhadores fica acentuada observando-se os artigos dos Estatutos voltados diretamente à questão dos Congressos. Neles se dispõe que o Conselho, por ocasião daquele evento, estava na obrigação de prestar contas de suas atividades, por meio de "um relatório público" destinado aos delegados e a "executar as resoluções dos Congressos" (103). Decisão à qual se une outra, de igual importância, onde é apontada como responsabilidade do Conselho a "organização de cada Congresso" bem como a necessidade, "por meio dos Conselhos Federais ou Comitês, levar o programa do Congresso ao conhecimento dos ramos" (104).

Não apenas estava o Conselho Geral subordinado às bases, no que concerne à tomada de decisões finais, como ainda dependia delas para otimizar os trabalhos da organização sob sua responsabilidade. Se, de um lado, tinha por tarefa realizar a "mediação internacional entre os diferentes grupos nacionais e locais da Associação, de tal maneira que os trabalhadores de um país estivessem constantemente informados do movimento de sua classe em todos os outros países", de outro, o sucesso desta missão, a "utilidade" do Conselho dependia diretamente de uma ação eficaz por parte dos demais setores da AIT (105). A eles competia, uma vez que o "êxito do

102. MARX, K. Procès-Verbaux... In: MARX, K & ENGELS, F. MECA, I-22, p. 727.

103. MARX, K. General Rules... In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, Art. 4, p. 4.

104. Id. Ibid., Art. 10, p. 5.

105. Id. Ibid., Art. 6, p. 7.

movimento operário em cada país" só poderia "ser assegurado pela força resultante da união e da associação", mobilizar "seus extremos esforços para combinar as dispersas sociedades de trabalhadores de seus respectivos países em um grande corpo nacional, representadas por órgãos centrais nacionais" (106).

Significativo também no sentido de demonstrar como os poderes do Conselho são exercidos dentro de limites incapazes de prejudicar a democracia interna da AIT e, sobretudo, em estreita dependência das bases da organização, são os artigos referentes à elaboração de material estatístico sobre a situação da classe trabalhadora da época. Reivindicado desde a fundação da Associação, o estudo estatístico jamais foi realizado, fundamentalmente em razão do pouco empenho das instâncias de bases da organização, "apesar dos esforços e solicitações do Conselho Geral aos Conselhos Federais e às seções diversas" (107). Tal fato explica a maneira enérgica como a questão é tratada na versão de 1871 dos Estatutos, onde afirma-se que todo "ramo local é obrigado a nomear um Comitê Especial de Estatísticas", capaz de "responder a qualquer questão que possa lhe ser feita pelo Conselho Federal ou Comitê de seu país", assim como pela instância máxima da organização, o Conselho Geral. Revela, de igual modo, a importância dos organismos de base para o pleno sucesso da tarefa (108).

No que concerne ao Conselho, as atribuições a ele reservadas e os poderes que lhe eram conferidos pela redação marxiana dos Estatutos são reveladores do papel políti

106. Id. Ibid., Art. 7, p. 7.

107. MARX, K. Procès-Verbaux... In: MARX, K & ENGELS, F, MECA, I-22, p. 666.

108. MARX, K. General Rules... In: op. cit., Art. 2, p. 13.

co que possuía no seio da organização. Estava longe de ser "uma simples oficina de correspondência e estatística", como o desejavam os anarquistas⁽¹⁰⁹⁾. É certo que entre suas atribuições estava a de coletar o maior número possível de informações sobre a situação da classe trabalhadora e, com a "frequência que os meios" pudessem "permitir [...] publicar um boletim ou relatório abrangendo tudo" o que pudesse "ser de interesse da Associação Internacional dos Trabalhadores"⁽¹¹⁰⁾. Correta também é a afirmação segundo a qual grande importância era dada por Marx à constituição, no interior dos ramos da organização, de comitês para elaboração de material estatístico, capazes de enriquecer os documentos elaborados pelo Conselho⁽¹¹¹⁾. Contudo, este trabalho só evidencia seu pleno significado se for observada a dimensão política que o revestia. A finalidade primeira e única dos relatórios do Conselho era a de fazer com que "as questões de interesse geral debatidas em uma sociedade" fossem "ventiladas para todas as demais" de tal modo que, "quando práticas imediatas" se fizessem "necessárias — como, por exemplo, em caso de querelas internacionais —, a ação das sociedades" pertencentes à AIT ocorresse de maneira "simultânea e uniforme"⁽¹¹²⁾. A esta dimensão não escapam os esforços de elaboração do material estatístico, cuja necessidade é explicitada em diversos momentos por Marx. A finalidade prática de tal iniciativa mostrasse na autorização, conferida pelos Estatutos, para que "todos os ramos" remunerassem "seus secretários dos Comitês de

109. ENGELS, F. The Congress of Sonvillier... In: Id. Ibid., p. 65. Engels observará ainda, em outra ocasião, que o Conselho não era "somente administrativo", mas "também socialista e político". ENGELS, F. Procès-Verbaux... In: MARX, K & ENGELS, F, MECA, I-22, p. 723.

110. MARX, K. General Rules... In: Op. cit., Art. 3, p. 10.

111. Id. Ibid., Art. 5, p. 14.

112. Id. Ibid., Art. 6, p. 7.

Estatísticas, considerando o benefício geral" para a classe trabalhadora que derivaria "de seu trabalho" (113). Isto é acentuado pela reflexão marxiana quando afirma que uma "grande combinação internacional de esforços" deveria "ser feita pela própria classe trabalhadora para a elaboração de um inquérito estatístico sobre sua situação dentro dos países civilizados" posto que "para agir com algum sucesso" era preciso "conhecer o material" em cima do qual se atuava (114). Assumindo "a iniciativa deste grande trabalho, os operários" dariam "prova de sua habilidade para colocar seu destino em suas próprias mãos" (115).

Um último ponto merece ser tratado no que concerne aos amplos, mas de maneira alguma absolutos, poderes do Conselho Geral. Questão tanto mais importante uma vez que se insere no esforço de esclarecimento sobre como Marx reflete sobre a democracia interna da Associação. Trata-se aqui de observar a dimensão e intensidade da intervenção daquele órgão junto às bases da AIT.

Apesar de ter garantido, pela redação dos Estatutos, a capacidade de intervir quando julgasse necessário, é importante verificar que o Conselho só tomava decisões drásticas após esgotadas as possibilidades de solução dos problemas por via mais diplomática. Portanto, após terem sido eliminadas todas as perspectivas de entendimento sobre questões que pudessem prejudicar o processo de organização e fortalecimento da Associação. À intervenção antecedia um período de observação, coleta de informações, acompanhamento das

113. Id. Ibid., Art. 2, p. 13.

114. Id. Ibid., Art. 5, p. 13-14. Ver também Procès-Verbaux... In: MARX, K & ENGELS, F, MECA, I-22, p. 664-673.

115. MARX, K. General Rules... In: Id. Ibid., Art. 5, p. 14.

sessões das instâncias de base e diálogos com as partes envolvidas. A cautela do Conselho, quando colocado diante da exigência de atuar na solução dos problemas, emerge com clareza se considerado o artigo dos Estatutos onde se dispõe que delegados poderiam ser "nomeados" pelo órgão dirigente da organização, para a realização de "distintas missões" dentre as quais se incluía "o direito de assistirem, e serem ouvidos, em todos os encontros dos Conselhos Federais ou Comitês, ramos locais e Comitês locais e distritais sem, contudo, estarem autorizados a votar" (116).

Em nenhum outro caso, contudo, este procedimento aparece de maneira mais clara do que nas observações de Marx sobre a organização bakuninista Aliança da Democracia Socialista. Observa ele que "a sociedade da Aliança" havia publicado "seus Estatutos antes de os fazer conhecer ao Conselho Geral" demonstrando uma clara iniciativa de tramar "uma conspiração" no seio da AIT, principalmente porque o documento divulgado possuía princípios "inteiramente opostos" aos da Internacional. Ainda assim, com a finalidade "de evitar todo conflito quando este" podia "ser evitado, o Conselho resolveu convidar a Aliança a tomar uma denominação local, o que não foi feito" (117). Na verdade, o Conselho evitava "sempre todo movimento autoritário" quando este podia "ser evitado" (118). Além disto, a própria demora do Conselho em determinar a expulsão, das fileiras da Internacional, dos bakuninistas e demais tendências sectárias indica as restrições deste quanto a agir de maneira apressada.

116. Id. *Ibid.*, Art. 8, p. 10-11.

117. MARX, K, Procès-Verbaux... In: MARX, K & ENGELS, F., *MEGA*, I-22, p. 713.

118. Id. *Ibid.*, p. 717.

O caráter apaziguador do Conselho pode ser ve rificado ainda por ocasião dos comentários a respeito da tra dução francesa dos Estatutos. Depois de demonstrar que a ver são daquele documento introduzia deformações na redação ori- ginal, Marx argumenta que o Conselho Geral estava "convenci- do de que a seção francesa" compreenderia "a necessidade das modificações propostas" e não hesitaria "em conformar seus estatutos particulares à letra e ao espírito dos Estatutos e Regulamentos Gerais" da Associação, evitando "assim todo de- sacordo que dentro das circunstâncias" então existentes "só poderiam entravar o movimento ascendente da Associação Inter- nacional dos Trabalhadores" (119).

Cumprе considerar que a posição inicialmente apaziguadora e depois de confronto, quando necessário, não po- de ser tratada como puro comportamento tático ou até mesmo oportunista por parte de Marx. O taticismo é estranho a tal reflexão, que considerava a necessidade de íntima relação en- tre as lutas mais imediatas e o objetivo estratégico da eman- cipação social. A posição de apaziguamento transcende, por outra parte, o período posterior à entrada dos bakuninistas na organização. Na realidade, ela se alinha dentro do espíri- to de se forjar a unidade no debate interno. Se um traço mar- cava o Conselho Geral, desde o primeiro momento de vida da In- ternacional, este era o de "determinar o momento mais favorá- vel para intervir publicamente" nas questões necessárias e importantes à sobrevivência da organização, de tal modo que sua ação fosse sempre "mais útil que nociva" (120). Isto impli

119. MARX, K. Résolutions du Conseil Général sur les Statuts de la Section Française de 1871 Adoptée à la Séance du 17 Octobre 1871. In: Id. Ibid., p. 426.

120. MARX, K. Le Conseil Général au Conseil Fédéral de la Suisse Romande. In: MARX, K & ENGELS, F., Le Parti de Classe II, p. 167.

cava, por sua vez e ao mesmo tempo, todo o levantamento de material capaz de evitar a tomada de decisões errôneas. Exemplifica semelhante comportamento as considerações referentes ao decreto de expulsão de Gustav Durand das fileiras da AIT. Diz a resolução do Conselho que aquela instância da organização havia reunido "prova incontestável que Gustav Durand, de Paris, membro da Internacional, operário relojoeiro, ex-delegado dos relojoeiros para a Câmara federal dos operários de Paris, ex-chefe de batalhão da guarda-nacional, ex-tesoureiro chefe para a delegação das finanças sobre a Comuna, vivendo em Londres como refugiado, serviu" e servia "ainda à polícia francesa espionando os refugiados da Comuna em Londres e sobretudo o Conselho Geral da Internacional, tendo já recebido a soma de 725 francos por seus serviços", sendo que, por "estes motivos" devia ser considerado um "infame e expulso da Associação Internacional dos Trabalhadores" (121). O mesmo procedimento pode ser verificado por ocasião da expulsão de Tolain e dos bakuninistas (122).

Tomados em seu conjunto os artigos dos Estatutos da Internacional revelam, de forma clara e transparente, todos os esforços de Marx no sentido de construção de uma organização dinâmica e eficaz, para o que concorria significativamente a democracia interna. Democracia que se expressa em vários momentos, desde os esforços para fazer com que participassem da vida da organização os diversos matizamentos de socialismo, até a garantia do direito de participação em condições de igualdade real para todos. De outra parte, é impor

121. ENGELS, F. Résolutions du Conseil Général sur l'Expulsion de Gustav Durand de l'Association Internationale des Travailleurs. In: MARX, K & ENGELS, F., MEGA, I-22, p. 417.

122. MARX, K & ENGELS, F. Pictitious Spies... In: MARX, K & ENGELS, F., Collected Works, Volume 23, p. 79-123.

tante observar que, nos esforços para construção de um instrumento internamente democrático, as concepções básicas que integram a elaboração marxiana não foram abandonadas. É o caso, por exemplo, do princípio de unidade partidária. Apesar de, muitas vezes, o Conselho Geral pautar seu comportamento pela tentativa de solucionar pacificamente os conflitos existentes no seio da AIT, em nenhum momento isto implica a capitulação a um taticismo estéril, cuja existência só inviabilizaria o trabalho de se forjar aquela organização como poderoso instrumento nas mãos da classe operária. Tratava-se de fazer, quando possível, com que as partes conflitantes resolvessem suas diferenças e encontrassem "a via e os meios de operar pacificamente e lado a lado em prol do objetivo comum" a emancipação social do trabalho. Mas se colocava como tarefa, também, realizar esta missão mantendo-se a crítica aberta e sincera entre os militantes, sem o que nenhum programa tático comum poderia ser forjado para a ação do proletariado contra a burguesia ⁽¹²³⁾.

123. MARX, K. Déclaration à l'Intention de l'Association Allemande de Formation des Ouvriers de Londres. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II, p. 118.

CAPÍTULO II

A INTERNACIONAL EM AÇÃO

1 - POLÍTICA, ABSTENCIONISMO E PARTIDO DISTINTO

Desde os primeiros momentos de militância no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx demonstrará uma grande preocupação com a estruturação interna desta organização. Esta preocupação estará, contudo, ligada a um objetivo bastante determinado: viabilizar a AIT como poderoso instrumento de ação da classe nas lutas do trabalho contra o capital. Como afirmará o próprio Marx, tratava-se de forjar a Associação de modo a constituí-la, efetivamente, na "representante viva da comunidade de interesses" que deveria unir "os operários" ⁽¹⁾ em seus esforços destinados a "substituir as seitas socialistas ou semi-socialistas por uma organização real da classe [...] com vistas à luta". Finalidade que os "Estatutos Provisórios e o Manifesto Inaugural testemunhavam à primeira observação" ⁽²⁾.

A compreensão de que a Internacional havia sido forjada para a ação será de fundamental importância para a reflexão marxiana, a ponto de servir de eixo básico em torno ao qual girarão grande parte dos textos produzidos para aquela organização. Caracteriza a produção marxiana para a Associação a constante preocupação não apenas com o campo dentro do qual deveria ser desenvolvida a ação mas, também, as especificidades que necessariamente teriam de permeá-la em cada situação concreta vivenciada pelo movimento operário dos diversos países, dentro e fora do continente europeu. Se agir

1. MARX, K & ENGELS, F. The Alliance of Socialist Democracy and the International Working Men's Association. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 454.

2. MARX a F. Bolte, [23-11-1871]. In: MARX, K; ENGELS, F & LENIN, V. *Acercas del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 35. Por sua vez Engels observa ainda que a Internacional escreveu "em suas bandeiras, antes de tudo, a consigna de lutar pela emancipação da classe operária". In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 66.

era fundamental, prioritário também era discutir a maneira mais adequada através da qual a Associação poderia "reunir em um único feixe as forças dispersas do proletariado universal" objetivando a derrota definitiva da sociedade burguesa (3). Expressando-se por outras palavras, Marx observará que a Associação havia nascido com a finalidade de contribuir para "a proteção, o progresso e a completa emancipação econômica e política da classe operária" sendo que, como "meio para atingir a este grande fim" era necessário, antes de tudo, que ela promovesse "o nascimento da solidariedade entre as multiformes divisões do trabalho em CADA PAÍS e a cooperação das classes trabalhadores de DIVERSOS PAÍSES" (4).

Independentemente da forma como se expressava com relação aos objetivos da Internacional, é sempre ao universo da ação que a reflexão marxiana reconduz o problema. Longe de representar uma opção voluntária ou mesmo arbitrária por parte de Marx, a maneira pela qual compreendia a existência daquela organização encontrava sua base de sustentação na própria materialidade social da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, principalmente nos acontecimentos dos anos 1848 a 1849, com quem mantém uma reflexão constante. Por sua vez, os acontecimentos haviam demonstrado não apenas a necessidade do proletariado dispor de uma organização capaz de agir no interior do confronto entre as classes básicas do modo de produção capitalista. Revelavam, também, o teor deste agir, isto é, ele deveria ser, em sua essência, um agir de caráter político. Tratava-se de arrebatá-las das mãos da

3. MARX, K & ENGELS, F. *The Alliance of Socialist...* op. cit., p. 454.

4. MARX, K, *Digitato a Stampa Alle Società Costituenti. L'Associazione.* In: MARX, K & ENGELS, F. *Opere XX*, p. 363.

burguesia o sustentáculo do qual se valia para garantir a sua dominação de classe ⁽⁵⁾. Este caminho estava inscrito na própria natureza da luta entre o capital e o trabalho. Marx observará, neste sentido, que "os senhores da terra e do capital" evidenciavam historicamente que "desejavam apenas uma coisa: empregar os seus privilégios políticos para defender e perpetuar os seus monopólios econômicos", de tal modo que, em vez de "favorecerem a via da emancipação do trabalho", operavam, antes de tudo, na tentativa de "continuar a opor-lhe toda sorte de obstáculos" ⁽⁶⁾.

Contudo, se diante da experiência histórica, a "conquista do poder político" se apresentava como "o grande dever da classe operária", era certo que o proletariado não podia comportar-se diante dela como o fizeram todas as demais classes que lograram atingir o poder em períodos distintos das organizações de classes ⁽⁷⁾. Voltada para a conquista da "emancipação" social, "a luta da classe operária" não se destinava a forjar "novos privilégios e monopólios de classe" mas sim "aniquilar toda dominação" deste gênero. O reconhecimento deste fato é de fundamental importância para Marx pois aponta para o sentido bastante preciso do qual se reveste a ação política por parte do proletariado. Diferentemente de todas as demais classes, o "movimento político" deveria ser compreendido pelo conjunto dos trabalhadores "como meio" para a "conquista da emancipação econômica" e não fim em si mesmo. Estrategicamente colocada no interior da redação dos Estatutos Provisórios, a elaboração deste princípio constitui

5. MARX, K, Indirizzo Inaugurale dell'Associazione... In: Id. Ibid. p. 5-13.

6. Id. Ibid., p. 12.

7. Id. Ibid., p. 12.

a idéia chave para o entendimento do tipo de ação que Marx reivindicava tanto em relação ao proletariado em seu conjunto, quanto à própria Internacional. Tratava-se de utilizar a dominação política "como meio", objetivando, com isto, a superação da "escravidão em todas as suas formas", quer fossem antigas ou renovadas⁽⁸⁾.

Marx utilizará com pouca frequência a expressão "movimento político [...] como meio" para referir-se à ação capaz de conduzir e viabilizar a "emancipação econômica da classe operária". O emprego do termo será mais frequente em Engels. Porém, isto está longe de representar que para Marx este princípio era de importância reduzida⁽⁹⁾. Sedimenta esta compreensão algumas considerações por ele elaboradas com relação à tradução francesa dos Estatutos. Observando que a versão do referido documento possuía inúmeras irregularidades em relação ao original, destacará ainda o fato de que as "palavras 'como meio' foram suprimidas" fazendo-se necessário, pois, a correção de tais imprecisões⁽¹⁰⁾.

Desta maneira, para Marx era insuficiente que o proletariado se constituísse como classe dominante, isto é, como classe que "em vez de lutar de um modo desconexo contra as classes economicamente privilegiadas" possuísse "já a força e organização suficientes para empregar, em sua luta contra elas, medidas gerais de coação". Como necessidade impunha-se, também, que a supremacia política conquistada, bem como as medidas daí decorrentes, estivessem permanentemente

8. MARX, K. Statuti Provvisori... In: Id. *Ibid.*, p. 14.

9. Id. *Ibid.*, p. 14.

10. MARX, K. Le Conseil Général au Conseil Fédéral de la Suisse Romande. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Le Parti de Classe III*, p. 165.

acompanhadas pelos esforços voltados a destruir "seu próprio caráter assalariado e, por conseguinte, suas características de classe". Somente aí se poderia falar em "triunfo completo" do proletariado. Atente-se ainda que as medidas suscitadas pela "dominação" da classe operária não se colocavam, no entender da reflexão marxiana, como ato de vingança contra a sujeição econômica até então imposta por aqueles que haviam monopolizado os "meios de trabalho". Tais medidas inscreviam-se, de igual modo, na própria natureza da luta de classes. Para Marx, enquanto subsistissem "as outras classes e especialmente a classe capitalista", e o proletariado lutasse contra elas — pois "com a subida do proletariado do poder" não desapareceriam de imediato "seus inimigos, nem [...] a velha organização da sociedade" — o conjunto dos trabalhadores se veria frente a necessidade de empregar "medidas de violência", isto é, "medidas de governo". Entretanto, ressalta que estas seriam exigidas somente enquanto o proletariado fosse "uma classe e não" tivessem "desaparecido as condições econômicas nas quais descansa a luta de classes" (11).

Na explicitação de que o poder político era um dos objetivos perseguidos pelo movimento operário organizado, e que havia grande distância entre a tomada do poder e a sociedade emancipada, Marx não apenas aponta para a necessidade de um período de transição entre o modo de produção capitalista e novas relações de sociabilidade, como também manifesta sua compreensão de que a política não devia ser entendida como negatividade absoluta por parte do universo do trabalho. Sem abandonar o entendimento de que a conquista do

11. MARX, K. Resumen del Libro de Bakunin "Estatalidad y Anarquía". In: MARX, K & ENGELS, F. La Internacional, p. 481-485.

poder político pelo proletariado e a sociedade emancipada não poderiam ser tratadas como sinônimas, Marx acentua, por outro lado, que fazer a negação absoluta e abstrata do movimento político seria incorrer em grande erro. De acordo com sua formulação, "um dia o trabalhador" deverá "conquistar a supremacia política para estabelecer a nova organização do trabalho" sendo que para isto terá de valer-se da política, ainda que para "destruir a velha política" sustentadora das "velhas instituições" (12). Por sua vez, não apenas a política é necessária ao proletariado como a própria burguesia força os operários neste sentido. Acentuando as argumentações de Marx, observa Engels que a "prática da vida real [...] e a opressão política que os governos" faziam "os operários suportarem" obrigava os vários setores do trabalho a utilizarem-se da "política", quer eles o desejassem ou não (13).

As reflexões de Marx e Engels sobre a necessidade da classe implementar o movimento político são reveladoras da importância atribuída a semelhante prática. Esta importância se vê reforçada considerando-se os textos escritos nos últimos anos de existência da Associação Internacional dos Trabalhadores. Observa-se, neste particular, os debates travados contra as posições bakuninistas ou "autonomistas" (14). Tais debates acentuam ainda o profundo repúdio de Marx e Engels ao que consideravam prática "abstencionista". Contrariamente às posições defendidas por Bakunin e seus seguidores, para quem "a classe operária" não devia "ocupar-se de política", consistindo "sua tarefa [...] organizar-se em

12. MARX, K. On the Hague Congress. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 255.

13. ENGELS, F. Sur l'Action de la Classe Ouvrière. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe III*, p. 39.

14. MARX, K & ENGELS, F. Fictitious Splits..., In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 79-123.

Trade-Unions" posto que um "belo dia, com a ajuda da Internacional" ocupariam "o lugar de todos os Estados existentes", Marx não deixa de observar que tais afirmações expressavam somente a "caricatura" em que havia se convertido, para os bakuninistas, a sua "teoria", além de revelarem o desconhecimento completo de que "todo movimento de classe, enquanto movimento de classe" era e "sempre" foi "necessariamente um movimento político"⁽¹⁵⁾.

Contudo, é no texto "A Respeito da Indiferença em Matéria de Política" que encontramos as passagens mais detalhadas de Marx com relação aos perigos da propaganda e prática do "abstencionismo", principalmente o defendido por Bakunin e seus seguidores. Para eles, observa Marx, a "classe operária não deve se constituir em partido político; ela não deve, sob nenhum pretexto, ter uma ação política, porque combater o Estado é reconhecer o Estado, o que é contrário aos princípios eternos (...) Os trabalhadores não devem fazer greve, porque gastar forças para obter um aumento de salário ou impedir sua redução, é reconhecer o salariedade, o que está em contradição com os princípios eternos da emancipação da classe operária (...) Quando, dentro da luta política contra o Estado burguês, os operários conseguem apenas arrancar concessões, eles assinam compromissos, o que é contrário aos princípios eternos". Devem os operários, segundo a formulação bakuninista, prossegue Marx, "condenar todo movimento pacífico" bem como "não (...) gastar sua energia para obter uma limitação legal da jornada de trabalho porque isto seria assinar um compromisso com os patrões (...) Eles não devem mais

15. MARX a Paul e Laura Lafargue, [19 Aprile 1870]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLIII, p. 728.

se dar ao trabalho de proibir legalmente o emprego de meninas menores de dez anos dentro das fábricas, pois isto não abole a exploração dos rapazinhos menores de dez anos, sendo então um novo compromisso que traria prejuízos à pureza dos princípios eternos (...). Os operários devem menos ainda exigir (...) que o Estado, cujo orçamento se estabelece às custas da classe operária, assegure a instrução elementar dos filhos dos trabalhadores, porque o ensino elementar não é o ensino universal. É preferível que os operários e as operárias não saibam nem ler, nem escrever, nem contar, do que receber o ensino de um professor do Estado. É melhor que a ignorância e um trabalho cotidiano de 16 horas embruteçam a classe operária, do que os princípios eternos serem violados (...). Se a luta política assume formas violentas, e se os operários substituem a ditadura da burguesia pela ditadura revolucionária, cometem o terrível delito de lesa-princípio, porque, para satisfazer suas miseráveis necessidades profanas de todos os dias, para quebrar a resistência das classes burguesas, dão eles ao Estado uma forma revolucionária e transitória em lugar de entregar as armas e abolir o Estado (...). Os operários não devem formar sindicatos de todos os ofícios, porque isto seria perpetuar a divisão do trabalho tal como ela existe dentro da sociedade burguesa". Frente a estas argumentações Marx conclui que exigir semelhante comportamento dos operários equivale dizer-lhes para "cruzar os braços e não gastar seu tempo em agitações políticas e econômicas" pois estas podem "lhes trazer somente resultados imediatos", portanto, melhorias apenas temporárias para a miserabilidade e a cotidianidade do trabalho. Em suma, pregar o abstencionismo no interior da classe representaria nela desenvolver, enquan

to esperava a "famosa liquidação social", a idéia da necessidade de "comportar-se com decência, como um rebanho de carneiros gordos e bem alimentados"; o que significava, ao mesmo tempo, afastá-la de "todo meio real de luta" quando, na verdade, impunha-se "tomar" da sociedade burguesa, "todas as armas para o seu combate" (16).

Na mesma direção seguirá Engels com relação ao combate às posições "abstencionistas" no seio da Internacional e do movimento operário como um todo. Recusando a simplificação ou a mecanicidade das argumentações bakuninianas, para quem era necessário opor-se às ações políticas da classe operária, posto que "toda ação" deste gênero implicava "reconhecer o estado de coisas existentes", Engels contra-argumentará afirmando que "se o existente [...] fornece os meios para protestar contra o estado de coisas" presente, "a utilização destes meios não é o reconhecimento da ordem estabelecida" (17) mas sim visa "a sua destruição" (18). Observa ainda ser "absolutamente impossível" para a classe "abster-se dos assuntos políticos", pois se "desejamos abolir as classes" devemos utilizar "os meios" que a viabilizam, isto é, "a dominação política do proletariado" (19). Na verdade, renunciar "a combater" os adversários do proletariado "no terreno político seria abandonar um dos mais poderosos meios de ação e, sobretudo, de organização e propaganda", dentre aqueles ao alcance da classe operária (20). Além disto, concluirá Engels,

16. MARX, K. De l'Indifférence en Matière Politique. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe III, p. 42-48.

17. ENGELS, F. Sur L'Action Politique de la Classe Ouvrière. In: Id. Ibid., p. 39.

18. ENGELS, F. Procès-verbaux de la Conférence des Délégués... In: MARX, K & ENGELS, F. MECA, 1-22, p. 705.

19. ENGELS, F. Sur l'Action... op. cit., p. 39.

20. ENGELS, F. Al Consejo Federal de la Region Española de la Asociación Internacional de los Trabajadores. In: MARX, K & ENGELS, F. La Revolución en España, Moscú, Editorial Progreso, 1980, p. 164.

aprofundando suas reflexões, "os operários são políticos ativos por natureza" de tal modo que "quem lhes proponha abandonar a política se verá, tarde ou cedo, abandonado por eles" (21).

As posições "abstencionistas", apesar de estranhas aos reais interesses do movimento operário em seu processo de organização enquanto movimento de partido, estavam longe de representar uma prática nova no interior do movimento operário. Suas raízes, atentam as reflexões marxianas, podiam ser constatadas nas origens das lutas do proletariado contra a burguesia, e tinham sua razão de ser na própria maneira de configurar-se a materialidade social. Observam, neste sentido, que os "primeiros socialistas", como era o caso de Fourier, Owen e Saint-Simon, "uma vez que as condições sociais não estavam suficientemente desenvolvidas para permitir à classe operária constituir-se ela própria em uma classe militante, viram-se necessariamente obrigados a limitar-se ao sonhos sobre a sociedade modelo do futuro e a condenarem todas as tentativas como as greves, coalisões ou movimentos políticos dos trabalhadores para melhorarem a sua situação" (22). Porém existia um abismo entre as formulações dos "primeiros socialistas" e as posições abstencionistas defendidas por aqueles que militavam na Associação Internacional dos Trabalhadores. Referindo-se aos bakuninistas agrupados em torno à Aliança da Democracia Socialista, Marx destaca com precisão que os primeiros abstencionistas, aqueles que "propagaram esta doutrina" na fase inicial do movimento operário,

21. ENGELS a T. Cuno, [24 de Enero de 1872]. In: MARX, K; ENGELS, F. & LENIN, V, *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 52.

22. MARX, K. De l'Indifférence en Matière de Politique. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe III*, p. 44-45.

eram "utopistas de boa fé". Julgamento semelhante seria impossível, no entanto, com relação aos abstencionistas da Internacional. Estes, ao defenderem tais princípios, nada mais faziam do que jogar "o povo" nos braços da "oposição formalista e burguesa"⁽²³⁾. Acentuando a necessidade de se combater os defensores do abstencionismo, Engels observa que pregar aos operários a adoção de semelhante prática "equivaleria", na realidade, "a lançá-los nos braços da política burguesa", o que estava em contradição com os princípios defendidos pela Internacional⁽²⁴⁾.

Situando os abstencionistas e, em especial, os bakuninistas e a Aliança, como representantes, ainda que não conscientemente, dos interesses da burguesia, as argumentações marxianas revelam o sentido de falar em "inimigos da classe" no interior da própria classe. Alguns agrupamentos eram "traidores do proletariado não em razão de se constituírem como tendência do movimento, mas sim porque a prática que desenvolviam, consciente ou inconscientemente, estava longe de contribuir para a emancipação social dos trabalhadores. Seu resultado final, ao contrário, beneficiava sempre os donos do capital. Exemplo disto era fornecido, ainda uma vez mais, pela Aliança da Democracia Socialista. Para Marx e Engels, aquela organização, "sob a máscara do anarquismo mais extremado", se revelava como uma "sociedade" que dirigia seus "ataques diretos não contra os governos existentes mas sim contra os revolucionários" que recusavam "seu dogma" e "seu comando"⁽²⁵⁾. A "natureza secreta" da Aliança, prossegue En-

23. MARX, K. Procès-verbaux de la Conférence des Délégués..., In: MARX, K & ENGELS, F. ME-GA, I-22, p. 710.

24. ENGELS a T. Cuno, [24 de Enero de 1872]. In: MARX, K; ENGELS, F & LENIN, V. Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo, p. 52.

25. MARX, K & ENGELS, F. The Alliance of Socialist... In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 498

gels, não objetivava "enganar a vigilância dos governos pois, se assim fosse, ela não teria começado a existir sob a forma de uma sociedade pública". O caráter secreto adotado pela Aliança perseguia "como único objetivo enganar os membros leigos da Internacional", de tal modo que, em vez de trabalhar pelo enfraquecimento do poder burguês, o que fazia, na verdade, era "uma genuína conspiração contra a Internacional". Com isto, conclui Engels, pela "primeira vez na luta da classe operária", ela tinha diante de si "uma conspiração secreta tramada no interior" de suas próprias fileiras. Conspiração cuja finalidade em vez de "minar" a "existência do regime de exploração", agia no sentido de debilitar aquela organização na qual "o regime de exploração" existente encontrava "seu oponente mais feroz" (26).

A atenção dedicada pela formulação marxiana à necessidade da classe operária empreender movimentos de caráter político não deve conduzir, contudo, ao entendimento de serem estes o único instrumento válido de luta à disposição do proletariado. Manter posições abstencionistas em relação aos movimentos econômicos da classe representava, por sua vez, incidir, também, em um grande erro, pois equivaleria, na prática, à retomada de posições manifestadas pelos primeiros socialistas para quem "ocupar-se das questões dos salários", por exemplo, não significava combater "os capitalistas", mas sim "reconhecer o sistema" responsável pela existência dos salários (27). Semelhante comportamento era, de resto, impossível pois, "dentro do estado militante da classe operária, seu

26. ENGELS, F. Report of the Alliance of Socialist Democracy... In: Id. Ibid., p. 233.

27. MARX e Paul e Laura Lafargue, [19 Aprile 1870], In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLIII, p. 728.

movimento econômico e sua ação política" apresentavam-se sempre "indissolúvelmente unidos". Desta maneira, tanto a Internacional quanto o conjunto do proletariado deveriam agir com a consciência de que "a coalisão das forças operárias [...] obtidas pelas lutas econômicas" deveriam servir, também, "de alavanca nas mãos" do trabalho em "sua luta contra o poder político de seus exploradores" (28). Operando com a idéia segundo a qual "a questão política e a questão social" estavam "indissolúvelmente unidas", sendo "apenas a dupla face de uma única e mesma problemática que a Internacional" se propunha "a resolver", isto é, "a abolição das classes", Marx destaca que "os trabalhadores" precisavam "reconhecer" não somente a "solidariedade econômica" existente entre eles, mas, também, a "solidariedade política" que deveria perpassar esta união. Em suma, deveriam "unir suas forças, tanto no terreno político quanto no terreno econômico", de modo a viabilizar "o triunfo definitivo de sua causa" (29).

Apesar dos movimentos econômico e político em contrarem-se unidos, e assim devendo ser apreendidos pela classe e a Internacional, Marx não conferirá aos dois estatutos idênticos, como se um fosse sinônimo do outro. A este respeito são lapidares algumas considerações realizadas em carta a Bolte. Atenta que o "movimento político da classe operária" possui "como objetivo, desde logo, a conquista do poder político" pelos trabalhadores, sendo que, "todo movimento no qual a classe operária" se apresenta "como classe em oposição às classes dominantes" e tente "impor-se a elas por pressão exterior" é "um movimento político". O movimento voltado

28. MARX, K & ENGELS, F. Resolutions. In: MARX, K & ENGELS, F. MECA, p. 329.

29. MARX, K. Procès-verbaux... In: Id. Ibid., p. 695.

a "conquistar uma lei da jornada de oito horas, etc...", por exemplo, é, por sua própria natureza, "um movimento político, isto é, um movimento da classe" cujo objetivo destina-se "impor seus interesses de modo geral, em uma forma" que possui "uma força social de compulsão geral". No entanto, o mesmo não é válido para a "tentativa de uma fábrica particular ou ainda de uma indústria, de obrigar aos capitalistas" a estabelecerem "uma jornada de trabalho mais curta mediante greves, etc...". Este movimento deve ser considerado, pelo seu caráter, "um movimento puramente econômico". Faz-se necessário observar que a distinção estabelecida por Marx aponta, como resultado final, para a importância dos movimentos político e econômico se alimentarem mutuamente, acentuando, desta forma, a compreensão de sua indissolúvel ligação. Cada um dos movimentos não devia ser realizado como se possuísse um fim em si mesmo. Se uma obrigação se colocava à classe e à Internacional, esta consistia em transformar as suas lutas mais imediatas, as lutas econômicas, elevando-as à dimensão generalizante do movimento político. Esta exigência, compreendida como positividade, é bastante ressaltada pela afirmação segundo a qual "dos movimentos econômicos separados dos operários" nascia "em todas as partes um movimento político" (30).

Será o sentido perseguido pelo movimento político do proletariado, que permitirá à formulação marxiana referir-se a ele como movimento "distinto". Operar pela conquista da emancipação, opondo-se à dominação burguesa, onde quer que esta exista, é para Marx necessidade fundamental para o partido do qual vive o trabalho se apresentar como total-

30. MARX, a F. Bolte, [23 de Noviembre de 1871]. In: MARX, K & ENGELS, F. La Internacional, p. 617.

mente diferente de todos os demais partidos até então existentes. Condição que se mantém ainda quando "a classe operária" não se encontra "todavia suficientemente avançada em sua organização" de modo a "poder empreender uma campanha decisiva contra o poder coletivo, isto é, o poder político das classes dominantes". Neste caso, era preciso "forjá-la [...] mediante uma agitação constante contra (e uma atitude hostil para) a política das classes dominantes", sem o que se converteria "em um juguete em suas mãos" (31). No sentido de satisfazer a causa socialista, a classe operária, em "sua luta contra o poder coletivo das classes proprietárias", acentuam Marx e Engels, não pode "agir como classe exceto sob a condição de constituir-se ela mesma em partido político, distinto e oposto a todos os velhos partidos formados pelas classes proprietárias" (32). Enquanto partido com características distintas, a única "política a ser feita deve ser", portanto, "a do proletariado", razão pela qual "o partido operário não deve ser a cauda de qualquer partido burguês, mas sim se constituir em partido autônomo, tendo sua própria política e perseguindo seus próprios objetivos" (33).

Observe-se ainda como ponto final do presente item que as exigências de Marx quanto a necessidade do movimento político do proletariado constituir-se enquanto um mo-

31. Id. Ibid., p. 617.

32. MARX, K & ENGELS, F. Resolutions of the General Congress Held at the Hague. In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 243. Engels argumenta ainda que "as vazias declamações dos velhos partidos políticos [...] atraíram demasiadamente a atenção do povo e, em consequência disto, levantaram um obstáculo imenso" para a "propaganda" da Internacional. Por sua vez, "a experiência" havia provado "que o melhor meio de emancipar os operários do domínio dos velhos partidos" era "fundar, em cada país, um partido proletário com uma política própria, uma política que" se distinguisse "muito claramente da política dos demais partidos" posto que devia "expressar as condições da emancipação da classe operária". ENGELS, F. Al Consejo Federal de la Region Española de la Asociación... In: MARX, K & ENGELS, F. La Revolución en España, p. 163-164.

33. ENGELS, F. Sur l'Action Politique... In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe III, p. 39-40.

vimento com características distintas, assenta-se na ampla compreensão das lutas operárias travadas em períodos anteriores à existência da Associação Internacional dos Trabalhadores. Manifestar-se como partido distinto implicava, também, evitar a recaída "nos velhos erros" em que incorreu o universo do trabalho durante os anos de 1848-1849; sem o que não apenas ficaria na posição de joquete nas mãos da burguesia como ainda abriria caminho para novas derrotas ⁽³⁴⁾.

2 - REVOLUÇÃO, ESTADO, DEMOCRACIA E COMUNA

A reflexão sobre o movimento distinto a ser fomentado pela classe operária, organizada enquanto partido, coloca Marx e Engels frente a necessidade de problematizar três questões básicas: a conquista do poder, a utilização a ser dada a ele e o tipo de sociedade a ser criada no processo de superação do modo de produção capitalista. No que concerne à primeira questão, Marx observa que a conquista do poder político pelo proletariado organizado não se processaria pelo emprego, "em todas as partes", de "meios idênticos". A adoção do caminho mais adequado para viabilizar semelhante tarefa, ressalta, deve necessariamente enraizar-se na situação concreta vivida pelo movimento em cada país, o que significa "ter em conta" a maneira determinada de se manifestarem, nos vários locais, "as instituições, costumes e tradições" existentes. Diante disto, não estava descartada a possibilidade dos "trabalhadores" atingirem "seus objetivos por meios pacíficos", como era o caso, à época, da América, Inglaterra e

34. MARX, K. Statueti Provvisori... In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX. p. 14.

mesmo a Holanda ⁽³⁵⁾.

Embora a reflexão marxiana não desenvolva nenhuma consideração mais aprofundada quanto a viabilidade da derrota dos donos do capital por meios "pacíficos", as poucas afirmações existentes neste sentido atestam que semelhante caminho em direção à sociedade futura devia ser seriamente considerado. A argumentação ganha peso se consideradas algumas formulações elaboradas por Marx após a derrota da Comuna de Paris, momento no qual, respondendo a pergunta de um jornalista, ressalta que o fim do movimento proletário, nos diversos países, é obter "a emancipação econômica da classe operária graças à conquista do poder político, e utilizar esta força política para a realização de seus objetivos sociais". Contudo, os "intentos operários" seguramente não podem "ser idênticos" em todos os locais, pois em "cada parte do mundo" surgem "aspectos particulares do problema geral e os operários" devem levá-los "em conta nas suas ações e reivindicações". A atuação dos trabalhadores, conclui, não pode ser a mesma "em todos os detalhes em Newcastle e em Barcelona, em Londres e em Berlim. Na Inglaterra, por exemplo, a via pela qual a classe operária" procura "desenvolver sua potência política" está colocada de tal modo que uma "insurreição seria tolice ali onde a agitação pacífica" conduz "mais rápida e seguramente" ao "objetivo". O oposto ocorre, no entender de Marx, na França, onde "a diversidade de leis de repressão e o antagonismo mortal entre as classes" parecem "tornar inevitável uma solução violenta dos conflitos sociais" ⁽³⁶⁾.

35. MARX, K. On the Hague Congress. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 255.

36. MARX, K. Les Activités de l'Internationale et la Commune de Paris. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe II*, p. 194-195.

Apesar das possibilidades de derrocada da burguesia por meios pacíficos manifestarem-se no interior da luta de classes, o próprio Marx considera, no mesmo texto, que "na maioria dos países do Continente" europeu a "força" prevaleceria como "alavanca" da "revolução" proletária, da mesma forma que "à força" se deveria "recorrer" para "estabelecer" a sociedade do trabalho emancipado (37).

Independentemente dos caminhos pelos quais haveria de se processar a superação da sociedade regida pelo capital, em nenhum momento Marx desconsidera o fato de que a construção da nova sociedade seria um árduo e doloroso processo. Acentua neste sentido que a destruição da sociedade regida pelo capital não é obra de um "decreto plebiscitário" (38). Para Marx, semelhante posição, presente junto à tendência bakuninista, era possível apenas na concepção de "doutrinários" para quem as "condições econômicas" determinadas, capazes de viabilizar a "revolução", eram desnecessárias (39). Em sentido oposto às argumentações bakuninianas observa que a "revolução social radical" encontra-se "vinculada a certas condições históricas" que são "sua premissa". Dentre elas en

37. MARX, K. On the Hague... op. cit. p. 255. O mesmo procedimento é adotado por Marx em entrevista concedida no ano de 1871. Referindo-se ao caso inglês argumenta que, naquele país, "a solução esperada" poderia "ser obtida sem revolução violenta" pois o sistema inglês permitia a agitação pela tribuna e pela imprensa. Porém, isto não autorizava otimismo exagerado posto que a "burguesia inglesa sempre aceitou de bom grado o veredito da maioria, desde que ela se reservasse o monopólio do direito de voto", sendo que, tão logo "se visse colocada em minoria nas questões" consideradas "vitais" aos seus interesses de classe, promoveria, na Inglaterra, "uma nova guerra escravagista". MARX, K. Le Activités... In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II, p. 199.

38. MARX a Paul e Laura Lafargue, [19 Aprile 1879]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XIII, p. 727.

39. MARX, K. Acotaciones al Libro de Bakunin "El Estado y la Anarquia" In: MARX, K; ENGELS, F. & LENIN, V. Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo, p. 134. No mesmo texto Marx observa ainda que Bakunin conhecia somente a "fraseologia política" da "revolução social", o que se evidenciava pelas conclusões errôneas de suas formulações. Para ele, como até então "todas as formas econômicas — desenvolvidas ou não — implicavam a escravização do trabalhador (seja do operário, camponês, etc...)", acreditava "que em todas elas" seria "igualmente possível a revolução radical", tal como compreendia semelhante acontecimento. Para tanto, segundo ele, bastariam apenas a "vontade e não as condições econômicas" existentes em cada situação concreta. In: Id. Ibid., p. 134.

contra-se o fato de ser "possível", somente, "ali onde, com a produção capitalista, o proletariado industrial" ocupe, "pelo menos, uma posição importante dentro da massa do povo". Caso deseje "ter alguma perspectiva de vitória", conclui a reflexão marxiana, deve, "pelo menos, ser capaz de fazer pelos camponeses, *mutatis mutandis*, o que a burguesia francesa, em sua revolução, fez pelos camponeses franceses daquela época" (40).

As condições de atraso social e baixo desenvolvimento das forças produtivas, no entender de Marx, eram incapazes de viabilizar a constituição de novas relações de sociabilidade em patamares verdadeiramente humanos, uma vez que o ponto de partida de construção do socialismo estaria marcado, desde o início, pela escassez. Ganha desta forma pleno sentido a atenção dedicada ao caso inglês, país que possuía "toda a matéria necessária à revolução social". Apenas a Inglaterra, observa Marx, podia "servir de alavanca a uma revolução seriamente econômica" uma vez que era "o único país onde não havia mais grandes massas camponesas e onde a propriedade imobiliária" estava "concentrada em poucas mãos". De maneira incisiva argumentará ainda, aprofundando sua reflexão, que a Inglaterra apresentava-se como "o único país onde a forma capitalista, isto é, o trabalho combinado a uma grande escala sob a dominação dos capitalistas" havia "se apoderado de quase toda a produção". Por fim, se constituía no "único país onde a grande maioria da população" consistia "de operários assalariados" e "onde a luta de classes e a organização da classe operária por meio dos sindicatos tinha adquirido um certo grau de maturidade e de universalidade". Porém,

40. Id. *Ibid.*, p. 133.

estes fatores estavam distantes de esgotar as razões pelas quais a Inglaterra era tomada como grande exemplo para Marx. Ao lado destas considerações agrega-se outra de grande importância. Trata-se aqui do reconhecimento de que a Inglaterra poderia atuar como país decisivo no processo de destruição da sociedade burguesa nos demais países pois, em "razão de sua dominação sobre o mercado mundial" era "o único país onde cada revolução nos fatos econômicos" devia "reagir imediatamente sobre o resto do mundo" (41).

Muito embora considerasse "a maquinaria" como "um dos mais poderosos instrumentos do despotismo" encontrados "nas mãos da classe capitalista", em nenhum momento Marx negligencia a importância das condições objetivas para a construção do socialismo. Ressalta neste sentido que, apesar do caráter perverso assumido pela maquinaria sob o modo de produção capitalista, o seu "desenvolvimento" era mais do que necessário uma vez que criava as "condições materiais" indispensáveis "para que o sistema do trabalho assalariado" fosse "substituído por um sistema de produção verdadeiramente social" (42). Desta forma, se colocava de maneira transparente para a reflexão marxiana o fato de que, sendo um processo ligado a condições históricas determinadas, a revolução social.

41. MARX, K. Le Conseil Général au Conseil Fédéral de la Suisse Romande. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe II*, p. 152-163. Acentuando a importância do capitalismo inglês no processo de derrocada da sociedade burguesa Marx observa ainda, no mesmo texto, que a "Inglaterra não deve ser tratada como um país entre outros países. Ela deve ser considerada a metrópole de capital". In: Id. *Ibid.*, p.165.

42. MARX, K. Proyecto de Resolución Sobre las Consecuencias del Empleo de Máquinas por los Capitalistas, Presentado por el Consejo General ao Congreso de Bruselas. In: MARX, K & ENGELS, F. *La Internacional*, p. 29. Esta importância é assinalada também ao discutir o problema da redução da jornada de trabalho. Neste sentido, observa "que a redução do tempo de trabalho" não conduz "a uma diminuição da produção". Isto é "inexato, já que ali onde" se implanta "a redução da jornada de trabalho" se desenvolvem, por sua vez, "instrumentos de produção" em ritmo "bastante mais intenso que nas outras indústrias. A redução da jornada de trabalho", desta forma, conduz "à introdução de mais maquinaria" e torna "cada vez mais impossível a produção em pequena escala, o que além do mais", é "necessário para o passo" em direção "à produção social". MARX, K. Notas de un Discurso de K. Marx sobre la Reducción de la Jornada de Trabajo del Acta de la Sesión del Consejo General de 11 de Agosto de 1868. In: Id. *Ibid.*, p. 541.

não apenas deveria necessariamente possuir um caráter universalizante, isto é, abranger outros países, como também era importante que o polo desencadeador da mesma fosse o país capitalista mais desenvolvido. Observe-se, por sua vez, que a atenção dada às condições objetivas de desenvolvimento do capitalismo não significa uma desconsideração total ou parcial em relação à existência e amadurecimento das condições subjetivas, isto é, a classe consciente de seus objetivos. Se assim fosse, nenhuma finalidade haveria na iniciativa de se tentar forjar a Associação Internacional dos Trabalhadores como legítima representante dos interesses do proletariado em seu conjunto. Na realidade, para a elaboração marxiana, a revolução social radical, enquanto processualidade histórica, deveria ser compreendida como a convergência das condições objetivas e subjetivas, motivo pelo qual ambas as dimensões do problema não poderiam, sob qualquer hipótese, serem trabalhadas separadamente.

Compreender semelhante revolução como processo implicava, por sua vez, refletir sobre outra ordem de problemas presente no seio do movimento operário. Trata-se aqui do combate à prática conspirativa, forma de ação reivindicada por algumas tendências abrigadas na Associação. Para Marx e Engels, a revolução defendida pelo movimento de partido estava longe de consistir na adoção de "uma série de assassinatos, primeiro individuais e depois em massa". Semelhante prática só contribuía para reintroduzir no cenário histórico a idéia de que a emancipação da classe não era obra da própria classe mas sim de um pequeno grupo bem intencionado e capaz conduzir as coisas a seu modo ⁽⁴³⁾. Neste erro, observa Engels,

43. MARX, K & ENGELS, F. The Alliance of Socialist... In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 526.

incorriam tanto os blanquistas quanto os bakuninistas. Cada uma das duas correntes julgava "representar a tendência mais avançada e mais extremista" do movimento operário verdadeiramente revolucionário. De tal modo que, "muito embora seus objetivos" fossem "opostos", ambas estavam "frequentemente de acordo no que concerne aos meios empregados". Em certo sentido podia-se dizer que os bakuninistas partilhavam da crença blanquista segundo a qual "uma pequena minoria bem organizada" deveria "em momento oportuno, tentar um ataque revolucionário repentino e [...] na sequência deste primeiro sucesso [...] arrastar" para o movimento "as massas populares", assegurando "assim o triunfo da revolução" (44).

Prejudicial para o movimento era, também, no entender da reflexão marxiana, a posição bakuninista que, além de seu caráter conspirativo, elegia como agente do processo de transformação social, não os elementos mais conscientes da classe mas sim "os vadios de rua, suprimidos pelos próprios trabalhadores nas revoluções do modelo clássico do Ocidente" (45). Seria totalmente contrário aos interesses do movimento de partido, concluem Marx e Engels, substituir a "luta econômica e política dos trabalhadores", em sua luta pela "emancipação", por "universais atos pan-destrutivos" conduzidos por "heróis do mundo do crime" da mesma maneira que seria prejudicial à prática proletária considerar a estas indi

44. ENGELS, F. Le Programme des Refugiés Blanquistes de la Comune. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Mouvement Ouvrier Français II*, p. 76. No mesmo texto Engels argumenta ainda que "Blanqui concebe toda revolução como um golpe de Estado, seguido da plena necessidade da instauração de uma ditadura após seu triunfo", sendo que esta é entendida "não como uma ditadura da classe revolucionária — a ditadura do proletariado —, mas a ditadura daquele punhado" de homens "que realizaram o golpe de Estado, os quais, por sua vez, "já estavam, anteriormente, organizados sob a ditadura de um único homem ou diversos". Frente a isto, como "se vê, Blanqui é um revolucionário da geração precedente. Suas idéias sobre o curso dos acontecimentos revolucionários" estão "ultrapassadas" em grande parte dos países do Continente. Creem que uma revolução possa ser feita "por uma minoria relativamente restrita", portadora de "um plano concebido previamente". Plano este que julgam ser possível de colocar em prática "não importa em qual momento". In: Id. *Ibid.*, p. 74.

45. MARX, K & ENGELS, F. *The Alliance of Socialist... op. cit.*, p. 526.

vidualidades como "última encarnação da revolução". O "tipo revolucionário" capaz de atuar como agente da transformação social jamais poderia ser "o bandido", por mais que algumas tendências pudessem vir a considerar "todas as depravações" que marcam "a vida" destas "pessoas desclassificadas" como sendo "virtudes ultra-revolucionárias" (46).

O fato do proletariado organizado enquanto classe ser capaz de derrocar a burguesia e implementar o processo de transformação social por meio da revolução em nenhum momento significa o abandono, por parte da reflexão marxiana, da compreensão segundo a qual a constituição da sociedade emancipada seria necessariamente fruto de um extenso e prolongado processo histórico. Para Marx, é incorreto afirmar que a conquista do poder político pelo proletariado marque a vitória definitiva da classe operária. Na realidade, toda revolução adentra ao cenário histórico como possibilidade a ser efetivada em sua plenitude, uma vez que uma série de circunstâncias concorrem para o seu sucesso ou fracasso. Exemplo clássico disto era a Comuna de Paris, verdadeira tentativa dos operários tomarem em "suas próprias mãos" a direção dos "assuntos públicos" (47). Esta posição é significativamente acentuada por Engels quando afirma que em "toda revolução acontecem inevitavelmente toda espécie de besteiras como, aliás, dentro de qualquer outro período; e logo que, enfim, de novo retoma-se um pouco a calma, chega-se necessariamente à conclusão: fizemos muitas coisas que teria sido melhor não realizar, e nos omitimos de concretizar muitas outras", ra-

46. Id. *Ibid.*, p. 526.

47. MARX, K. Official Declaration of the British Federal Council of the International Working Men's Association on the Paris Commune of 1871. In: MARX, K & ENGELS, F. *MEGA*, I-24, p. 137.

ção pela qual "experimentamos um fracasso" (48).

No que concerne à Internacional, Marx considera que cabia-lhe um papel de suma importância no processo de radicalização do proletariado rumo a revolução e mesmo durante a realização desta. Destacando a relevância daquela organização para o movimento de partido faz observar que para "assegurar o êxito da revolução" impõe-se como "necessária a unidade do pensamento e da ação". Tarefa à qual a Associação estava atenta, na medida em que seus "membros" tratavam de "criar esta unidade por meio da propaganda, discussão e organização pública do proletariado" (49).

De outra parte, observe-se que, apesar da conquista do poder político se colocar como exigência ao proletariado, caso desejasse operar no sentido da construção de uma nova sociedade, a reflexão marxiana evidencia uma compreensão bastante precisa quanto ao sentido do aparato estatal ou "aparelho de governo" nas mãos da classe operária. Enquanto partido distinto, o conjunto dos trabalhadores deveria utilizar a máquina estatal no sentido de fortalecer os objetivos socialistas do movimento. Apresentava-se certo para Marx que o Estado, embora parecesse "planar bem alto, para além da sociedade", tinha sua realidade ditada pela própria maneira de se estruturar a sociedade ao longo de determinados períodos históricos. Transparente era também a compreensão segundo a qual o "aparelho de governo" sempre havia existido com a finalidade de viabilizar a "dominação de classe". Contudo, a importância deste instrumento nas mãos do pro

48. ENGELS, F. Le Programme des Réfugiés... In: MARX, K & ENGELS, F. Le Mouvement Ouvrier Français II, p. 79.

49. MARX, K & ENGELS, F. The Alliance of Socialist... In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 470.

letariado não poderia ser negligenciada pela própria classe operária (50).

Para Marx, o poder de Estado impôs-se no interior da história a toda classe que esteve diante da necessidade de forjar a sociedade em consonância com os interesses que defendiam frente à organização social então constituída. Exemplo clássico constituía o período de derrocada da feudalidade e conseqüente consolidação do modo de produção capitalista. O "poder de Estado", isto é, da "força concentrada e organizada da sociedade", observa Marx, foi de fundamental importância para as burguesias nascentes, "a fim de apressar violentamente a passagem" de uma "ordem econômica" a outra "e de abreviar as fases de transição", em clara demonstração de que "a força" era ela também "um agente econômico" (51). Importância que se viu reforçada mesmo após a derrocada definitiva do modo de produção feudal, pois para garantir "a dominação econômica do capital sobre o trabalho" a burguesia vitoriosa encontrou-se frente à necessidade de "desenvolver cada vez mais" o poder de Estado "enquanto instrumento do despotismo de classe, máquina política encarregada de perpetuar pela força a submissão social dos produtores da riqueza por seus apropriadores" (52).

Outro caminho era impossível ao proletariado. A exemplo da burguesia, o conjunto dos operários deveria lutar pela conquista do poder de Estado com plena consciência

50. MARX, K. *La Guerre Civile en France*, p. 38-53.

51. MARX, K. *Genèse du Capitaliste Industriel*. In: MARX, K. *Le Capital*, Livre Premier, Moscou, Éditions du Progrès, p. 719. Marx acentua ainda que "o poder centralizado do Estado, com seus órgãos presentes em todas as partes", como era o caso do "exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura", formados "segundo um plano de divisão sistemática e hierarquizado trabalho", muito embora datasse da "época da monarquia absoluta", desempenhou "para a sociedade burguesa nascente" na França, o papel "de arma potente na sua luta emancipadora contra o feudalismo". MARX, K. *Deuxième Essai de Rédaction a La Guerre Civile en France*. In: MARX, K. *La Guerre Civile en France*, p. 270.

52. MARX, K. *Id. Ibid.*, p. 258.

de ter de utilizá-lo como instrumento de dominação de classe. Tal comportamento se impunha pela própria natureza da luta de classes pois, a derrota final dos donos do capital não se efetivaria plenamente da noite para o dia. No entanto, se ao proletariado se colocava esta tarefa, há de se observar, por outro lado, que o comportamento do universo do trabalho face ao poder de Estado deveria estar permeado pela consideração de ser a política um meio e não fim em si mesmo. O proletariado, observa Marx, não pode, "como o fizeram as classes dominantes e suas diversas frações rivais, nas épocas sucessivas ao seu triunfo, se contentar em tomar o aparelho de Estado existente" e fazê-lo "funcionar tal qual este instrumento para seu próprio proveito". Comportar-se de maneira distinta face àquele poder, era a "primeira condição" para viabilizar a transformação do "aparelho existente e de eliminar este instrumento de dominação de classe" (53). A "verdadeira revolução popular", a revolução operária, conclui Marx, não consistia em "fazer passar de umas mãos a outras a máquina burocrático-militar", como vinha até então sucedendo, "mas sim demolí-la" (54).

Fiel ao espírito dos Estatutos da Internacional, onde já assinalava que a luta do proletariado possui por finalidade a destruição de toda dominação e privilégios de classe, a argumentação marxiana em nenhuma ocasião abandona a compreensão sobre a necessidade de um poder de transição antes de ser possível a conquista definitiva da sociedade emancipada. Era certo que o Estado havia de ser destruído futuramente pelo proletariado. Porém, se constituía em grande equi

53. Id. Ibid., p. 257.

54. MARX a L. Kugelmann, [12 de Abril de 1871]. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo II, p. 444.

voco pretender que a abolição daquele instrumento de poder se apresentasse como o "primeiro ato da revolução", da mesma maneira que seria um erro crer que este procedimento pudesse ser adotado por decreto, uma vez que "o simples decreto de abolição do Estado", pela própria natureza da luta de classes, estava "longe de ser suficiente para cumprir todas" as "belas promessas" sobre a sociedade futura. Contudo, "uma vez alcançado o objetivo do movimento proletário, isto é, a abolição das classes", o "poder do Estado, que existe para manter a grande maioria dos produtores na servidão a uma minoria que os explora", desaparece "e as funções do governo" se transformam "em simples funções administrativas". Deste modo, concluem Marx e Engels, é completamente falsa a argumentação segundo a qual "os revolucionários que, no dia seguinte ao da revolução" lutam pela "construção do Estado revolucionário" são, para o movimento operário, "muito mais perigosos do que todos os governos existentes juntos". Semelhante posição, presente nos textos bakuninianos, só contribuíam para revelar a incompreensão de Bakunin em relação ao Estado existente, o Estado real. Com suas "frases grandiloquentes", observam Marx e Engels, a única coisa que faz Bakunin é apreender o "Estado abstrato" o "Estado que não existe" razão pela qual se mostra incapaz, impossibilitado mesmo, de apreender o papel que pode desempenhar semelhante aparato de poder nas mãos do proletariado em sua luta pela emancipação social. Em suas argumentações, concluem, Bakunin contenta-se em afirmar que havendo Estado tudo o mais está perdido (55).

55. MARX, K & ENGELS, F. The Alliance of Socialist... MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 466-468. Engels observa também, sobre a elaboração marxiana do Estado que: a "partir de 1845", sempre "sustentamos a opinião de que um dos resultados finais da futura revolução proletária" será "a extinção gradual da organização política que leva o nome de Estado", sendo que, "para conseguir este objetivo — e outros

Para Engels, a revolução e a constituição do Estado proletário por ela viabilizado se apresenta como um passo importante em direção a emancipação dos trabalhadores. Porém, em sentido algum ambos poderiam ser considerados ou confundidos com a realização plena da liberdade. A revolução, argumenta, é na verdade o momento no qual se "impõe a própria vontade aos outros com bombas e balas de fuzil" (56). Ainda que esta violência seja utilizada com fins revolucionários, e, portanto, no interesse da liberdade, é "absurdo" se falar em "Estado popular livre" em razão deste estar nas mãos da classe trabalhadora organizada como partido. Enquanto "o proletariado necessita [...] do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade, mas sim para submeter a seus adversários". Por outro lado, "tão logo possa se falar em liberdade, o Estado como tal deixará de existir" (57).

muito mais importantes — da revolução socialista, a classe operária" deve "conquistar o poder político organizado do Estado e, com a sua ajuda, esmagar a resistência da classe dos capitalistas", organizando, em consequência disto, "a sociedade, de uma maneira nova". Diferentemente se colocavam, no entanto, os anarquistas. De acordo com a formulação por eles desenvolvida, "a revolução proletária" deve "começar por suprimir a organização política do Estado", apesar de ser esta "a única organização" que já encontra "preparade depois da sua vitória". Para Engels, mesmo que o Estado a ser conquistado pelo conjunto dos trabalhadores requeresse "mudanças consideráveis antes de" poder "cumprir suas novas funções", havia a clara compreensão, por parte da reflexão marxiana, de que suprimi-lo, imediatamente após a tomada do poder, implicaria "destruir a única arma" à disposição do "proletariado vitorioso" para "esmagar a seus inimigos capitalistas e levar a cabo a revolução econômica da sociedade, sem a qual toda vitória terminaria em uma nova derrota e no assassinato em massa dos operários, como ocorreu na Comuna de Paris". ENGELS, F. Con Motivo de la Muerte de K. Marx. In: MARX, K; ENGELS, F & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 160. Na realidade, conclui Engels em outro texto, "nós proclamamos a desapareição do Estado antes mesmo que os anarquistas". Conforme a *Miséria da Filosofia*, a "classe laboriosa substituirá, no seu processo de desenvolvimento, à antiga sociedade civil" por "uma sociedade que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, uma vez que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo dentro da sociedade civil". ENGELS a Edouard Bersntein, [1 Janvier 1884]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Mouvement Ouvrier Français II*, p. 53.

56. ENGELS a Carlos Caffero, [1-3 de Julio de 1871]. In: MARX, K; ENGELS, F & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 26. Engels afirma também, em outra oportunidade, que a "revolução" é a "coisa mais autoritária que existe" pois se constitui no "ato pelo qual uma fração da população impõe sua vontade a outro por meio de fuzis, balonetas e canhões". E, "o partido vitorioso, se não deseja ter combatido em vão, deve manter sua dominação com o terror que suas armas inspiram aos reacionários. A Comuna de Paris teria conseguido se manter um único dia apenas caso não tivesse usado da autoridade de um povo em armas contra a burguesia? Não seria necessário, ao contrário, criticá-la pelo fato de ter feito pouco uso de suas autoridade?". ENGELS, F. De l'Autorité. In: MARX, K & ENGELS, F. *Le Parti de Classe III*, p. 52.
57. ENGELS a August Bebel, [18-28 de Marzo de 1875]. In: MARX, K; ENGELS, F. & LENIN, V. *Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo*, p. 139.

A atenção dedicada pela reflexão marxiana ao problema do Estado em geral e ao Estado operário, em particular, não significará, contudo, a tentativa de localizar neste aparato de dominação de classe o ponto nodal da questão referente à emancipação social. Bakunin, observa Engels, no sentido de aclarar a discussão, "tem uma teoria original" sobre o assunto. Verdadeira "mistura de proudhonismo e comunismo, [...] o ponto básico de seu proudhonismo é a idéia de que o mal mais grave, com o qual há de se acabar, não é o capital, portanto, o antagonismo de classe que o desenvolvimento social cria entre os capitalistas e os operários assalariados, mas sim o Estado". E, "posto que o Estado é, portanto, o mal principal, há de se acabar antes de tudo com ele, e então o capital acabará por si só". Porém, complementa Engels, sob "nosso ponto de vista" o "poder de Estado não é mais do que uma organização adotada pelas classes dominantes — proprietários de terras e capitalistas — para proteger seus privilégios sociais", de tal modo que colocar o Estado como "criador do capital" ou afirmar "que o capitalista possui seu capital unicamente por obra e graça do Estado", representa na da mais que a total inversão do problema, pois se retira das relações sociais de produção a causa primária da opressão. Se, de um lado, é tarefa do proletariado ter a devida clareza quanto a necessidade de tomar o poder político, retirando-o das mãos da burguesia, por outro, é necessário que compreenda, também, que o Estado não se constitui no "mal principal" com o qual há de se acabar. Prioritário é dar fim às próprias relações sociais que tornam possível a sua existência. Acabe-se "com o capital", verdadeira "concentração de todos os meios de produção nas mãos de uns poucos, e o Esta-

do se derrubarã por si sã" (58). Cumpre observar, quanto à extensa passagem elaborada por Engels, que não se trata de desconsiderar o papel desempenhado pelo Estado no que concerne à produção e reprodução das relações sociais burguesas. O que Engels busca dimensionar é o universo dentro do qual se deve inserir a problemática do Estado face à questão mais ampla, isto é, a conquista da sociedade emancipada.

No que concerne à tomada do poder político pelo proletariado, observa ainda a reflexão marxiana que "a revolução comunista" é a "mais radical ruptura com as relações de propriedade tradicionais" (59). Por meio dela o conjunto da classe operária se vê em condições de forjar "uma organização democrática" no seio da sociedade (60). Contudo, por mais importante que seja a tomada do poder de Estado e a consequente "conquista da democracia", semelhante forma de se organizar a vida social deve ser compreendida tão somente como o "primeiro passo da revolução proletária" (61). Na realidade, afirma Engels, em argumentações elaboradas anos antes da fundação da Internacional, semelhante organização "seria de todo inútil ao proletariado se não fosse utilizada imediatamente enquanto meio para implementar futuras medidas" que atacassem "diretamente a propriedade privada" e garantissem "a existência do proletariado" (62). A "simples democracia", conclui em outro texto, é "incapaz de remediar os males sociais" pois "a igualdade democrática" constitui "uma quimera". A "luta dos pobres contra os ricos" não é possível de

58. ENGELS a T. Cuno, [24 de Enero de 1872]. In: Id. Ibid., p. 51

59. MARX, K & ENGELS, F. Manifesto del Partido Comunista. In: MARX, K E ENGELS, F. Opere VI, p. 505.

60. ENGELS, F. Princípi del Comunismo. In: Id. Ibid., p. 370.

61. MARX, K & ENGELS, F. Manifesto del Partido... In: Id. Ibid., p. 505.

62. ENGELS, F. Princípi... In: Id. Ibid., p. 370.

"ser conduzida até seu último termo sobre o terreno da democracia ou da política em geral" uma vez que esta não é "mais do que um ponto de transição", o "último meio puramente político" que se pode "empregar" na medida em que, "imediatamente depois, é necessário que se desenvolva um elemento novo, um princípio que ultrapasse todo elemento político: o socialismo" (63).

A compreensão da "insuficiência das revoluções meramente políticas" será de fundamental importância para se poder compreender a maneira pela qual Marx encaminha suas reflexões a respeito da Comuna de Paris, um primeiro ensaio do que poderia ser, no futuro, a sociedade sob o comando da classe operária (64). É a compreensão de que a democracia, nas mãos do proletariado, constitui um meio e não fim em si mesmo, que permite a Marx referir-se a ela, por exemplo, como "a forma" política necessária e capaz de "servir como alavanca para extirpar as bases econômicas sobre as quais se funda a existência das classes, isto é, a dominação de classe" (65). De tal modo que, embora tenha forjado "a República à base de instituições realmente democráticas", nem "o governo barato, nem a verdadeira República" eram seu objetivo último". Representavam, tão somente, "seus corolários". Com seu "grito de República social", não aspirava apenas a "abolir a forma democrática da dominação de classe, mas a própria dominação de classe" (66). Em sua maneira de se manifestar a constituição "comunal restituiu ao corpo social todas as forças que até

63. ENGELS, F. La Constitution Anglaise. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Syndicalisme II; Contenu et Signification des Revendications, Paris, Librairie François Maspero, 1978.

64. ENGELS, F. Prefazione all'Edizione Tedesca del 1890 del "Manifesto" In: MARX, K & ENGELS, F. Opere VI, p. 673.

65. MARX, K, La Guerre Civile en France, p. 45.

66. Id. Ibid., p. 41-45.

então haviam sido absorvidas pelo Estado parasitário que se alimentava da sociedade" e "paralisava seu livre movimento". Apresentava-se ao cenário histórico como "ponto de partida para a regeneração da França", tarefa possível graças ao fato de que se encontravam em suas fileiras "a representação verdadeira de todos os elementos sãos da sociedade francesa, e, por conseguinte, o verdadeiro governo nacional" (67). As "medidas particulares" implementadas pela Comuna "podiam indicar apenas a tendência de um governo do povo e para o povo", reforçada na medida em que possibilitava ao "público" o conhecimento "de todas" as "imperfeições" que a marcavam (68).

O fato do proletariado se valer da democracia mais ampla possível assim que conquistou o poder político não significa, no entender de Marx, que durante este período existam contradições à medida em que o processo de transição avança. Caminho para a sociedade futura sem ser, contudo, sua expressão acabada, as exigências desta fase conduzem necessariamente, segundo Marx, à manutenção do "direito igual" como sendo, "em princípio, o direito burguês" apesar de que "o princípio e a prática" deste direito revelarem os progressos conseguidos (69). As limitações burguesas presentes no período político de transição de uma forma de sociabilidade a outra impõem-se, contudo, como decorrência da própria maneira de se estruturar o processo. Do que "se trata", observa Marx, "não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas sim de uma que acaba de sair precisa-

67. Id. *Ibid.*, p. 44-49.

68. Id. *Ibid.*, p. 46-51. Marx observa ainda que enquanto iniciativa das "massas populares", a Comuna se constituiu "somente" em "meio orgânico de sua ação", cujo objetivo final era a conquista da "emancipação social" por parte do próprio conjunto dos trabalhadores". MARX, K. *Prémière Essai...* In: *Id. Ibid.*, p. 213-215.

69. MARX, K. *Glosas Marginales ao Programa del Partido Obrero Aleman*. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escogidas*, Tomo III, p. 14.

mente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta [...] em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cuja entranha procede". Assim, nesta etapa, "o produtor individual" deve obter "exatamente o que deu" à "sociedade" de "sua quota individual do trabalho". Continuará a reinar, "evidentemente, o mesmo princípio que regula o intercâmbio de mercadorias", muito embora tenha "variado a forma e o conteúdo" pelo qual isto se processa. Exemplo disto é o fato de que, "sob as novas condições ninguém" pode "dar senão seu trabalho" além de que, "por outra parte, agora nada" pode "passar a ser propriedade do indivíduo, fora dos meios individuais de consumo" (70).

Várias debilidades percorrem o período político de transição. Porém, acentua Marx, se de um lado compete ao proletariado reconhecer que "defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal e como brota da sociedade capitalista depois de um longo e doloroso parto", de outro, esta constatação deve servir ao conjunto da classe como estímulo para se construir, o mais rapidamente possível, "a fase superior da sociedade comunista". Exigência tanto mais necessária pois somente "quando tenha desaparecido a subordinação escravizadora, dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não seja somente um meio de vida, sim a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, cresçam também as forças produtivas" e "os mananciais da riqueza coletiva, só então poderá rebaixar-se totalmente o estreito

70. Id., Ibid., p. 14.

horizonte do direito burguês" (71). Nesta fase, conclui, "as diferenças e os privilégios de classe desaparecerão juntamente com a base econômica sobre a qual se sustentam", de tal modo que a "vida às custas do trabalho alheio será coisa do passado". Não "haverá mais governo ou poder de Estado distinto da sociedade" sendo que "todos os ramos da produção serão organizados gradualmente da maneira a mais adequada". A "centralização nacional dos meios de produção", conclui Marx, "se tornará a base nacional de uma sociedade composta da associação de produtores livres e iguais, conduzindo os assuntos sociais com acerto a um plano racional e comum" (72).

Embora localize no estágio superior do comunismo a expressão da sociedade emancipada e fale em igualdade no interior de semelhante organização social, está ausente da reflexão marxiana a defesa da instauração de uma identidade abstrata entre os homens assim que estes consigam produzir de maneira verdadeiramente social. Distante do igualitarismo presente nos primeiros teóricos do socialismo moderno, Marx tem a devida clareza de que "uns indivíduos são superiores física e intelectualmente a outros e rendem, pois, no mesmo tempo, mais trabalho, ou podem trabalhar mais tempo" em relação a outros, sendo impossível, portanto, exigir-lhes idêntica contribuição. Por sua vez, é o reconhecimento das diferenças reais existentes entre as diversas subjetividades que permite a elaboração marxiana argumentar que o objetivo do movimento proletário é derrubar a burguesia e

71. Id. *Ibid.*, p. 15. Sobre a questão argumenta ainda que a "vida social, cuja produção material e as relações que ela implica formam a base, só se desprenderá de seu véu místico, no dia em que se manifestar o trabalho dos homens livremente associados, agindo conscientemente e mestres de seu próprio desenvolvimento social". *La Merchandise et la Nonnaie*. In: MARX, K. *Le Capital*, Livre Premier, p. 84.

72. MARX, K. *The Nationalisation of the Land*. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 136.

criar condições para que se transite da sociedade onde "cada qual" recebe "segundo sua capacidade" para aquela onde "cada qual" obtenha "segundo suas necessidades" (73).

A exemplo do igualitarismo abstrato, observa Marx que seria uma "tolice democrática" supor que na sociedade futura as decisões sejam tomadas por todos os membros que a compõem. Se assim ocorresse, a sociedade futura terminaria por inviabilizar-se, pois, frente a discussões intermináveis, as decisões necessárias seriam retardadas, ocasionando sérios prejuízos aos próprios objetivos perseguidos (74). Observa que a exigência de "um sistema republicano e benfeitor de associação de produtores livres e iguais" não deve servir de fermento para se cair em um democratismo não menos abstrato (75). Nem mesmo em "um sindicato", argumenta Marx de maneira conclusiva, "se coloca" a todos "na direção", apesar da estruturação deste ser tarefa menos complexa do que a instauração da sociedade emancipada ou a produção e reprodução das relações sociais em sua totalidade (76).

A solução para o problema Marx a localiza no princípio da representatividade. É por meio do processo eletivo que a sociedade, tanto na fase de transição quanto no estágio superior do comunismo, escolherá as individualidades julgadas capazes para os postos de direção e tomada de decisões. No entanto, não se trata aqui, segundo ele, de um recuo a formas burguesas de dominação, onde falar da escolha dos representantes de "todo o povo" é nada mais do que "uma

73. MARX, K. Ciosas Marginales... In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo III, p. 15.

74. MARX, K. Acotaciones al Libro "El Estado...". In: MARX, K; ENGELS, F & LENIN, V. Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo, p. 134.

75. MARX, K. Istruzioni per i Delegati... In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 195.

76. MARX, K. Acotaciones al Libro "El Estado...", op. cit., p. 134.

fantasia". Recusando qualquer identidade entre a maneira burguesa de se estruturar a representatividade e a utilização do mesmo princípio na sociedade de transição e estágio superior do comunismo, ressalta Marx que o "caráter das eleições não depende do nome, mas sim da base econômica" nas quais se sustenta. Em suma, "das relações econômicas dos eleitores entre si". De tal modo que, "tão logo deixem as funções de ser políticas: 1- deixam de existir como funções de governo, 2- a distribuição das funções gerais se converte em um problema administrativo, que não encerra domínio algum, 3- as eleições não conservam nada de seu caráter político atual", isto é, do sentido que têm na sociedade regida pelo capital. O caráter novo assumido pelo princípio da representatividade, acentua Marx, aprofundando suas reflexões, torna-se ainda mais possível em razão de que sobre "a base da propriedade coletiva desaparece a chamada vontade popular para ceder posto à verdadeira vontade da coletividade cooperativa" (77).

Expressão das mais significativas do novo caráter assumido pelo princípio da representatividade na sociedade de transição e futura é, segundo a elaboração marxiana, a maneira pela qual a Comuna de Paris buscou organizar-se. Assentada sobre a igualdade real de seus membros, a Comuna, ainda que derrotada antes de poder se desenvolver plenamente, revelou-se não apenas "uma forma política perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo, que haviam sido fundamentalmente repressivas", como também fez da representatividade pelo sufrágio universal um dos pilares de sua sustentação e expressão mesma desta flexibilidade. Sua or

77. Id. *Ibid.*, p. 134-135.

ganização interna "estava formada por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade", cujos mandatos eram "revogáveis a qualquer momento"⁽⁷⁸⁾. Contrariamente ao universo burguês, a Comuna não utilizou o "sufrágio universal [...] seja como sanção parlamentar do sacro-santo poder do Estado, seja como instrumento nas mãos das classes dirigentes, a que o povo serve somente para sancionar [...] a intervalos mais ou menos longos", mas sim o "adotou" em seu "objetivo verdadeiro", que é o de fazer escolher pelas comunas seus próprios funcionários de administração e de legislação"⁽⁷⁹⁾.

De outra parte, Marx via com grande positividade os esforços da Comuna para eliminar a burocracia de Estado. Para ele, aquela experiência histórica do proletariado contribuiu ainda ao fornecer seu exemplo para a sociedade futura de que "a administração pública e o governo político" não eram "mistérios" ou "funções transcendentais" possíveis de serem confiadas, apenas, "às mãos de uma casta de prebendeiros". Exemplo de tal iniciativa podia ser percebida no fato de que as atividades "militares, administrativas" e "políticas" foram transformadas em "funções verdadeiramente operárias" em lugar de continuarem a ser "atributos secretos de uma casta exercitada"⁽⁸⁰⁾.

Embora poucas, as notas de Marx sobre a educação são reveladoras do papel que esta poderia desempenhar no sentido de impedir a formação, na organização social futura, de novas camadas burocráticas e, em particular, de uma buro-

78. MARX, K, Premier Essai... In: MARX, K. La Guerre Civile en France, p. 233-236.

79. Id. Ibid., p. 214-215.

80. Id. Ibid., p. 214-215.

cracia cujos interesses estivessem em contraposição aos verdadeiros ideais perseguidos pela coletividade nascida do processo revolucionário. Para Marx, o conhecimento haveria de ser socializado em sua plenitude, razão pela qual a educação deveria possuir caráter integral, isto é, compor-se de "educação espiritual, [...] educação corporal" e "educação tecnológica", destinando-se esta última a oferecer "os princípios gerais e científicos de cada tipo de produção e ao mesmo tempo iniciar aos rapazes e jovens no uso prático dos instrumentos elementares de todas as profissões" (81).

Amarrada a todo o problema de constituição das novas relações de sociabilidade, é clara, no interior da formulação marxiana, a necessidade de se combater, por meio da educação integral e generalizada, o monopólio do saber. As finalidades perseguidas por tal proposta educacional representam, neste aspecto, muito mais do que a preocupação em dar a conhecer as "tendências íntimas da produção moderna" (82). Observe-se, de outra parte, que um alto grau de dialeticidade está presente nas argumentações de Marx sobre o assunto. Significativa neste sentido é a afirmação marxiana segundo a qual a instrução geral no seio da sociedade existente, a sociedade burguesa, está permeada por "uma dificuldade de tipo especial". De um lado, exige que sejam mudadas "as condições sociais" para que se possa "criar um sistema de instrução congruente e, de outra parte, este sistema de instrução congruente é necessário para fazer mudar as condições sociais", razão pela qual é necessário "partir da situação existente", sem o que nada de positivo será conseguido (83).

81. MARX, K. Istruzioni per i Delegati... In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 194.

82. MARX, K. La Législation de Fabrique. In: MARX, K. Le Capital, Livre Premier, p. 465.

83. Notas de Dos Discursos de K. Marx Sobre la Instrucción General en la Sociedad Moderna. In: MARX, K & ENGELS, F. La Internacional, p. 547.

3 - TÁTICA, PARLAMENTO E SINDICATO

A preocupação com o objetivo estratégico do movimento operário, isto é, a conquista da sociedade emancipada ou comunista, é marcante nos textos marxianos escritos para a Associação Internacional dos Trabalhadores. Por sua vez, acompanha esta discussão, uma cuidadosa atenção com o campo tático capaz de viabilizar a conquista do fim proposto pelo partido que organiza o conjunto dos trabalhadores. Um primeiro ponto de reflexão sobre a questão é fornecido pelo entendimento de que "uma boa tática de propaganda não deve se propor a arrebatá-lo aqui e ali ao adversário alguns militantes isolados ou alguns grupos de militantes, mas sim influenciar as grandes massas que ainda não foram incorporadas ao movimento" (84). A isto, Marx e Engels acrescentam a compreensão de que a "intervenção ativa da classe operária" é tarefa muito mais complexa do que a elaboração de frases grandiloquentes (85). Na verdade, observa Engels, "não há nada menos prático do que" as "cavilosas soluções práticas inventadas de antemão e aplicáveis a todos os casos". Para agir com possibilidade de sucesso, prossegue, é "necessário o conhecimento exato do modo de produção capitalista em seus diversos aspectos", de tal maneira que uma "classe operária preparada nesta ordem de coisas, jamais terá dificuldades para saber, em cada caso dado, quais as instituições sociais devem ser objeto de seus ataques e de qual maneira estes ataques devem ser executados" (86).

84. ENGELS a August Bebel, [20 de Junho de 1873]. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo II, p. 455.

85. ENGELS, F. The Bakuninist at Work. In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 583.

86. ENGELS, F. The Housing Question. In: Id. Ibid., p. 391.

Colocando-se na defesa de uma íntima e necessária conexão entre o agir tático e estratégico, integra a elaboração marxiana a clareza de que, em seu processo de organização e luta contra os donos do capital, o movimento operário deveria utilizar "todo meio real" de ação e "todas as armas" disponíveis, independentemente de terem sido forjados ou não pelos donos do capital ⁽⁸⁷⁾. Impunha-se ao proletariado e à Associação a necessidade de não manterem uma atitude depreciativa para "toda ação revolucionária, isto é, para toda ação que brota da própria luta de classes, todo movimento social concentrado" no qual "se possa atuar, também, com meios políticos (como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho por lei)" ⁽⁸⁸⁾. O importante não está em quem forjou o instrumento mas sim na possibilidade do proletariado utilizar instrumentos que, mesmo forjados pela legalidade burguesa, contribuam para incrementar a "força política" do proletariado ⁽⁸⁹⁾.

Esta posição se revela de fundamental importância para a compreensão de como Marx e Engels pensam o agir tático do partido operário. Contrariamente a algumas tendências da Internacional que consideravam como único meio de luta a ação direta, ou luta armada propriamente dita, a elaboração marxiana caminha no sentido de demonstrar as potencialidades revolucionárias contidas na legalidade burguesa, caso o proletariado saiba agir de maneira consequente e consciente. É o reconhecimento de tais possibilidades que permite a Marx escrever em determinado momento de sua militância

87. MARX, K. The Political Indifferentism. In: Id. *Ibid.*, p. 394.

88. MARX e L. Kugelmann, [9 Ottobre 1866]. In: MARX, K & ENGELS, F. *Opere* XLII, p. 577.

89. MARX, K, Account of an Interview with Karl Marx Published in the World. In: MARX, K & ENGELS, F. *MECA*, I-22, p. 455.

na Internacional que o "ponto de partida de qualquer movimento operário sério" passa por uma eficiente "agitação" em defesa da "plena liberdade", bem como a luta pela "regulamentação da jornada de trabalho e cooperação internacional sistemática da classe operária com vistas à grande tarefa histórica que tem de resolver para toda a sociedade" (90). Dentro desta perspectiva ganham também pleno significado as afirmações segundo as quais competia às seções da Associação Internacional dos Trabalhadores "a missão especial, não somente de servir de centros para a organização militante da classe operária, mas também" sustentarem, "dentro de seus respectivos países, todo movimento político" que estivesse em acordo com o "objetivo final: a emancipação econômica da classe operária" (91).

Possíveis somente dentro de situações bastante determinadas, as alianças do proletariado com outras frações de classe não pertencentes ao universo do trabalho se apresentam, para Marx, como outro potente instrumento tático do qual pode valer-se a classe operária. Contudo, sua utilização, a exemplo da prática parlamentar ou sindical, apenas possuía efetiva validade na medida em que contribuísse para o fortalecimento do movimento de partido conduzido pelos trabalhadores. Neste sentido, qualquer aliança estabelecida pelo proletariado deveria ser marcada pela clareza quanto às "concessões" a serem obtidas por parte da classe, tais como "abolição de todas as leis de exceção contra os operários" ou "restauração do sufrágio universal", entre outras medidas (92).

90. MARX, K. Sozial-demokrat, [28 Août 1868]. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II, p. 112.

91. MARX, K & ENGELS, F. Résolutions Votées par la Conference... In: MARX, K & ENGELS, F. MEGA, I-22, p. 328.

92. MARX & Engels, [3 de Febrero de 1865]. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo VIII, Argentina, Editorial Ciências del Hombre, 1973, p. 154-155.

Marx observa ainda que em nenhum caso as alianças deveriam ser feitas no sentido de comprometer ou prejudicar o agir distinto do partido, sendo necessário mesmo que, enquanto perdurassem as uniões, o conjunto dos trabalhadores mantivesse a sua independência, de modo a poder defender suas reais posições frente aos demais setores com os quais tivesse de atuar em comum acordo.

Construídas em cima de um objetivo básico, isto é, a derrota de um inimigo comum a todas as partes integrantes da união, as alianças deveriam ser compreendidas pelo proletariado como sendo, necessariamente, temporárias. Muito embora reconhecesse que uma união com a burguesia fosse factível de acontecer, dentro de um quadro bastante preciso, em nenhum momento a elaboração marxiana irá romper com a compreensão de que a união entre os elementos participantes da aliança em questão era impossível de perdurar indefinidamente posto que os interesses perseguidos pelos diversos setores e, mais particularmente, pelas frações da burguesia e pela totalidade do proletariado, eram totalmente diversos. Neste sentido, é estranha a tal formulação qualquer proposta colaboracionista ou de "mútuo apoio" entre o proletariado e a burguesia ou seus setores mais avançados⁽⁹³⁾. Para Marx, semelhante prática só pode servir aos propósitos da burguesia, uma vez que "o burguês está habituado a conceber como 'realidade' o interesse que lhe está mais próximo, sob o nariz"⁽⁹⁴⁾.

Atentando para que a classe operária deve, em todos os seus atos, ser "sinceramente revolucionária", a re-

93. MARX a L. Kugelmann, [22 Fevereiro 1865]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLII, p. 499.

94. Id. Ibid., p. 497.

flexão marxiana considera um erro, também, a "tática política" que, a pretexto de defender os interesses do proletariado, propõe uma aliança do conjunto do trabalho com o Estado burguês, em troca de algumas garantias muito vagas de liberdade de ação ⁽⁹⁵⁾. Observa neste sentido que apesar de governos marcadamente burgueses "namorarem" por vezes com os operários, em nenhum momento perdem de vista a sua natureza. De tal modo que, em certas circunstâncias, em relação à burguesia, "podem atemorizá-la com expressões operárias" mas, sinceramente, "não podem jamais proceder realmente contra ela" ⁽⁹⁶⁾.

Para a elaboração marxiana, a Associação Internacional dos Trabalhadores demonstrava, de maneira clara e transparente, as potencialidades contidas nos espaços abertos pela legalidade burguesa desde que o proletariado em seu conjunto soubessem utilizá-los de maneira consciente e consequente. Porém, outros instrumentos táticos, de grande eficácia, existiam. Este era o caso do Parlamento e das organizações sindicais.

No concerne ao Parlamento, este se colocava como importante espaço de agitação política por parte do proletariado. Caso se "sufoque" a "voz" dos deputados operários, "ou se os expulse" o "efeito destes rigores e desta intolância", observa Marx, "é profundo sobre as massas". Mais importante, porém, é se "ao contrário" os deputados operários "podem falar" da tribuna do Parlamento, pois então "é o mundo inteiro que os ouve", o que significa, na prática, "uma

95. Id. Ibid., p. 495-497.

96. MARX a Engels, [10 Agosto 1869]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLIII, p. 388.

grande publicidade" dos princípios defendidos pela causa operária (97). A presença de deputados operários no Parlamento se apresenta como uma grande oportunidade para se forjar leis benéficas ao conjunto dos trabalhadores, fomentando assim seu processo de organização enquanto partido, e possibilitando, ainda, a vigilância sobre as manobras burguesas, dentro do próprio terreno construído pelos donos do capital. Uma clara demonstração disto é fornecida, segundo Engels, pela eleição de Bebel ao Parlamento alemão. Em texto sobre as atividades da Internacional no continente europeu observa que o "relatório da Alemanha trouxe informação de uma grande vitória", presente no fato de Bebel, o "deputado Internacional" ter sido "re-eleito" com uma quantidade superior de votos em relação aos "obtidos em eleição anterior". De tal maneira que, com isto, "Bismarck terá contra si o único homem que [...] ousa opôr-se abertamente a ele no interesse da classe trabalhadora" (98).

Para Marx, enviar "operários ao parlamento" equivalia "a uma vitória sobre os governos". No entanto, todo o cuidado deveria ser tomado pelos trabalhadores no sentido de "escolher os homens" verdadeiramente capazes de defender os interesses do conjunto da classe (99). Os prejuízos causados por uma péssima escolha podiam ser percebidos, por exemplo, pelo desempenho parlamentar do operário Tolain. Eleito pela grande massa dos trabalhadores, o deputado francês revelou, de maneira progressiva, estar em "ampla" contraposição aos interesses perseguidos pela "causa" que prioritariamente

97. MARX, K. Notes Pour l'Intervention à la Séance du 20 Septembre 1871 de la Conférence de Londres de l'A.I.T. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe III, p. 40.

98. ENGELS, F. News on the Activities of the International on the Continent. In: MARX, K & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23, p. 411-412.

99. MARX, K. Notes Pour... op. cit., p. 41.

e exclusivamente deveria "representar" (100).

Em oposição frontal às posições obreiristas, considera a reflexão marxiana que a escolha de legítimos representantes operários passava pela adoção de uma postura séria quando da realização de eleições. O proletariado, argumenta Engels, não deve e não pode participar das eleições como simples legitimador do processo, atribuindo seu voto a um ou outro candidato que se mostre simpático à causa do trabalho. Sua tarefa é ter a clara consciência da necessidade de enviar ao parlamento autênticos "operários e representantes dos operários", sem o que jamais se verá radicalmente representada (101). De outra parte, prossegue Engels em carta a Marx, é "atestado de pouca seriedade do proletariado" deixar de eleger "candidato operário", seguindo como "apêndice" dos "partidos oficiais", ali onde já possui força suficiente para escolher seus reais defensores (102). A isto deve ser acrescentado, também, o fato de que "o sufrágio universal obriga às classes dominantes" a procurarem "atrair as simpatias dos operários", criando assim condições para que os trabalhadores conquistem junto aos donos do capital concessões capazes de fomentar sua organização enquanto partido distinto (103).

Frente às condições existentes à época, a formulação marxiana considerava que a seriedade diante dos pleitos eleitorais deveria ser acompanhada por uma árdua luta dos trabalhadores em defesa de mandatos remunerados para os depu

100. MARX, K. & ENGELS, F. Résolutions du Conseil Général sur l'Expulsion de Henri Louis Tolain de l'Association Internationale des Travailleurs. In: MARX, K & ENGELS, F. OEUVRES, I-22, p. 166.

101. ENGELS, F. Prefácio a la Guerra Caspeshuá en Alemania. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo II, p. 173.

102. ENGELS a K. MARX. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XIII, p. 226-229.

103. ENGELS, F. Reseña del Primer Tomo de El Capital de K. Marx Para el Demokratisches Wochenblatt. In: MARX, K & ENGELS, F. Obras Escogidas, Tomo II, p. 157.

tados operários. Os proletários, argumenta Marx, "têm somente os recursos de seu trabalho para viver", de tal modo que seria inviável desfrutarem de um mandato sem a existência de qualquer "subsídio". Sem mandato remunerado, "o Parlamento lhe é inacessível". Além de viabilizar a existência de mandatos operários no Parlamento, a luta pela representação remunerada possui, no entender de Marx, outra forte causação política, posto ser frontalmente contrária aos interesses da burguesia. Esta, prossegue a reflexão marxiana, "recusa obstinadamente uma compensação aos membros do Parlamento" pois "sabe perfeitamente" que isto constitui um potente "meio de impedir à classe operária de ser representada" em seus interesses (104).

Apesar do peso atribuído à luta parlamentar, tanto Marx quanto Engels manifestam a compreensão de que esta não pode se constituir, para o conjunto do trabalho, em elemento de substituição da ação direta, do uso da força, da revolução propriamente dita. É acentuado, neste sentido, que o proletariado e a própria Internacional deveriam "declarar aos governos" a consciência que tinham de serem "a força armada contra os proletários", diante da qual o conjunto do trabalho agiria "pacificamente" nos locais em que isto fosse "possível, e pelas armas quando" assim se fizesse "necessário" (105).

Para Marx, eram bastante positivos os esforços realizados pelos trabalhadores no sentido de "se engajarem nos assuntos políticos", valendo-se desta atitude para subs-

104. MARX, K. Notes Pour l'Intervention... In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe III, p. 40-41.

105. MARX, K. Compte Rendu de l'Intervention à la Séance du 21 Septembre 1871 de la Conférence de Londres de l'A.I.T. In: Id. Ibid., p. 42.

tituir "os políticos profissionais por proletários" interessados em "defender os interesses da sua classe" (106). De outra parte, idêntico comportamento exigia para a Associação Internacional dos Trabalhadores. Enquanto organização, ela devia tanto fornecer elementos dos mais destacados dentre aqueles que militavam em suas fileiras como também atuar no espírito de fechar as portas para todas as individualidades cujo horizonte era tão somente o estreito interesse pessoal. A Internacional "deve evitar totalmente a aparência de servir ao interesse de qualquer ambição parlamentar" (107). Em nenhum caso se deve permitir que a organização sirva de "trampolim" para "mesquinhas ambições parlamentares", o que só viria a prejudicar o desenvolvimento e concretização dos objetivos perseguidos pela classe no seu processo de organização enquanto partido distinto (108). Todas as iniciativas neste sentido, quer partissem de individualidades operárias ou de elementos estranhos ao universo do trabalho, deveriam ser radicalmente repudiadas pela classe e pela própria Internacional.

Os sindicatos se apresentam, no interior da reflexão marxiana, como outro potente instrumento de defesa dos interesses do proletariado frente aos donos do capital. Potência que se vê acentuada pelo fato de terem sido estas organizações, desde as suas origens, forjadas pelos próprios operários como resultado direto "dos experimentos espontâneos" dos trabalhadores para "superar" a "concorrência" que faziam entre si, "ou ao menos atenuá-la", de maneira a tornar possível a mudança nos "termos do contrato" estabelecido

106. MARX, K. Procès-Verbaux... In: MARX, K & ENGELS, F. MEGA, I-22, p. 698.

107. MARX a Engels, [25 Fevereiro 1865]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLII, p. 88.

108. MARX a Le Lubez, [15 Fevereiro 1865]. In: Id. Ibid., p. 491.

com os capitalistas. Para as individualidades pertencentes à classe, prossegue Marx, tais organizações demonstravam ser de grande valia no sentido de permitirem aos operários elevarem-se "para além da condição de simples escravos" (109).

Nascidas com a finalidade de dar respostas à miséria que caracterizava a cotidianidade operária, as organizações sindicais se viram presas, desde a origem, "aos meios para defenderem-se contra os ataques do capital" bem como "às questões salariais e à duração da jornada de trabalho". Para Marx, semelhante "atividade" é "legítima" e "necessária", estando a classe impossibilitada de "renunciar" a esta prática enquanto perdurar o capitalismo. Contudo, não deixa de observar que em prol do movimento de partido, é necessário que as organizações sindicais superem o campo da pura imediatividade, adquirindo a devida "consciência de seu poder de ação contra o sistema de escravidão assalariada". Posição que colocava aos sindicatos a exigência de deixarem de se preocupar "exclusivamente com as lutas locais imediatas contra o capital" ao mesmo tempo em que mobilizam esforços para não ficarem à "margem do movimento geral, social e político" voltado para a construção da sociedade emancipada. Na medida em que amadureciam, impunha-se atuarem como "centros organizadores da classe operária", generalizando a "sua ação através da fundação e união das associações análogas em cada país". Cumpre observar que, sob nenhuma hipótese, o salto qualitativo das organizações sindicais implica, para Marx, no abandono dos "fins originais" para os quais foram fundadas. O que está a propor é simplesmente a necessidade dos sindica

109. MARR, K. Istruzioni per i Delegati... In: MARR, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 196.

tos estimularem "a convicção de todo mundo que os seus fins, em vez de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas" objetivavam, acima de tudo, "a emancipação dos milhões de oprimidos", razão pela qual cabia-lhes "apoiar todo movimento social e político" que estivesse em consonância com o "grande interesse" do proletariado ⁽¹¹⁰⁾.

No que concerne especificamente ao movimento sindical inglês havia muitas dúvidas sobre a capacidade das trade-unions, principais organizações existentes à época, fornecerem verdadeira contribuição ao proletariado em seus esforços para estruturar-se enquanto partido com características distintas. É certo que em um primeiro momento Marx se revela confiante quanto a atuação das trade-unions inglesas, chegando mesmo a observar que progressivamente elas abandonavam seu comportamento limitado às lutas econômicas e começavam a "entrevêr" sua real tarefa histórica ⁽¹¹¹⁾. Porém, a confiança na capacidade daquelas organizações sindicais darem um significativo salto de qualidade, incrementando assim o movimento do partido operário, se vê sensivelmente abalada na fase final da Associação Internacional dos Trabalhadores. Durante a Conferência de Londres, realizada em momento posterior à queda da Comuna de Paris, argumenta a reflexão marxista que na "Inglaterra as trade-unions existem há meio século", e que, no entanto, "a grande maioria dos operários ainda está fora" delas. Na realidade, prossegue, de maneira conclusiva, "a grande massa dos operários que o desenvolvimento econômico" empurra a "cada dia dos campos para as cidades" assim como "a massa mais miserável" da população, "jamais" che

110. Id. Ibid., p. 196-197.

111. Id. Ibid., p. 196.

gou a fazer parte de tais organizações. Ao lado disto, Marx detecta uma forte tendência das *trade-unions* transformarem-se, progressivamente, em "uma minoria aristocrática", sem "nenhuma força sobre as massas dos proletários" (112).

Para Marx era bastante claro, em carta de 1865, portanto, nas origens da Associação, que qualquer salto qualitativo por parte das *trade-unions* inglesas passaria, necessariamente, por uma estreita ligação destas com a Internacional, razão pela qual afirmava que sem "as *trade-unions*" seria impossível qualquer "encontro de massa". Porém, sem a AIT, não poderia "haver as *trade-unions*" (113). Acentuando a necessidade da estreita ligação entre as organizações sindicais inglesas e a AIT, Marx observa ainda que, muito embora fosse correto afirmar que as *trade-unions* se constituíram na "única força" com a qual pode dispor a Internacional em seus primeiros anos de existência, o desenvolvimento histórico havia demonstrado a incapacidade daquelas organizações caminharem "por si mesmas". As *trade-unions* "jamais puderam fazer alguma coisa sem se endereçarem" à Associação; "mesmo as mais organizadas, isto é, aquelas" cujos "ramos estavam nos Estados Unidos" não realizavam "movimentos políticos senão sob a influência da Internacional" (114).

Apesar das debilidades reconhecidas na prática das *trade-unions*, em nenhum momento a reflexão marxiana abandona a compreensão da necessidade de estabelecer uma es-

112. MARX, K. Procès-verbaux... In: MARX, K & ENGELS, F. MECA, I-22, p. 686-691. No mesmo sentido Engels observa: "O que Marx diz sobre as *trade-unions* é verdade. Delas não fazem parte 4/5 de Lancashire. As *trade-unions* têm mais de ciência econômica, mas os operários fora destas sociedades têm mais de Justiça e de bom senso", de tal modo que "ali onde não existem *trade-unions*, os operários se entendem perfeitamente". ENGELS, F. In: Id. Ibid., p. 687.

113. MARX a Engels, [1 Fevereiro 1865]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLIII, p. 51.

114. MARX, K. Procès-verbaux... op. cit., p. 686.

treita ligação entre elas e a Associação Internacional, dotando-as do devido caráter internacionalista. Não é com outro espírito que via como extremamente positiva a decisão do Congresso de Haia, último da AIT, de aprovar por unanimidade "moção" na qual o Conselho Geral da Associação ficava "investido com missão especial de estimular" a formação de "trade-unions Internacionais", sendo que, para cumprir este objetivo, o Conselho deveria "redigir uma circular" para ser "impressa e enviada a todas as sociedades de trabalhadores [...] afiliadas ou não à Internacional". No referido documento, deveria se "convocar as sociedades operárias a estabelecerem uma trade-union internacional para suas respectivas trades", bem como fixarem "elas mesmas as condições dentro das quais" desejariam "entrar na União Internacional destas trades" (115).

Frente ao caráter internacionalista do capital, beneficiado pelos "novos descobrimentos e avanços da indústria", compreendia a reflexão marxiana que outro caminho não existia para o proletariado senão o de "transformar suas associações nacionais em associações internacionais", dando assim passo significativo para reconquistarem "sua individualidade" (116). Eram verdadeiramente positivos os esforços operários de forjarem organizações sindicais por ofícios no plano local para, a partir daí, articularem-se a outros sindicatos da mesma profissão a nível nacional e internacional. Porém, seria um equívoco por parte dos trabalhadores dos diversos ofícios se utilizassem semelhante organização local, nacional e internacional tão somente para defenderem os inte-

115. ENGELS, F. On the Hague Congress. In: MARX, K & ENGELS, F. *Collected Works*, Volume 23, p. 266.

116. MARX, K. Manifiesto del Consejo General de la Asociación Internacional de los Trabajadores. In: MARX, K & ENGELS, F. *El Sindicalismo I*, p. 153.

resses próprios e específicos de sua categoria profissional. Semelhante concepção corporativa de organização é estranha à reflexão marxiana. Para ela, a estruturação da categoria em todos os níveis deveria buscar como fim primeiro estabelecer laços efetivos de colaboração entre os trabalhos de diversos ofícios dos diferentes países ou de um mesmo país. Somente nesta perspectiva se tornaria possível falar de internacionalismo proletário. Abandonar esta prática em prol de posturas corporativistas representaria, na verdade, caminhar em sentido oposto àquele perseguido pelo movimento de partido do proletariado.

Cumpra observar que não se trata para a reflexão marxiana de desconsiderar a existência, nos vários ofícios, de problemas específicos à natureza da atividade que desenvolviam, mas sim de reconhecer, ao lado deste fator, que o internacionalismo operário, a colaboração efetiva da classe proletária, se impõe como necessidade diante das próprias condições nas quais se realiza a produção e reprodução das relações sociais sob o modo de produção capitalista. Para a elaboração marxiana, quer queiram ou não, as diversas categorias de trabalhadores estão obrigadas a desenvolverem laços de solidariedade entre si, sem o que jamais conseguirão ferrir seriamente os donos do capital. A luta dos trabalhadores é pela defesa dos interesses universais da classe, de tal modo, argumenta Marx, que "nos ramos de produção em que ainda" inexistiam estas organizações, "sociedades de resistência" ou "de socorros mútuos", era preciso criá-las", mobilizando esforços no sentido de "solidarizar entre si todos os sindicatos de todas as profissões e de todos os países, instituindo em cada federação local, uma caixa comum destinada a apoiar"

os movimentos da classe. "Numa palavra", era "preciso continuar, neste sentido, a obra empreendida pela Associação Internacional dos Trabalhadores, e desenvolver os esforços para fazer o proletariado entrar em massa para essa associação" (117).

Importantes por representarem a rebeldia do trabalho contra o capital e também por se constituírem em oportunidade para o exercício da solidariedade operária, as greves se configuram, no entender da elaboração marxiana, como um dos grandes instrumentos de luta disponíveis aos sindicatos. Enquanto meio de ação disponível ao conjunto da classe operária, sua utilização estava longe de significar a conquista da "emancipação total do trabalhador", sendo, antes de tudo, "uma necessidade na situação" de "luta entre o capital e o trabalhador". Porém, se bem utilizadas, poderiam servir maravilhosamente ao proletariado, razão pela qual não deveriam ser empregadas de maneira indiscriminada, encontrando-se sua realização sujeita "a determinadas normas de organização, de oportunidade e de legitimidade" (118). De maneira sintética porém precisa, observa ainda a reflexão marxiana que as greves constituem-se na "forma primária" de luta da qual se valem os operários no combate "contra Monsieur Le Capital", podendo atenuar os efeitos da exploração, mas não eliminá-los, mesmo que temporariamente (119). A classe operária, prossegue Marx, acentuando sua reflexão, "independentemente da servidão geral [...] legada pelo sistema do trabalho assalariado" não deve "exagerar para si mesma o resultado final desta lu-

117. MARX, K. L'A.I.T. et l'Alemagne. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II, p. 107.

118. MARX, K. Resolución del III Congreso de la A.I.T. In: MARX, K & ENGELS, F. El Sindicato I, p. 100.

119. MARX & Engels, [18 Agosto 1869]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XIII, p. 396.

ta cotidiana" entre o trabalho e o capital. Muito menos "esquecer" que com as greves luta "contra os efeitos, mas não contra as causas destes efeitos" podendo, em consequência disto, tão "somente frear o movimento descendente, mas não mudar-lhe a direção". Enquanto meio importante de luta são "paliativos", incapazes de gerar a "cura da doença", motivo pelo qual o proletariado não deve "deixar-se absorver exclusivamente por esta inevitável guerrilha" gerada "incessantemente dos ataques contínuos do capital ou das mudanças do mercado". Enquanto classe consciente de seus objetivos, conclui, é tarefa do proletariado "compreender" que o modo de produção capitalista, "com toda a miséria que acumula sobre a classe operária", fomenta, "ao mesmo tempo, todas as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade", de tal modo que, no lugar da "palavra de ordem conservadora: 'Um salário justo por uma justa jornada de trabalho', os operários" possam futuramente "escrever sobre sua bandeira a divisa revolucionária: 'Supressão do sistema do trabalho assalariado'" (120).

Enquanto organização voltada para a defesa dos interesses da classe operária, a AIT poderia, no entender da reflexão marxiana, desempenhar papel ativo junto às greves, esforçando-se para garantir-lhes o sucesso. Semelhante intervenção, caso realizada de maneira eficaz, só resultaria em positivities. De um lado, em razão de contribuir para o fortalecimento da luta conduzida pelo proletariado contra a classe burguesa. De outro, por demonstrar que a Associação poderia dar sua contribuição nos embates entre o capital e o tra

120. MARX, K. Salário, Prezzo e Profitto, In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 150.

balho, criando-se assim a possibilidade dela ser reconhecida como representante legítima dos interesses dos trabalhadores. Caberá ao próprio Marx destacar as positividades desta inserção junto aos movimentos grevistas ao afirmar: "A Associação rapidamente se difundiu, especialmente na França. Há pouco tempo havíamos recebido também a adesão das associações operárias italianas". Por sua vez, em "Londres a propaganda adquiriu um novo impulso" devido "sobretudo ao fato de que as greves vitoriosas dos aprendizes de alfaiate e dos operários da laminação ocorreram sob nossa intervenção, de modo que foi impedida a importação de operários da França, Suíça e Bélgica, projetada pelos empresários. Uma prova similar da utilidade prática direta da nossa Associação não deixou de fazer efeito sobre o senso prático dos ingleses" (121).

Além das greves, argumenta Marx que a AIT havia demonstrado sua utilidade, também, por ocasião das tentativas de lock-out, isto é, paralisações promovidas pelos proprietários das fábricas com a finalidade de oprimirem ainda mais o conjunto do trabalho. No caso de semelhante iniciativa ser posta em prática junto às "sociedades pertencentes à Internacional", os "operários de todos os países são imediatamente informados do estado de coisas" existente, a exemplo do que ocorre por ocasião das greves. Em consequência, prossegue Marx, os trabalhadores que compreendem o sentido da luta travada pela sua classe "colocam-se em guarda contra as ofertas dos agentes capitalistas" frustrando as tentativas patronais (122). No entanto, apesar dos esforços marxianos para

121. MARX a Wilhelm Liebknecht, [4 Maggio 1866]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLII, p. 563.

122. MARX, K, Rapporto del Consiglio Generale dell'Associazione Internazionale Degli Operai al Congresso di Losanna. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XX, p. 414. Detalhando

que o conjunto do trabalho estabelecesse estreita vinculação com a Associação Internacional dos Trabalhadores, observa-se que a intervenção da organização junto às greves ou frustrando os lock-out não estava "circunscrita somente às sociedades ligadas" à AIT, mas que podia ser fornecida "a todas aquelas" que requeressem semelhante auxílio ⁽¹²³⁾.

Em favor do movimento de partido de classe Marx compreendia como extremamente necessário tanto auxiliar às organizações sindicais, quanto estabelecer com elas estreitas ligações, a exemplo do procedimento adotado em relação às trade-unions inglesas. Contudo, se competia à Internacional "pôr-se em ligação com as associações operárias" dos diversos países ⁽¹²⁴⁾, convidando-as a aderir "coletivamente" desde que reconhecessem "os princípios da Associação" e pagassem pequena quantia "pela sua declaração de adesão", há de se observar, por outro lado, que esta aproximação, de maneira alguma, implicava no direito da AIT subordinar as "organizações de profissão", "sociedades de socorros mútuos e outras associações operárias" às suas diretrizes, em todos os detalhes, como se houvessem sido criadas com a mesma finalidade ⁽¹²⁵⁾. Muito embora afirmasse que a Associação Internacio

a maneira como ocorre a intervenção da AIT, Marx observa com relação a uma tentativa de lock-out na Inglaterra: "O capital considera o operário apenas como uma máquina de produção, e nada mais; o último lock-out dos cesteiros de Londres nos oferece um exemplo claro" disto. Os patrões das fábricas de cestas de Londres "declararam aos seus operários que deveriam dissolver a sua sociedade e aceitarem uma diminuição do salário no prazo de três dias". Para forçar os trabalhadores, anunciaram que caso as exigências feitas não fossem cumpridas "ao término do prazo, as fábricas seriam fechadas". Diante "de um fato assim brutal, os operários se revoltaram e declararam" que as condições impostas eram inaceitáveis. Porém, "os patrões haviam previsto esta eventualidade", razão pela qual enviaram "agentes à Bélgica" com a finalidade de recrutarem novos operários. Ciente da situação, o Conselho Geral da Internacional conseguiu entrar em contato com os "operários belgas" que, "tendo compreendido seu dever", retornaram ao seu país de origem. Enquanto isto ocorria, "chegou outro barco, carregado de mais operários. Mas desta vez foram recebidos diretamente por nós, retornando com o barco seguinte" para o país de origem, a exemplo do que ocorrera anteriormente. "Depois disto, foi impossível aos patrões procurarem outros operários". Com "o resultado viram-se constrangidos a não" dar cumprimento às ameaças feitas inicialmente. In: Id. Ibid., p. 414-415.

123. Id. Ibid., p. 414.

124. MARX e Engels, [4 Novembro 1864]. In: MARX, K & ENGELS, F. Opere XLII, p. 11.

125. MARX, K. Efforts d'aménagement de l'Internationale. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II, p. 100.

nal encontrava-se "na posição feliz de poder operar diretamente sobre este grande fermento da revolução proletária que são os sindicatos", a reflexão marxiana terá sempre o devido cuidado de estabelecer os limites dentro dos quais poderia e deveria processar-se esta aproximação ou intervenção. Colocava-se como tarefa para a AIT atuar sobre as organizações de tipo sindical de modo a desenvolver nelas e por meio delas o espírito do "socialismo revolucionário" no interior das massas operárias, afastando-as do "caráter inglês" que as marcava (126). Mas a organização Internacional tinha a necessidade de reconhecer, também, que certas resoluções, válidas para os "ramos, seções ou grupos locais e seus comitês", não possuíam a menor aplicação para as "Sociedades de Resistência [...] afiliadas à Internacional" (127). De outra parte, Marx considerava "errôneo" acreditar na possibilidade da Associação subordinar as organizações de caráter sindical, pois esta não era a intenção da aproximação e muito menos "estas sociedades [...] se deixariam [...] impor uma organização nova" (128). No mesmo sentido caminha Engels. Reforçando as argumentações desenvolvidas por Marx, acentua que não era possível "sustentar-se, em absoluto, que os sindicatos" tivessem se "constituído" em "ramos da Internacional". Estes "ramos", prossegue, deviam, "com efeito, submeter seus estatutos à aprovação do Conselho Geral, enquanto que os sindicatos" possuíam "seus próprios regulamentos sem que ninguém" exercesse "sobre eles qualquer controle". Além disto, empreendiam "ações sem consultar a Associação" (129).

126. MARX, K. El Consejo General al Consejo Federal de la Suiza de Lengua Francesa. In: MARX, K & ENGELS, F. El Sindicalismo I, p. 102-103.

127. MARX, K. Resolutions Voteés par la Conferéncia... In: MARX, K & ENGELS, F. MECA, 1-22, p. 326.

128. MARX, K. Procès-verbaux... In: Id. Ibid., p. 681.

129. ENGELS, F. El Sindicalismo I, p. 105.

Como nota final às reflexões marxianas sobre os sindicatos, cumpre observar que, para tal elaboração, todas as organizações operárias, desde que o requeressem, poderiam "receber o apoio" da Associação. No entanto, era necessário que estivessem prontas, também, "para contribuir, por sua parte, com seus encargos", sendo que "o mínimo" que podiam "fazer para o demonstrar" era aderir à Internacional, fornecendo assim uma clara contribuição à "união" e à "organização dos operários de toda a Europa". Pedir apoio da AIT, "recusando ao mesmo tempo reconhecer" a "causa" pela qual lutava a Internacional, nada mais significa, segundo Engels, do que a rejeição do "único meio de salvação possível contra a exploração capitalista" (130).

130. ENGELS a Philippe Coenen, [4 Août 1871]. In: MARX, K & ENGELS, F. Le Parti de Classe II, p. 204.

CONCLUSÃO

Em determinado momento de seus respectivos trabalhos Engels e Lênin afirmam que Marx foi o fundador da Associação Internacional dos Trabalhadores. Apesar da imprecisão do termo, uma vez que para o pensador alemão aquela organização era fruto do processo de luta conduzido pelos trabalhadores em sua ação contra os donos do capital, a afirmação contém certo grau de veracidade, se considerada a intensa atividade desenvolvida por Marx, no seio da AIT, durante mais de uma década. Praxis cuja intensidade pode ser percebida na própria amplitude de assuntos sobre o qual reflete e nos debates em que se envolve.

Um primeiro momento dos esforços efetuados por Marx, no sentido de transformar a Associação em um potente e eficaz instrumento nas mãos da classe operária, ocorre por ocasião da redação do Manifesto Inaugural e dos Estatutos Gerais. Coube a ele fornecer, nos referidos documentos, as linhas gerais a serem perseguidas pela Internacional e o movimento operário em seu conjunto, isto é, a conquista da emancipação social ou sociedade comunista. É com vistas a efetivação deste objetivo que Marx defende, de maneira insistente, a necessidade da Associação se constituir em locus aglutinador dos diversos matizes de socialismo então existentes.

Para Marx era de fundamental importância que a Internacional se constituísse cada vez mais em espaço aglutinador das diversas correntes socialistas uma vez que somente do debate entre as posições distintas poderiam brotar soluções capazes de forjar um movimento de partido verdadeiramente eficaz e com condições de por abaixo a sociedade regida pe

lo capital. Se divergências de posições existiam, a ponto destas se refletirem em diversas concepções de socialismo e mesmo adoção de táticas diversas para se atingir o objetivo estratégico, isto decorria, segundo Marx, do próprio grau de maturidade atingido pela classe operária nos distintos países existentes à época.

Muito embora se colocasse favorável à presença das tendências nas fileiras da Associação, Marx se manifestará sempre contrário à prática sectária no interior da organização. O combate a tais tendências decorria, no entanto, da própria necessidade de se organizar a classe enquanto movimento de partido. As seitas, no seu entender, pelos princípios "religiosos" nos quais se assentavam, haviam evidenciado, historicamente, sua debilidade em contribuir para a construção de ações conseqüentes contra a burguesia. Nos primeiros momentos do movimento operário tiveram sua importância, mas esta prática de maneira alguma poderia se comparar àquela desenvolvida pela classe operária em seu movimento de partido.

No que concerne ao campo organizativo da Associação Marx desempenhou papel decisivo, também, ao defender a necessidade daquela organização não fechar as portas aos "intelectuais" ou "não-manuais", isto é, àquelas individualidades cuja origem de classe não era o mundo operário, embora assumissem a defesa deste. Com isto, afastava-se mais uma vez das posições sectárias defendidas por certos segmentos do movimento, ao mesmo tempo em que excluía ou dificultava a possibilidade de posições obreiristas. Para Marx, era necessário considerar toda contribuição que pudesse incrementar a luta de partido conduzida pela classe operária. O critério para

aceitar os "não-manuais" nas fileiras da Internacional não deveria ser o da origem de classe das individualidades, mesmo que isto desempenhasse certo peso, mas sim a ruptura feita com a classe de origem e a capacidade de se colocarem decisivamente em favor dos interesses do conjunto dos trabalhadores.

A versão final dos **Estatutos Gerais** da Associação somente acentua os esforços desenvolvidos por Marx no sentido de organizar a Internacional como potente instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores. Muito mais elaborada do que a redação de 1864, a versão de 1871 dos Estatutos é a expressão direta do que, na prática, ocorria nas fileiras da AIT. Sua estrutura é regida de maneira a garantir tanto a participação das diversas tendências quanto a de individualidades "não-operárias". O documento ganha em importância quando se observa a extrema preocupação de Marx em fazer da Internacional um espaço onde as decisões pudessem brotar, da maneira mais aberta, ampla e democrática, das próprias bases do movimento. É marcante a atenção atribuída por ele à necessidade dos Congressos contarem sempre com o maior número possível de delegados. Expressiva também é a iniciativa, contida na redação dos Estatutos, em fazer com que as decisões do Conselho Geral fossem sempre submetidas à avaliação dos Congressos, podendo ser alteradas ou mantidas de acordo com a posição adotada pelo conjunto dos delegados presentes.

A leitura dos Estatutos, por sua vez, é desmistificadora. Ela revela o quanto Marx está distante de ser a figura centralizadora, disposta a apossar-se dos rumos da Associação a qualquer custo, manipulando a organização segun

do seus próprios interesses pessoais. Certamente existiam divergências entre os diversos matizamentos de socialismo. De igual modo, é evidente que Marx sempre defendeu com insistência suas posições frente a outras que considerava equivocadas. Mas o fez sempre no interesse do movimento de partido e de maneira razoável. É expressiva sua preocupação, em certos momentos, no sentido de não acirrar os animos, o que poderia conduzir ao esfacelamento da Internacional. Significativo tambem é o procedimento, garantido pelos Estatutos, de se investigar detalhadamente a situação antes da tomada de decisões que pudessem influenciar diretamente os rumos da Internacional. Em nenhum momento atribui ao Conselho Geral poderes absolutos, chegando mesmo a admitir a necessidade de reduzi-los em prol de uma maior eficiência da organização. O importante para Marx era que a Associação se mantivesse como instrumento vivo de luta nas mãos do conjunto da classe operária.

Desta maneira, as posições adotadas por Marx no seio da Associação Internacional são impossíveis de serem resumidas na dicotomia "autoritários" versus "não autoritários". Por trás dos conflitos está em pauta a adoção de verdadeiros caminhos capazes de conduzir à emancipação social. Cumpre observar, ainda, que até mesmo o confronto Marx contra Bakunin, que conduziu à exclusão do segundo, é desmistificador de semelhante dicotomia. Sedimenta tal consideração o próprio fato de que a expulsão de Bakunin foi tomada por um Congresso da Internacional e, mesmo assim, após Marx ter em suas mãos um grande número de provas documentais comprobatórias dos prejuízos provocados pela prática bakuninista no interior da AIT. É certo que a redação dos Estatutos garantia a tomada de decisões como a que culminou com a expulsão

de Bakunin e seus seguidores das fileiras da Internacional. Mas é evidente, também, que a redação do referido documento determinava que decisões deste teor fossem tomadas pelos próprios delegados presentes ao Congresso, isto é, pelas bases da organização.

Acentuam a inexistência de um Marx "autoritário" os próprios esforços que desenvolvia para que as decisões fossem sempre as mais transparentes possíveis, bem como o empenho para realizar os Congressos. Na impossibilidade da consecução de semelhantes eventos, Marx colocava como alternativa o emprego de uma Conferência. Embora a considerasse como instrumento válido, posto que representava um momento no qual se poderia discutir os problemas vividos pela organização, Marx sempre priorizou os Congressos, pois estes eram marcados pela presença de grande número de representantes de base da Associação, do que se originavam discussões mais ricas e amplas. Além disto, somente os Congressos possuíam plenos poderes para alterar os Estatutos Gerais, garantindo a sua perfeita adequação ao grau de desenvolvimento atingido pelo processo de estruturação do proletariado enquanto partido com características distintas.

Toda a preocupação com a estrutura organizativa da Associação Internacional dos Trabalhadores estava, no entanto, orientada no sentido de propiciar ações consequentes e eficazes por parte da classe na sua luta contra a burguesia. A maneira de pensar a estruturação interna da AIT refletia esta necessidade de tal modo que, para Marx, era impossível pensar o plano organizativo dissociado da ação que ele havia de viabilizar.

Assim como a estrutura organizativa, o campo de ação da Internacional estava, para Marx, profundamente enraizado na compreensão da concretude histórica na qual se movia a luta de partido da classe operária. Para o pensador alemão era fundamental ocupar todos os espaços abertos pela própria sociedade burguesa e utilizá-los de maneira revolucionária, isto é, no sentido de atender aos interesses do movimento operário em seu conjunto. Decorre daí o intenso combate de Marx às posições "abstencionistas", defendidas pelas tendências sectárias. Para ele, se o campo da legalidade burguesa podia ser utilizado de maneira revolucionária pelo proletariado, era necessário considerar com seriedade, como instrumento de ação, desde a luta pela redução da jornada de trabalho até a utilização das eleições do Parlamento e dos Sindicatos.

Estranho a qualquer forma de "abstencionismo", as posições de Marx na Internacional eram sempre em defesa de uma radical união entre a luta econômica mais imediata e a luta política, entre a tática e a estratégia. Em nenhum momento deixava fugir do horizonte a necessidade do movimento operário conquistar o poder político como caminho para a construção de novas relações de sociabilidade. Contudo, diferentemente dos demais partidos que lograram existir ao longo da história, o pensador alemão considerava que a política deveria ser, nas mãos do proletariado, "um meio" e não fim em si mesmo. Tratava-se para ele de incrementar o movimento político como caminho para se atingir a sociedade onde as relações sociais não fossem mais determinadas politicamente.

A preocupação em pensar a ação política "como meio" conduz, por sua vez, a uma maneira bastante singu-

lar de Marx refletir sobre a revolução, o Estado e a democracia nas mãos do proletariado organizado enquanto classe. Para ele, a revolução e o Estado operário deveriam ser compreendidos pela classe trabalhadora como momentos do processo de construção da sociedade comunista. O mesmo pode se afirmar com relação à democracia operária. No que concerne a sua conquista, Marx se revela como um opositor radical do democratismo abstrato e favorável a um movimento cujo objetivo último é a superação de todas as formas de dominação política. Neste sentido, a conquista da democracia operária era a mediação para a destruição da sociedade de classes e construção de relações de sociabilidade verdadeiramente comunistas, relações verdadeiramente emancipadas.

Semelhante maneira de compreender a revolução, o Estado e a democracia é bastante marcante na Guerra Civil na França, momento no qual analisa a Comuna de Paris. A recusa ao democratismo abstrato é expressiva, também, nas notas marxianas sobre o Estado e a Anarquia, de Bakunin. Ainda quando pensa em novas formas de representação propiciadas pela realização da revolução e estabelecimento do Estado operário de transição, Marx tem em mira a superação da democracia formal. Não se trata mais da representatividade onde os interesses da coletividade são desprovidos de qualquer conteúdo real, tal como ocorre no interior da sociedade burguesa.

O leque de assuntos aos quais Marx se volta — sempre com a colaboração decisiva de Engels — ao longo de mais de uma década revela, desta forma, muito mais do que a participação de um militante na vida prática de partido. Marx participa da Internacional, na realidade, como um dos grandes mentores dos rumos adotados por aquela organização en-

quanto logrou existir no continente europeu. De maneira incisiva, funde a todo momento teoria e prática, extraindo da própria concretude histórica os elementos capazes de implementar o movimento operário enquanto movimento de partido com características distintas. Sua atuação no seio daquela organização marca decisivamente os rumos do movimento operário da da quele período, influenciando mesmo a luta da classe operária nas suas ações posteriores.

Enquanto investigação, a pesquisa realizada teve por objetivo recuperar a rica praxis desenvolvida por Marx na Internacional. Atividade que, apesar de sua contribuição decisiva para o movimento operário internacional, continua insuficientemente conhecida, a ponto de Wenceslao Roces, em recente publicação, que reúne textos de Marx e Engels para a Internacional, ter afirmado: "Não duvidamos de que com este volume se abra espaço maior para poder apreciar tamanha empresa de Marx e Engels em prol da organização revolucionária do proletariado moderno, capítulo pouco conhecido dos fun da dores do socialismo moderno" (1).

1. ROCES, Wenceslao, *La Internacional; Documentos, Artículos y Cartas*, México, Fondo de Cultura Económica, 1988, p. VIII.

BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang, *Historia Social del Movimiento Obrero Europeo*, Barcelona, Ediciones de Cultura Popular, S.A., 1968, 166p.
- AGOSTI, Aldo, *Le Internationai Operaie*, Torino, Loescher Editore, 1973.
- ARRU, Angiolina, *Clase y Partido en la Primera Internacional (El debate sobre la organización entre Marx, Bakunin y Blanqui - 1871/1872)*, Madrid, Alberto Corazon Editor, 1974. 213 p.
- BAKUNIN, Mikhail, *Escrito Contra Marx (Conflictos na Internacional)*. São Paulo, Novos Tempos Editora, 1989, 145 p.
- BAKUNIN, M. *Mi vida*. Santiago de Chile, Ediciones Ercilla, 1940. 184 p.
- BALIBAR, Etienne, *Cinco Ensayos de Materialismo Historico*, Barcelona, Editorial Laia, 1976. 306 p.
- BASSO, Lelio, *Socialismo y Revolución*. España, Siglo Veintiuno Editores, 1983. 490 p.
- BEER, Max, *Karl Marx (Sa Vie-Son Oeuvre)*, Paris, Librairie L'Humanité, 1926. 176 p.
- BRAVO, G. M. *La Prima Internazionale*, Storia Documentaria, Roma, Riuniti, 1978.

- CALVO, Pilar (org.), *La Primera Internacional (Congresos de Ginebra, Lausana y Bruselas)*, Volumen I, España, Editorial Fundamentos, 1977. 204 p.
- _____, *La Primera Internacional (Congresos de Basilea y La Haya)*, Volumen II, España, Editorial Fundamentos, 1977. 211 p.
- CHASIN, J. *Marx Hoje*, Volume 1., 2ª ed. São Paulo, Editora Ensaio, 1988. 227 p.
- COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista, marxismo y anarquismo - 1850/1890*, Volume II, México, Fondo de Cultura Económica, 1958.
- CORDILLOT, Michel (org.), *L'Association Internationale des Travailleurs. Cahiers d'Histoire de l'Institut de Recherches Marxistes*, nº 37, Paris, 1989. 159 p.
- DOLLEANS, Edouard, *Historia del Movimiento Obrero (1830-1871)*, Volume 1, 2ª ed. España, Ed. Zero, 1973.
- DROZ, Jacques, *História Geral do Socialismo*, Volume 3, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.
- ENGELS, F. *L'Internazionale e gli Anarchici*, Roma, Riuniti, 1977. 224 p.
- _____, *La Revolución en España*, Moscú, Editorial Progreso, 1980. 293 p.
- FOUGEYROLLAS, Pierre, *MARX*. París, Presses Universitaires de France, 1965.

HAMPDEN, J. Jackson, Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963.

HOBSBAWN, Eric, Il Trionfo della Borghesia 1848/1875. Roma-Bari, Editori Laterza, 1986. 425 p.

KRIEGEL, Annie, La Internacionales Obreras, Barcelona, Ediciones Martinez Roca, S.A., 1972.

LENIN, V. I. Acotaciones a la Correspondencia Entre Marx y Engels, 1844-1883. Barcelona, Ediciones Grijalbo, S.A., 1976. 483 p.

LOSOVSKY, D. Marx e os Sindicatos (O Marxismo Revolucionário e o Movimento Sindical), São Paulo, Editora Anita Garibaldi. 210 p.

MACLELLAN, David, Karl Marx (Su Vida y sus Ideas), Barcelona, Editorial Grijalbo, S.A., 1977.

MAIREY, Serge (org.), Les Trois Internationales, Paris, Editions Sociales, 1955. 95 p.

MARX, K. La Guerre Civile en France 1871; Édition Nouvelle Accompagnée des Travaux Préparatoires de Marx. Paris, Editions Sociales, 1953. 358 p.

_____, Le Capital, Livre Premier. Moscou, Editions du Progrès, 1982. 816 p.

MARX, K. & ENGELS, F. Collected Works, Volume 23; October 1871-July 1874. Moscow, Progress Publishers, 1988. 808 p.

MARX, K. & ENGELS, F. Correspondencia. Buenos Aires,
Editorial Problemas, 1947.

_____, El Sindicalismo I, Teoría, Organización, Actividad.
Barcelona, Editorial Laia, 1976. 307 p.

_____, Epistolario. México, Editorial Grijalbo, S.A.,
1971. 157 p.

_____, La Internacional; documentos, artículos y cartas.
México (D.F.), Fondo de Cultura Económica, 1988. 738 p.

_____, Le Mouvement Ouvrier Français I; Tactique dans la
révolution permanente. Paris, Librairie François Maspero,
1974. 192 p.

_____, Le Mouvement Ouvrier Français II; Efforts pour
Créer le parti de classe. Paris, Librairie François
Maspero, 1974. 182 p.

_____, Le Parti de Classe II; Activité et organisation.
Paris, Librairie François Maspero, 1973. 208 p.

_____, Le Parti de Classe III; Questions d'organisation.
Paris, Librairie François Maspero, 1973. 180 p.

_____, Le Syndicalisme II; Contenu et signification des
revendications. Paris, Librairie François Maspero, 1978.
249 p.

_____, MEGA, I-22, März 1871 bis November 1871, Berlin,
Dietz Verlag, 1976.

MARX, K. & ENGELS, F. MEGA, I-24, Dezember 1872 bis Mai 1875,
Berlin, Dietz Verlag, 1984.

_____, Obras Escogidas; en tres tomos. 89 edición. Moscú,
Editorial Progreso, 1974. Tomo I, 616 p..

_____. Obras Escogidas; en tres tomos. 109 edición. Moscú,
Editorial Progreso, 1974. Tomo II, 536 p.

_____, Obras Escogidas; en tres Tomos. 79 edición. Moscú,
Editorial Progreso, 1974. Tomo III, 613 p.

_____, Obras Escogidas, tomo VIII, Buenos Aires, Editorial
Ciencias del Hombre, 1973. 445 p.

_____, Opere VI; Ottobre 1845-Marzo 1848. Roma, Riuniti,
1973, 756 p.

_____, Opere XX; Settembre 1864-Luglio 1868. Roma, Riuniti,
1987. 520 p.

_____, Opere XLI; Lettere; Gennaio 1860 - Settembre 1864.
Roma, Rio Niti, 1973. 881 p.

_____, Opere XLII; Lettere; Ottobre 1864 - Dicembre 1867.
Roma, Riuniti, 1974. 809 p.

_____, Opere XLIII; Lettere; Gennaio 1868 - Luglio 1870.
Roma, Riuniti, 1975. 949 p.

MARX, K., ENGELS, F & LENIN, V: Acerca del Anarquismo y el
Anarcosindicalismo. Moscú, Editorial Progreso, 1987.

MEHRING, Franz, *Carlos Marx*. Barcelona, Ediciones Grijalbo, S.A., 1983. 545 p.

Papers of the General Council of the International Working Men's Association New-York (1872-1876). In: *Annali*, Anno Quarto, Milano, Feltrinelli Editori, 1961.

RUBEL, Maximilien, *Crônica de Marx*. São Paulo, Editora Ensaio, 1991. 174 p.